

A terceira margem do rio

*ensaios sobre a realidade do
Maranhão no novo milênio*

Marcelo Sampaio Carneiro (org.)

Wagner Cabral da Costa (org.)

Benedito Souza Filho

Cláudio Bombieri

Ernesto Balducci

Flávio Lazzarin

José Ricardo Ramalho

Maristela de Paula Andrade



São Luís, 2009

Direitos para esta edição:
Universidade Federal do Maranhão – EDUFMA
Instituto Ekos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PROF. DR. NATALINO SALGADO FILHO
Reitor

PROF. DR. ANTONIO JOSÉ SILVA OLIVEIRA
Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROF. DR. LYNDON DE ARAÚJO SANTOS
Diretor de Centro

PROF. DR. MARCELO DOMINGOS SAMPAIO CARNEIRO
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
EZEQUIEL ANTONIO SILVA FILHO
Diretor

INSTITUTO EKOS – COMBONIANOS NORDESTE
LUIGI FERNANDO CODIANNI
Presidente

A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio / Marcelo Sampaio Carneiro, Wagner Cabral da Costa, organizadores. – São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.
136p.
ISBN: 97-885-7862-077-16

1. Maranhão – História Contemporânea 2. Maranhão – Política
3. Maranhão – Desenvolvimento econômico 4. Maranhão social
I. Carneiro, Marcelo Sampaio II. Costa, Wagner Cabral da

CDD 812.106.5

CDU 94 (812.1).089

Sumário

- 5 **Apresentação**
Flávio Lazzarin
- 9 **Um filho do homem:**
Eu não sou cristão; sou somente um ser humano
Ernesto Balducci
- 17 **“Desfazer o desenvolvimento e refazer o mundo”:**
uma provocação para o debate
Flávio Lazzarin
- 29 **A evolução recente da economia maranhense e suas**
repercussões sobre a agricultura familiar
Marcelo Sampaio Carneiro
- 37 **A crise econômica mundial e seu impacto sobre o**
setor siderúrgico maranhense: relações entre o
desempenho recente das empresas guseiras e o
desemprego no município de Açailândia
Marcelo Sampaio Carneiro & José Ricardo Ramalho
- 49 **Violência sem fronteiras na Pré-Amazônia indígena**
maranhense: uma análise
Cláudio Bombieri
- 57 **A Base de Lançamento e seus impactos sobre as**
populações tradicionais de Alcântara
Maristela de Paula Andrade & Benedito Souza Filho
- 85 **O caso Jorge Moreno:**
Um modelo de justiça no banco dos réus
Cláudio Bombieri
- 95 **“Pelo sapato furado”: bipolarização e reestruturação**
oligárquica da política maranhense
Wagner Cabral da Costa
- 111 **A bomba suja: crise, corrupção e violência no**
Maranhão contemporâneo (2004-9)
Wagner Cabral da Costa
- 135 **Sobre os autores**

Apresentação

Flávio Lazzarin

“À primeira vista, o mundo parece uma multidão de solidões amontoadas, todos contra todos, salve-se quem puder; mas o sentido comum, o sentido comunitário, é um bichinho duro de matar. A esperança ainda tem quem a espere, alentada pelas vozes que ressoam desde nossa origem comum e nossos assombrosos espaços de encontro.”

Eduardo Galeano¹

Nos meados de 2007, um pequeno grupo de amigos, decidiu dar continuidade aos seus diálogos e debates – até aquele momento, confinados na partilha familiar do precioso pão das idéias e das palavras – com a publicação do Boletim de Conjuntura da CNBB NE V. Surgiram assim duas publicações eletrônicas, em 2008 e 2009, que visavam a urgência de conhecer criticamente vários aspectos do atual momento histórico, com um olhar que enfrentasse as questões políticas do Maranhão, do Brasil e do Planeta. O objetivo – sem dúvida, pretensioso – era a valorização do que, na metodologia pastoral, definimos como o “marco referencial da realidade”, primeiro passo que precede o discernimento evangélico e ético e nos orienta para a ação de evangelização e transformação social. Porém, o produto final tempera a originária característica eclesial e se transforma numa coletânea macro-ecumênica, em que se encontram perspectivas e abordagens diferentes e peculiares, todas marcadas, porém, pela

1. Palavras proferidas em Montevideu, dia 9 de julho de 2009. Tradução: Katarina Peixoto.

indignação ética militante, apaixonada pela busca da verdade e por práticas políticas coerentes e radicais.

O livro que apresentamos reproduz os artigos dos dois boletins. Os seus autores sonham com um círculo mais amplo e diferenciado de interlocutores, afinados pelo empenho prático e teórico de mudança e de transformação – no passado recente, ainda se dizia “revolução” – da história do Maranhão, do Brasil, do mundo.

Imensos são os desafios políticos postos pelas conjunturas locais e globais: relações oligárquicas arcaicas, marcadas pelo patrimonialismo da corrupção e apadrinhamento; o capitalismo neocolonial do agro e hidronegócio, das mineradoras e das usinas de ferro-gusa ou termoelétricas; agressão aos biomas do cerrado e da floresta; destruição das bacias hidrográficas; assalariamento superexplorado e trabalho escravo; aquecimento global; crise da política e crise da esquerda e do sindicalismo de luta; recuo de amplos setores da Igreja Católica...

Mas, positiva e prioritariamente, devemos ficar atentos às inúmeras iniciativas populares de enfrentamento do modelo de desenvolvimento: luta pela terra e territórios; agroecologia e energias renováveis; economia solidária; organizações e articulações para conquistar direitos, para fiscalizar orçamentos públicos, remodelar a legislação eleitoral, criar constrangimentos junto a juizes corruptos e sonhar ativamente com o controle social do Poder Judiciário...

E sonhando com novos interlocutores, como seria bom que, em ao lado das análises de pretensos iluminados, pudéssemos ajudar a visibilizar as experiências populares sistematizadas! “Histórias de Mundos Possíveis, para contar as experiências de luta e mudança social.” diria Boaventura de Souza Santos.²

E o título do livro, caro leitor? Uma explicação é devida, porque a figura da “terceira margem do rio” poderia soar ou equívoca (terceira via!?) ou enigmática. Os mais atentos já descobriram que por trás

2. <http://por.powos.org>

disto se esconde Guimarães Rosa com aquele conto do pai que não voltou. “Ele não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar, nunca mais.”³

O que é a terceira margem do rio? Talvez seja o símbolo do que está escondido, ocultado à visão, ao toque e ao conhecimento; o mistério do sentido das coisas, além do trivial, do cotidiano, do manjado, do repetitivo. O pai, fugindo para a terceira margem, procura o desconhecido, que, por medo, o filho não ousa enfrentar. Figura abraâmica, que abraça todos aqueles que estão dispostos a buscar novas terras, novos horizontes. Mas, se em Guimarães Rosa, esta busca é sem dúvida desenhada com cores penitenciais que evocam as promessas da religiosidade popular e a própria morte, em Eduardo Galeano, que retoma este sonho, a terceira margem do rio adquire aquele sentido, que gostaríamos esconder e revelar no título desta coletânea. No dia 9 de julho de 2009, Galeano, ao ser condecorado com a Ordem de Maio, da República Argentina, proferiu um discurso intitulado “Os mapas da alma não têm fronteiras” e citou Guimarães Rosa descobrindo, numa distorção poética, o sentido comunitário e comunista da “Terceira margem do rio”: “Permitam-me agradecer esta premiação que estou recebendo, que para mim é um símbolo da terceira margem do rio. Nesta terceira margem, nascida do encontro das outras duas, florescem e se multiplicam, juntas, nossas melhores energias, que nos salvam do rancor, da mesquinhez, da inveja e de outros venenos que abundam no mercado.

Aqui estamos, pois, na terceira margem do rio, argentinos e uruguaios, uruguaios e argentinos, rendendo homenagem a nossa vida compartilhada, e, portanto, estamos celebrando o sentido comunitário da vida, que é a expressão mais íntima do sentido comum.”⁴

3. Guimarães Rosa, “Primeiras Estórias”, Editora Nova Fronteira - Rio de Janeiro, 1988, pág. 32.

4. Palavras proferidas em Montevideu, dia 9 de julho de 2009. Tradução: Katarina Peixoto.

Presunçosamente, nos sentimos solidários com os sonhos de Eduardo Galeano:

“Acreditávamos, acreditamos, que para não ser mudo é preciso começar por não ser surdo, e que o ponto de partida de uma cultura solidária está na boca daqueles que fazem cultura sem saber que a fazem, anônimos conquistadores dos sóis que as noites escondem, e eles, e elas, são também aqueles que fazem história sem saber que a fazem. Porque a cultura, quando é verdadeira, cresce desde o pé, como alguma vez cantou Alfredo Zitarrosa⁵, e desde o pé cresce a história. A única coisa que se faz desde cima são os poços”.

5. Alfredo Zitarrosa (Montevideu, 10 de março de 1936 – Montevideu, 17 de janeiro de 1989) foi um cantor, compositor, poeta, escritor e jornalista uruguaio. É considerado uma das maiores figuras da música popular de seu país e de toda a América Latina.

*Um filho do homem:
eu não sou cristão;
sou somente um ser humano**

Ernesto Balducci

Há muitos anos, guardo em mim uma saudade de que não falo a não ser com um grande pudor; saudade que se transformou num sentimento permanente: a saudade do tempo em que os cristãos não sabiam de serem cristãos. A primeira vez que se começou a usar este nome foi no ano de 43, em Antioquia (Atos 11,26).

Em todos estes primeiros anos, após a ressurreição, os discípulos de Jesus não se apelavam de cristãos, satisfeitos de se chamarem de irmãos, irmãs, discípulos, crentes. Não foram eles que inventaram o nome e isto, para mim, é um grande motivo de consolação. Nem foram os judeus que, evidentemente, não aceitavam Jesus como Cristo (Messias) e que, com desprezo, chamavam os seus discípulos de Nazarenos. A opinião mais fundada é que aqueles que utilizaram este termo pela primeira vez foram os funcionários e os militares romanos que, com motivações de defesa da ordem pública, consideravam os discípulos de Jesus como membros de um partido político judaico. Afinal, foi o poder constituído que inventou o nome! E isto é suficiente para que eu possa me sentir livre de curtir a saudade dos dias em que os cristãos não eram cristãos, e esperar o tempo em que os cristãos não mais o serão.

Por que se definir cristãos? Eu mesmo queria dizer: vamos para outro lado do mar. Definir-se cristão significa aceitar, junto com

* Publicação original: Gauthier, Paul. **Vangeli del terzo millennio**. Áquila: Ed. Qualevita, 1992, pp.243-249. Tradução de Flávio Lazzarin.

uma determinação, também uma negação: toda determinação se constitui como negação. Para sair da armadilha precisa negar a negação e, por isto a determinação.

A dificuldade de se chamar de cristãos tem um dúplice aspecto: em primeiro lugar vem o choque inevitável entre o que somos e as exigências do seguimento de Cristo; em seguida, o temor de sentir-se separado dos outros, da comum família humana. A inspiração evangélica não anula, mas, ao contrário, intensifica estes dois motivos de dificuldade.

A pergunta “por que permanecer cristão?” é assim meio capciosa. Com efeito, ela pressupõe que deva existir uma identidade permanente. Quero me explicar com dois exemplos. O cardeal Ottaviani¹, que, para os crentes da minha geração representou o rosto autoritário da Igreja, tinha colocado na sua porta a inscrição “*Semper idem*” (sempre o mesmo). Para ele a fé estava ligada ao imobilismo, apesar do processo histórico. A defesa do Catolicismo Tridentino, que se transformou, com Lefevbre, em algo de obsessivo e febril, era tranqüila e solene no Ottaviani que eu conheci: com muito respeito pela sua consciência, que já se encontrou com o julgamento de Deus. Precisa dizer que a afirmação desta imutabilidade encobria um delírio de onipotência, a separação paranóica da realidade e, enfim, vamos dizê-lo com franqueza, um autêntico ódio pelo homem.

Lembro-me de mais um sinal de imutabilidade. Vi-o, ainda criança, no ingresso da Cartuxa de Florência, uma cruz sobre o globo terrestre e, ao redor do globo, a inscrição: “*Stat crux dum volvitur orbis*” (A cruz está imóvel, enquanto a terra gira). A verdadeira imutabilidade é a da Cruz e do Mistério da sexta-feira Santa, que é a grande noite escura da identidade. Nestas trevas Deus não foi

1. Card. Alfredo Ottaviani (1892-1976), o temido prefeito da Sagrada Congregação do Santo Ofício (1966-1968), com Giuseppe Siri, arcebispo de Gênova, Ernesto Ruffini, arcebispo de Palermo, Luigi Carli, bispo de Segni, os cardeais Dino Staffa, Pietro Parente, Enrico Dante, teve uma forte atuação no Concílio, na perspectiva de barrar qualquer novidade que pudesse colocar em xeque a identidade católica tridentina.

mais Deus; o Salvador não foi mais o Salvador; os discípulos não foram mais os discípulos; o ladrão não foi mais o ladrão. E assim por diante. A Cruz é o símbolo deste evento em que todas as identidades se reencontram através da sua própria negação. A fé, que renasce no Mistério Pascal, nos libera de toda paranóia, de toda frustração e, enfim, de todo desejo de identidade.

Nesta nossa época, a crise da nossa identidade de cristãos se inscreve na crise do cristianismo, que devemos, nesta hora, compreender, no sentido mais radical, como morte do cristianismo. Para o sociólogo agnóstico, esta morte se apresenta como um lento e definitivo desaparecimento; para mim, homem de fé, trata-se do ingresso do cristianismo, com toda sua identidade, nas trevas da sexta-feira Santa, em que, como num crisol, se consumam as teologias, as instituições jurídicas, os patrimônios culturais. A minha própria identidade de cristão dissolve-se na Cruz. Eu não quero permanecer cristão, se isto significa permanecer fechado na determinação que este nome significa para o poeta utopista, o marxista, o agnóstico, o delegado de polícia e, talvez, também para o funcionário de cúria. Não, eu não sou cristão; sou somente um ser humano, como dizia Pedro a Cornélio. Eu sou um ser humano que considera todos os seres humanos como irmãos, porque, como explica Martin Hillairet², está nesta atmosfera fraterna o lugar do cristianismo. O coração do cristianismo não se dá a partir de “novos ritos religiosos”, mas, simplesmente, a partir de um ser humano: Jesus de Nazaré, que viveu a realidade banal da condição humana.

Os sete muros da ideologia

Sem dúvida, também para mim Jesus é o Cristo, o filho do Deus vivo. Mas, hoje em dia, não procuro mais o sentido desta verdade passando pelas forças caudinas do Concílio de Calcedônia, interrogando-me sobre a unidade e trindade de Deus e sobre

2. Martin Hillairet, Frei Dominicano, Mosteiro de Chalais, França.

as naturezas e a pessoa de Cristo. Para mim a divindade de Jesus resplandeceu na sua infinita capacidade de se tornar um ser humano, até os limites da aniquilação. Entre Ele e eu estão os sete muros da ideologia; os muros estão caindo, um após o outro e, depois de cada queda, parece-me que entendo melhor o que significa ser cristão.

Este declínio da identidade cristã é para mim um grande sinal messiânico. Faz umas décadas que pusemos em primeiro plano o problema do ecumenismo como projeto de recomposição da unidade de todos aqueles que crêem no Cristo. O desafio continua importante, Mas, eis que surge um problema ainda mais importante: o que eu defino “o ecumenismo da Cruz”. Os cristãos serão unidos entre eles, quando serão unidos com toda a humanidade. Os problemas relativos à unidade da fé estarão resolvidos quando todos vivermos a unidade do amor. É o amor, com efeito, que marca os caminhos de unificação da inteligência, e não o contrário. Estamos numa dinâmica ecumênica não quando nos olhamos reciprocamente, mas quando, todos juntos olhamos para o Cristo e nos deixamos mudar, transformar por ele. E para não fugir da lógica da encarnação, acrescentaria que só estamos numa dinâmica ecumênica quando juntos olhamos para os seres humanos e, sobretudo, para aqueles que têm motivos de inimizade conosco. E, como infelizmente temos muitas igrejas burguesas, se as igrejas cristãs olhassem juntas para o Cristo, correríamos o risco de encontrar uma unidade a preço módico, quer dizer uma unidade construída a partir de um Cristo criado à imagem e semelhança destas igrejas: um Cristo conciliador, espiritual, acessível somente pelos caminhos da interioridade. Mas, não é propriamente por causa deste cristocentrismo construído sobre afinidades eletivas que as igrejas se perderam na mentira ideológica e se distanciaram da humanidade? O único caminho para encontrar uma saída desta prisão histórica é encontrar o Cristo no Outro, no ser humano que nos questiona, que põe em crise a nossa segurança, a nossa identidade.

A humanidade que espero

Eis o que digo a mim mesmo: o Cristo se manifesta nas espécies sacramentais do diferente: a mulher, o operário, o negro, o muçulmano, o budista... O deus de Jesus Cristo está escondido em cada diversidade: Ele é Santo, mas a sua diversidade põe um véu entre nós e nos alcança através de seres humanos diferentes de nós. O rosto de Deus é o rosto do ser humano que não consigo compreender. Minha tarefa não é fazer com que os outros se façam cristãos, mas a de me aproximar à identidade dos outros e compreendê-los ou, ao menos, aceitá-los como a medida das possibilidades do Reino. O verdadeiro caminho da transcendência está nesta relação com o outro; está na possibilidade de acolher a interpelação do outro, guardando-a no meu coração, como fazia Maria enquanto escutava a palavra do Filho, o Outro, o Diferente por excelência.

É na base desta premissa que respondo à pergunta: por que continuo sendo cristão? Continuo sendo cristão para ser totalmente humano. Quando digo totalmente, não faço alusão às dimensões existenciais contidas na totalidade da humanidade; o verdadeiro ser humano é a realização de possibilidades que jazem, como uma semente, nas profundidades do homem: *“homo absconditus”*. Afirmamos que somos filhos de Deus, mas não sabemos propriamente quem somos. O saberemos quando veremos Deus face a face. Por isso, a minha identidade está destinada ao futuro e se expressará somente quando a humanidade chegar à sua plenitude. Esta plenitude é o Reino de Deus. Eu não vivo em função da Igreja; não vivo para dilatar a comunidade dos cristãos. Vivo para que o Reino venha. A Igreja a que eu pertença é um sinal e um instrumento deste futuro, mas este futuro a ultrapassa. Eu mesmo vou além dela, apesar de manter a minha fidelidade.

Ontem, por ser padre, vestia o hábito talar, o sinal distintivo da instituição que representava. Dois anos atrás, durante um debate em Milão, uma senhora piedosa me perguntou por que eu não vestia o hábito talar: “É bom que saiba com quem estou lidando: o policial

tem uniforme; se precisar, sei com quem estou lidando”. Agora, eu não sou de modo algum o policial de Deus. Queria ser simplesmente, como o Cristo, um filho do homem, alguém que defende o homem em nome do “Filho do homem”.

Como dizia no começo da nossa conversa, a minha identidade é não ter identidade, ou melhor, ter uma identidade que se situa no futuro, uma identidade que descubro parcialmente quando rezo o Pai nosso: “Venha a nós o teu Reino, aqui na terra como no Céu”.

Para expor numa forma sintética Deus, a Igreja o mundo: ontem, acreditava que Deus amasse a Igreja e a enviasse ao mundo para salvá-lo; hoje, acredito que Deus ama o mundo e que a Igreja seja um sinal e um instrumento deste amor, que a precede e a ultrapassa. Ontem, me definia colocando-me dentro da Igreja e olhando para o mundo como se fosse uma realidade a ser conquistada pela Igreja; hoje me situo no mundo e vivencio na Igreja quanto serve para antecipar simbolicamente o futuro do mundo.

Ontem, olhava para o mundo a partir da Igreja; hoje, olho para a Igreja a partir do mundo e sento-me à mesa da Igreja, a mesa eucarística, porque é lá que escutamos as palavras que revelam os segredos escondidos desde a criação do mundo; porque é lá que se elaboram e se constroem as esperanças de que toda humanidade precisa.

Mas é verdade: ainda existe – e quanto atrapalha! – uma Igreja que se expressa com a linguagem da prudência política e que sacraliza a moral dominante.

Um fragmento de um vaso de terracota

Esta Igreja não me interessa, é aquela de que contemplo o declínio com coração alegre. Em mim, esta Igreja está quase morta. Mas, este declínio é diretamente proporcional à emergência da Igreja como assembléia daqueles que não se preocupam com a sua identidade, porque sabem que não possuem aqui na terra uma habitação permanente (e, por isto, não é de maneira alguma necessário o registro oficial) e que buscam a cidade futura, a cidade que acolherá toda a

humanidade e cada um, com a sua diversidade. Narra-se que, na idade pós-apostólica, entregavam aos cristãos que viajavam um fragmento de um vaso de terracota. Ao regressar, teriam sido reconhecidos e acolhidos, porque o seu fragmento combinava perfeitamente com os outros. Sim, eu sei que a verdade de que vivo é só um fragmento. A minha identidade é exatamente um pedaço do todo. Quando todos os fragmentos estarão reunidos, só naquele momento saberei quem eu sou de verdade. A minha presunção de ontem estava em querer concentrar o todo nos estreitos limites do meu fragmento. Naquele tempo, eu dizia “nós cristãos”, com grande altivez.

Queria ser fiel ao meu fragmento na espera que se realize a totalidade. O caminho em direção a este futuro é o mesmo caminho que me conduz ao encontro do irmão, para unir-me a ele, não naquilo que ele é (com efeito, a sua verdade não passa de mais um fragmento), mas naquilo que ele espera e procura. E é assim que me sinto em casa em todos os lugares deste mundo. Eu sou finalmente católico, exatamente porque deixei de sê-lo, porque sou um filho do homem, simplesmente um ser humano.

*“Desfazer o desenvolvimento
e refazer o mundo”
Uma provocação para o debate**

Flávio Lazzarin

O jejum de Dom Luís Flávio Cappio, em defesa do Rio São Francisco e dos povos indígenas e ribeirinhos terminou no ano passado, mas o legado do seu gesto extremo continua presente nas mobilizações contra a transposição, bem como no cenário do debate teológico e político, que expõe a dialética entre cientistas de diferentes opiniões, entre intelectuais governistas e de base, entre teólogos de diferentes libertações. Pela verdade, são debates confinados na rede virtual de comunicação, porque a mídia nacional conseguiu ocultar e invisibilizar um evento incômodo e importuno para a governabilidade e para a presumida unanimidade sobre o desenvolvimento brasileiro.

Dom Cappio, com o seu gesto, impõe questões que vão além das circunstâncias geográficas do Velho Chico e abarcam questões planetárias normalmente ignoradas pelos políticos, que, como afirma o subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, “não passam de balconistas do mercado mundial”.

O testemunho de Dom Cappio é uma crítica profética ao desenvolvimento. É mais uma voz – voz esta, que nasce da fé cristã – que se une às preocupações de cientistas de fama internacional e

* Tema do congresso internacional, Unesco, Paris, 2002, organizado pela associação “La Linhe d’Horizon” e pelo “Le Monde Diplomatique”.

ao clamor dos povos – não só os nordestinos – atingidos e destruídos pela máquina do capitalismo mundializado.

O que é este desenvolvimento, que retorna como palavra-chave, após décadas de ostracismo, no dicionário da economia e da política?

“O desenvolvimento é, no mesmo tempo, uma fraude conceitual – por causa da sua pretensão universalista – e uma fraude prática – por causa das suas profundas contradições”.¹

É fundamental, hoje em dia, para repensar e reconstruir a política colocar em radical discussão o conceito e as práticas de desenvolvimento.

Esta é a premissa e a condição para colaborarmos á transformações políticas, sociais, culturais e ambientais, que não estão na pauta dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Esta posição postula, de um lado, o enfrentamento dos *marketings* empresariais e governamentais que maquiam a barbárie com o *slogan* da sustentabilidade do desenvolvimento, teorizando a compatibilidade da modernização ecológica ou da economicidade da ecologia e, por outro lado, um debate dentre os movimentos sociais, hoje amplamente hegemonzados pelo discurso sobre um fantasmático desenvolvimento alternativo, que anda de mãos dadas com o discurso sobre uma mundialização alternativa.

O que mais se ouve é a insistência acríca sobre um desenvolvimento ilusoriamente verdadeiro, que se oporia a um crescimento meramente econômico, representado pelo PIB. Frente à revelação da alma profundamente desenvolvimentista e social-liberal do lulismo e dos setores governistas da “esquerda” petista, “socialista” e “comunista”, persistir em equívocos teóricos sobre o futuro da vida e das sociedades é um suicídio político. É urgente contestar o próprio conceito de desenvolvimento, fazer clareza sobre o conceito de sustentabilidade e propor caminhos para sair do desenvolvimento e de uma visão meramente econômica do mundo.

1. LATOUCHE Serge, *Survivre au développement*, Arthème Fayard, Paris: 2004, Trad. It., Torino: Bollati Boringhieri, 2006, p. 62.

Isto comporta o enfrentamento crítico dos conceitos agregados: por exemplo, crescimento, direitos, pobreza, necessidades básicas, mercado, renda e, não último, estado.

Trata-se de um desafio político e teórico, que requer discernimento e firmeza, porque se existe um amplo consenso em denunciar os êxitos da mundialização liberal, encontramos o conflito quando analisamos os encaminhamentos práticos e o horizonte ideológico. Com efeito, todo mundo na “esquerda” - e também no centro - está unânime em denunciar os efeitos nefastos da mundialização, mas pensa-se que o remédio deve ser procurado no próprio desenvolvimento, desta vez – após os desacertos das últimas quatro décadas – ressuscitado como desenvolvimento duradouro e sustentável.

A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar

Marcelo Sampaio Carneiro

1. A dinâmica recente da economia maranhense

A evolução recente da economia maranhense, considerando o período posterior ao apogeu da economia do babaçu, ou seja, a partir dos anos 80, não pode ser compreendida sem o estudo dos efeitos da implantação de atividades associadas à intervenção do governo federal.

Podemos dizer que o governo federal vem atuando de forma decisiva na conformação do espaço econômico estadual através de dois mecanismos principais: a) via implantação de empreendimentos diretos (obras de infra-estrutura e projetos/programas econômicos) e, b) via mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas, caso das políticas de incentivos fiscais e de redução dos tributos incidentes sobre a exportação (Lei Kandir).

No primeiro caso, temos as atividades relacionadas com a implantação do Projeto Ferro Carajás, da Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), cuja infra-estrutura ferroviária e portuária e a atuação da CVRD como articuladora de ações permitiram o desenvolvimento da siderurgia a carvão vegetal e a expansão da produção sojícola para os cerrados maranhenses.

No segundo, temos a expansão da atividade agropecuária e da produção sucroalcooleira, cujos empreendimentos, implantados com maior força a partir dos anos 70/80, beneficiaram-se de um

vasto leque de incentivos fiscais¹ e, mais recentemente, vêm sendo apoiados por uma política de incentivo à exportação e de incremento do consumo de álcool combustível.

Quando analisamos esse conjunto de atividades estimuladas verificamos que elas apresentam características semelhantes: i) fazem uso predatório dos recursos naturais; ii) promovem a concentração fundiária; e, iii) produzem empregos de baixa qualidade.

O uso predatório dos recursos naturais pode ser exemplificado no triste destino da chamada pré-amazônia maranhense, que, através do desmatamento – realizado nos anos 1970/1980 - para a implantação da atividade agropecuária incentivada, teve sua cobertura florestal praticamente eliminada². Em período mais recente, levantamentos do Ministério Público Estadual (CARNEIRO, 2008) e do IBAMA mostram que a expansão da sojicultura nas regiões de cerrado, localizadas no sul e leste maranhense, vem sendo feita a revelia da legislação ambiental, com o descumprimento das obrigações referentes ao averbamento da área de reserva legal, da manutenção das áreas de proteção permanente (APP) e das espécies florestais protegidas por lei.

A concentração fundiária e outro aspecto importante desse modelo de desenvolvimento, pois o tipo da agricultura incentivada (pecuária, soja, cana-de-açúcar) é fortemente exigente em recursos fundiários, impactando negativamente a estrutura da distribuição da posse e da propriedade da terra. O resultado dessa situação é o fato do Maranhão possuir um elevado índice de Gini³ de concentração

1. Recursos oriundos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), que eram operados, respectivamente pela SUDAM e pela SUDENE.

2. As áreas que conseguiram manter sua cobertura florestal são aquelas que ficaram a margem do mercado de terras, caso das Terras Indígenas e da Reserva Biológica do Gurupi. Contudo, deve ser destacado que nem mesmo essas áreas têm seus recursos naturais protegidos, pois, tem sido alvo da exploração clandestina por parte de madeireiros e produtores de carvão vegetal.

3. O índice de Gini é um indicado utilizado para medir a concentração da propriedade da terra e da renda. Quanto mais próximo da unidade mais forte é a concentração da variável analisada, quanto mais próximo de zero menor é a concentração.

fundiária, superior ao da região Nordeste e do conjunto da federação (PORRO et al., 2004, p.31; DIEESE/NEAD, 2006, p.34)⁴.

Essa elevada concentração da propriedade da terra apresenta forte relação com o triste perfil da distribuição de renda no estado, pois, como demonstramos para os municípios da Mesorregião sul maranhense:

“Quando observamos a evolução dos dados de distribuição de renda para o conjunto dos municípios do sul maranhense o aspecto que se destaca é o do agravamento de sua concentração, medido através do Índice de Gini (Quadro 23). Segundo os dados do PNUD, em 1991 apenas um município (Fortaleza dos Nogueiras) dessa região figurava entre os de pior distribuição de renda no estado do Maranhão. Já em 2000 esse número passa para quatro, com São Raimundo das Mangabeiras assumindo o topo do ranking da desigualdade de renda no estado”(CARNEIRO, 2008, p.142).

O último quesito desse desempenho negativo refere-se à qualidade da ocupação e do emprego gerado. Uma das características do agronegócio maranhense é a geração de um número relativamente pequeno de empregos permanentes e de um grande número de assalariados temporários (carvoeiros, catadores de raízes, trabalhadores da *juquira*, etc.). Por conta desse elevado nível informalidade é justamente na atividade pecuária que se concentra o maior número de denúncias e do resgate – realizado por equipes do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho – de pessoas em situações tipificadas como de trabalho escravo (MOURA, 2008).

Contudo, apesar desse cenário adverso para a agricultura familiar, um dado que se destaca, quando analisamos a estrutura do emprego

4. Nessa análise os autores identificaram uma melhoria relativa nos dados da concentração fundiária no período de 1985 a 1996 (PORRO et al., 2004, p.32). Como mostramos em outro trabalho, essa melhoria na estrutura da distribuição da propriedade e posse da terra pode ser relacionada com a retração econômica verificada na década de 1980, marcada pelo fim do crédito agrícola barato para o latifúndio e a grande empresa rural, e com os avanços obtidos pelos diferentes movimentos sociais (FETA-EMA, MST, ASSEMA) na luta pela reforma agrária no estado, no período posterior ao lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (CARNEIRO, 1999).

e da ocupação na economia maranhense, é o da importância do trabalho agrícola não assalariado. Tomando os dados da PNAD⁵ de 2005, temos que pelo menos 85% das pessoas ocupadas na agricultura (41% do total de ocupações do estado) encontram-se inseridas em empreendimentos familiares, o que revela o peso da agricultura familiar na economia maranhense.

Essa importância numérica só pode ser devidamente apreendida quando levamos em consideração que, para além da geração de renda, esse tipo de agricultura possui forte vinculação com a gestão sustentável dos recursos naturais e com a construção de vínculos culturais que ajudam a manter e dinamizar o tecido social nas várias regiões do estado do Maranhão⁶.

Todavia, dados recentes oriundos de pesquisas localizadas e de levantamentos gerais – caso das PNADs e do último Censo Agropecuário – apontam para uma situação preocupante quanto à geração e manutenção de postos de trabalho no campo maranhense.

2. O censo de 2006 e os números da agropecuária maranhense

No final do ano passado o IBGE publicou os primeiros números do Censo Agropecuário de 2006. No resumo divulgado pela instituição sobre o resultado nacional dois aspectos mereceram destaque: i) a expansão da área de lavouras e, ii) a diminuição do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Ressalta ainda o crescimento percentual do número de agricultores familiares no conjunto do pessoal ocupado, que passam a representar 78% do total das ocupações na agricultura brasileira.

Os dados divulgados para o estado do Maranhão em alguns aspectos seguem a tendência geral (expansão da área de lavoura, aumento do

5. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

6. Essas diversas funções da agricultura familiar são atualmente apreendidas através do conceito de multifuncionalidade (CARNEIRO; MALUF, 2003). Para uma visão sobre a diversidade da agricultura familiar maranhense, ver: MAY (1990), PAULA ANDRADE (1999; 2007), PRADO (2007), PORRO et. al. (2004), SÁ (2007).

rebanho bovino), mas, apresentam algumas particularidades que revelam mudanças importantes que vêm ocorrendo na agricultura maranhense ao longo dos últimos vinte anos.

Chama atenção, por exemplo, a brutal diminuição no número de estabelecimentos agropecuários entre os censos de 1985 e 2006. Em 1985 eles eram 531.413 enquanto em 2006 são identificados 288.698 estabelecimentos, isto é, desaparecem nesse espaço de tempo cerca de 240 mil estabelecimentos agropecuários.

Essa redução do número de estabelecimentos fica mais perceptível quando analisamos os dados sobre a ocupação e o emprego na agropecuária maranhense (Quadro 1).

Quadro 1: Evolução da ocupação e do emprego na agropecuária maranhense (1985-2006)

	1985	1995	2006	Varição 1985/1995	Varição 1995/2006
Total de Ocupados	1.672.820	1.331.864	994.144	- 340956	- 337720
Produtores Familiares	1.553.313	1.061.992	802.362	- 491321	- 259630
Empregados	111.261	253.470	191.775	+ 142209	- 61695
Outros	8.246	16.402	-----	+ 8.156	-----

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006.

Como indicam esses dados, entre 1985 e 2006 o número de pessoas ocupadas no campo maranhense reduziu-se em 43,6%, passando de 1.672.820 para 994.144. Entre 1985 e 1995 desapareceram cerca de 341 mil postos de trabalho, entre 1995 e 2006 essa redução manteve ritmo semelhante, levando ao desaparecimento de cerca de 338 mil ocupações no campo.

Quando diferenciamos o total da ocupação gerada entre produtores familiares e empregados contratados (permanentes e temporários) verificamos que a redução de ocupações e empregos na agropecuária maranhense teve comportamento diferente ao longo desses vinte anos.

Analisando a evolução ao longo dos três recenseamentos verificamos a manutenção da tendência de redução nas ocupações geradas pela agricultura familiar, mas identificamos uma diminuição no ritmo dessa redução. Destarte, entre 1985 e 1995 foram eliminados – 491.321 postos de trabalho, contra – 259.630 no período de 1995 a 2006.

No que concerne ao emprego assalariado observamos um comportamento diverso. Entre 1985/1995 o número de empregados (temporários e permanentes) aumentou em 142.209, ao passo que entre 1995 e 2006 ele diminuiu em 61.695 postos de trabalho. Ou seja, enquanto no primeiro período a expansão do emprego assalariado colaborou para que o impacto da redução das ocupações em estabelecimentos familiares não fosse tão grande, no período subsequente – apesar da evolução da área plantada da soja, da cana-de-açúcar, etc. – o emprego assalariado decresce, aumentando a redução global dos postos de trabalho na agropecuária.

Os dados acima citados ganham contornos mais definidos quando são analisados por regiões geográficas (as meso e microrregiões definidas pelo IBGE), pois a desagregação nesses níveis territoriais permite relacioná-los com os processos sociais que se desenrolam em cada território específico e, dessa maneira, tornam-se mais compreensíveis. Esse é o exercício que faremos na próxima seção.

3.A redução da agricultura familiar segundo as especificidades regionais

Como já adiantamos uma das principais revelações dos dados do Censo Agropecuário de 2006 quando comparado com os dois censos anteriores foi a redução do número de postos de trabalho no campo maranhense.

No quadro a seguir comparamos o número de agricultores familiares recenseados em 2006 e 1995 segundo as mesorregiões e microrregiões geográficas definidas pelo IBGE. Nas colunas seguintes apresentamos a variação ocorrida em termos absolutos e percentuais. Observe-se de imediato que em todas as mesorregiões essa variação foi negativa e que

em apenas 2 microrregiões houve elevação no número de agricultores familiares (Aglomeração Urbana de São Luís e Porto Franco).

Quadro 2: Variação do Número de Agricultores Familiares – 1995 a 2006.

	N° de Agricultores Familiares		Variação Absoluta	Variação Percentual (%)
	2006	1995		
Norte Maranhense	258.693	308.278	- 49.585	- 16,09
Litoral Ocidental	42.010	47.858	- 5.848	-12,22
AU de São Luís	9.397	8.161	+ 1.236	+15,41
Rosário	30.323	35.751	- 5.248	-15,59
Lençóis Maranhenses	26.089	41.598	- 15.509	-37,29
Baixada	110.178	132.009	- 21.831	-16,54
Itapecuru-Mirim	40.696	42.901	- 2.205	-5,14
Oeste Maranhense	132.202	206.415	- 74.213	-35,96
Gurupi	36.068	39.088	- 3.020	-7,73
Pindaré	63.712	124.353	- 60.641	-48,76
Imperatriz	32.422	42.974	- 10.552	-24,56
Centro Maranhense	144.074	210.893	- 66.819	-31,69
Médio Mearim	57.176	91.884	- 34.708	-37,78
Alto Mearim e Grajaú	61.129	77.676	- 16.547	-21,31
Presidente Dutra	25.769	41.333	- 15.564	-37,66
Leste Maranhense	218.406	275.560	- 57.154	-20,75
Baixo Parnaíba	39.148	45.454	- 6.306	-13,88
Chapadinha	50.548	63.294	- 12.746	-20,14
Codó	34.023	44.462	- 10.439	-23,48
Coelho Neto	11.782	16.590	- 4.808	-28,99
Caxias	43.980	48.337	- 4.357	-9,02
Chapadas Alto Itapecuru	38.835	57.423	- 18.588	-32,38
Sul Maranhense	48.987	60.846	- 11.859	-19,50
Porto Franco	16.955	16.661	+ 294	+1,76
Gerais de Balsas	16.165	23.276	- 7.111	-30,56
Chapada das Mangabeiras	15.867	20.909	- 5.042	-24,12
Maranhão	802.362	1.061.992	- 259.630	-24,25 %

Fonte: Censo Agropecuário (1995 e 2006).

Ao apresentar os dados desagregados segundo meso e microrregiões verificamos que a redução do número de agricultores familiares ocorrida entre os dois Censos variou de forma importante segundo o nível

geográfico analisado. Observamos, por exemplo, que essa redução foi mais pronunciada em duas mesorregiões (Oeste e Centro Maranhense) e que na microrregião do Pindaré quase a metade do número de agricultores familiares (48,76%) desapareceu nesse período.

Ainda seguindo essa leitura regional dos dados podemos destacar:

a) Três microrregiões que perderam mais de um terço (33,3%) de agricultores familiares: Lençóis Maranhenses, Médio Mearim e Presidente Dutra;

b) Oito microrregiões que perderam mais de um quinto (20%) de agricultores familiares: Chapadas do Alto Itapecuru, Imperatriz, Alto Mearim e Grajaú, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras.

Como os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006 são preliminares e não permitem o estabelecimento de correlações entre ocupação/emprego por tipo de cultura ou por tamanho de estabelecimento não temos como identificar de forma mais precisa a natureza dessa diminuição de postos de trabalho. Contudo, podemos avançar algumas hipóteses sobre os processos sociais que, segundo as especificidades regionais, devem estar associados à redução do número de agricultores familiares.

Num primeiro caso – que corresponde à redução observada nas MRHs de Imperatriz, Coelho Neto, Gerais de Balsas, Chapada das Mangabeiras e Chapadinha – podemos relacionar a diminuição do número de agricultores familiares com a perda de terra para outras formas de exploração agrícola, caso da atividade agropecuária, da lavoura da soja, da cana-de-açúcar e dos plantios de eucalipto.⁷ Ou seja, estamos diante de um processo de avanço do chamado agronegócio sobre explorações familiares.

Na MRH de Imperatriz encontramos dois agentes econômicos principais, quando consideramos a dinâmica da economia do cha-

7. Vale destacar que no caso da MRH dos Lençóis Maranhenses a redução observada pode estar relacionada com o processo em curso de aquisição de terras para o desenvolvimento de atividades associadas ao turismo e à exploração futura de gás e petróleo.

mado agronegócio: a pecuária e a silvicultura. O quadro abaixo (Quadro 3), que compara a evolução da área e do número de estabelecimentos agropecuários entre os dois últimos Censos Agropecuários, destaca a importância expansão dessas duas atividades econômicas e a retração da principal atividade econômica da agricultura familiar na região: a lavoura temporária.

Quadro 3: Evolução da área e do nº de estabelecimentos agropecuários segundo o tipo de utilização das terras – MRH de Imperatriz

	Nº de Estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (Ha)	
	1996	2006	1996	2006
Lavouras Permanentes	1.914	2.587	6.307	17.483
Lavouras Temporárias	11.854	5.938	223.256	104.744
Pastagens	7.289	9.281	862.641	1.054.776
Matas e Florestas	5.299	7.362	362.115	320.055
Total	13.342	12.551	1.493.293	1.528.186

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Em consonância com a importância da área de pastagens no conjunto da utilização das terras, temos, nessa região, o principal rebanho bovino do estado, com um total de 1.247.219 cabeças, o que corresponde a 22% do conjunto estadual. Já o caso da estagnação da área com matas e florestas pode ser explicado pelo fato que o principal impulso para a implantação da silvicultura na região ocorreu no início dos anos 1990, com processo de implantação da base florestal da empresa Celmar S/A, com a retomada em período mais recente da implantação de plantios florestais com o objetivo de sustentar a produção de carvão vegetal consumido por empresas siderúrgicas.

As microrregiões homogêneas de Gerais de Balsas, Chapada das Mangabeiras e Chapadinha possuem como característica comum a presença da sojicultura como atividade econômica principal do agronegócio. A diferença entre elas reside apenas no momento da implantação da sojicultura e o nível de importância desta em cada um dos contextos regionais.

Como podemos ver no Quadro 4 a sojicultura se consolida no sul maranhense (MRHs Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras) na década de 1990, espalhando-se em seguida para outras mesorregiões do estado. No caso da MRH de Chapadinha – situada no leste maranhense - essa expansão foi tentada na segunda metade da década de 1990, mas, só obteve êxito a partir dos primeiros anos do século XXI.

Quadro 4: Evolução da produção de soja no Maranhão, segundo as principais mesorregiões (em toneladas).

ANOS	Maranhão	Sul	Leste	Centro	Oeste
1990	4.176	4.176	-----	-----	-----
1991	8.037	8.037	-----	-----	-----
1992	24.029	24.029	-----	-----	-----
1993	87.370	86.389	-----	768	213
1994	140.637	140.116	41	480	-----
1995	162.375	162.303	72	-----	-----
1996	137.283	137.283	-----	-----	-----
1997	221.535	221.289	246	-----	-----
1998	290.438	290.189	249	-----	-----
1999	409.012	405.248	2.324	1.440	-----
2000	454.781	448.359	4.958	1.464	-----
2001	491.083	482.274	6.889	1.920	-----
2002	561.718	552.344	9.350	24	-----
2003	660.078	637.289	19.183	3.606	-----
2004	903.998	863.793	30.632	9.222	351
2005	996.909	943.904	46.799	6.206	-----
2006	931.142	824.759	92.386	13.997	----
2007	1.125.094	1.032.516	78.080	14.498	----

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE.

Por conta do **“atraso” relativo em sua implantação** e da resistência de movimentos sociais na região – coordenados pelo Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba – a expansão da sojicultura não obteve nessa microrregião os mesmos resultados que estabeleceu no sul do estado do Maranhão, de forma que a área plantada com soja no leste maranhense (32.490 ha) correspondeu, para no ano de 2007, a menos de 10% do efetuado no sul maranhense (346.714 ha).

Para a MRH do Médio Mearim, e, em menor medida, para a MRH do Pindaré, duas regiões que concentraram grande parte da mobilização camponesa pela reforma agrária realizada nos anos 80/90 (cf. CARNEIRO et al., 1998), a redução do efetivo de agricultores familiares pode estar associada a questões que dizem respeito à própria reprodução da unidade familiar de produção. Isto é, dizem respeito a problemas relacionados com as condições necessárias para a reprodução da agricultura familiar.

A observação dos dados sobre a evolução da área plantada na MRH do Médio Mearim mostra que área com lavouras permanentes diminuiu quase a metade, tendo ocorrido um pequeno aumento da área com pastagens e uma forte elevação da área de matas e florestas (Quadro 5). Nesse caso, podemos ter uma situação na qual as áreas em descanso ou “pousio” (terras produtivas não utilizadas na terminologia do IBGE) da agricultura familiar estão sendo contabilizadas na rubrica de Matas e Florestas (no Censo de 1996 elas compunham o total das Lavouras Temporárias), uma vez que os dados de campo que possuímos não indicam para essa região a expansão de plantios florestais. Mesmo considerando esse aspecto, a redução do número do número de agricultores familiares, do número de estabelecimentos e da área com lavouras temporárias apontam para problemas quanto a reprodução da agricultura familiar nessa MRH.

Quadro 5: Evolução da área e do nº de estabelecimentos agropecuários segundo o tipo de utilização das terras – MRH do Médio Mearim.

	Nº de Estabelecimentos		Área dos estabelecimentos (Ha)	
	1996	2006	1996	2006
Lavouras Permanentes	3.726	1.623	5.785	7.396
Lavouras Temporárias	24.212	7.657	145.536	77.857
Pastagens	5.922	5.794	430.949	451.132
Matas e Florestas	1.762	5.794	52.505	160.215
Total	29.159	22.725	651.206	586.059

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE.

No caso da MRH do Pindaré verificamos também essa situação de crise na agricultura familiar, como mostra o indicador da redução na área das lavouras temporárias, que passa de 384 mil hectares em 1996 para aproximadamente 80 mil hectares em 2006.

A crise que nos referimos pode ser observada principalmente nos assentamentos de reforma agrária implantados nessa região, principalmente naqueles situados nos municípios de Buriticupu, Bom Jesus das Selvas e Santa Luzia do Tide, que foram implantados em áreas de baixa qualidade agrícola, com dificuldade de acesso a recursos hídricos e cuja cobertura florestal⁸ fora quase que totalmente destruída por seus antigos proprietários (Empresas agropecuárias pertencentes aos grupos Sanbra, Meira Lins, Varig, Cacique, etc.).

Esse mesmo tipo de situação repete-se na área dos colonos, instalados nos anos 1970, no denominado Projeto Pioneiro de Colonização da COMARCO, cujos lotes situam-se distantes dos principais rios da região (Pindaré, Buriticupú, Zutiua, etc.).

O padrão de distribuição de terras operado pelos órgãos fundiários estatais nessas duas situações (política de colonização e política de reforma agrária) colide o ensinamento preconizado pelo geógrafo pernambucano Manoel Correia de Andrade, um dos principais estudiosos do Maranhão, pois, segundo ele: “Os trechos altos (da pré-Amazônia) que não recebem aluviões durante as enchentes e que são mais atingidos pela erosão (...) **não devem ser desmatados**, mas explorados racionalmente, através da coleta dos produtos aí existentes e da retirada de madeira” (ANDRADE, 1984, P. 80).

A ampliação observada nessa MRH das terras utilizadas com matas e florestas (passam de 240.494 para 385.292 hectares) e de pastagens (passam de 862.955 para 1.106.045) deve-se ao fato de que parte importante da implantação dos plantios florestais das siderúrgicas de Açailândia localiza-se nos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas, en-

8. Para uma visão do processo de destruição florestal da Pré-amazônia maranhense, que, antecipa os processos em curso no restante da Amazônia Legal veja-se o artigo de David Oren, “Uma Reserva biológica para o Maranhão (Ciência Hoje, vol. 8, n. 44, 1988)

quanto a pecuária tornou-se a principal atividade econômica regional, sendo praticada por pequenos, médios e grandes proprietários, como mostram os dados coletados por Porro *et al.* (2004, p.46).

Outro tipo de situação, que verificamos sua existência com maior força nas MRHs de Codó e de Presidente Dutra, diz respeito à persistência do mecanismo do arrendamento como forma de acesso a terra para agricultores que perderam suas terras e vivem nas chamadas “pontas de rua” das sedes municipais.

Nessas MRHs a concentração da propriedade da terra e a inexistência de alternativas econômicas importantes à atividade agrícola – salvo o emprego público e algumas atividades industriais de pequena monta – coloca a questão da migração para o trabalho em outros estados (Pará, São Paulo, Goiás, etc.) como a principal fonte de renda para milhares de trabalhadores rurais, como mostram os estudos que realizamos sobre a migração para a lavoura canavieira paulista.

4. Esboçando uma conclusão

Creio que o elemento mais importante da análise que fizemos acerca dos resultados preliminares do Censo Agropecuário é o seguinte: apesar de toda a mobilização realizada ao longo dos últimos anos, do importante número de assentamentos de reforma agrária conquistados (CARNEIRO, 1999) a agricultura familiar passa por um momento extremamente difícil no Maranhão.

Como já avançamos na seção anterior, essa dificuldade de reprodução da agricultura familiar está relacionada com o avanço de outros agentes sociais (pecuaristas, sojeiros, empresas guseiras, especuladores imobiliários, etc.) sobre suas áreas, mas também está associada a problemas que dizem respeito ao tipo de áreas que foram desapropriadas⁹ e à qualidade do apoio (assistência técnica, financiamento, políticas públicas) que lhe é prestado.

9. Penso aqui nos assentamentos criados na MRH do Pindaré situados longe das principais vias regionais de escoamento da produção, com solos bastante explorados e com difícil acesso a recursos hídricos. Como produzir e garantir a reprodução do grupo familiar nesse tipo de condição?

Indo além da constatação da gravidade da situação, creio que os dados do Censo Agropecuário podem servir para alimentar uma reflexão séria e consistente sobre o tipo de ação que pode ser feita para enfrentar essas diversas situações. Pois, uma das funções desse tipo de levantamento é a de subsidiar o poder público com informações de boa qualidade, de forma a permitir a produção de ações eficazes.

Nesse sentido, pelo menos três ações nos parecem urgentes: i) a realização de ações de regularização fundiária; ii) a construção de um zoneamento econômico-ecológico participativo e, iii) a construção de um sistema estadual de pesquisa e extensão voltado para o suporte à agricultura familiar.

Esse conjunto de medidas, que foram sugeridas por ocasião do encontro do governo do estado com a sociedade civil do Baixo Parnaíba, respondem aos dois processos que identificamos como desestabilizadores da agricultura familiar maranhense e podem reverter algumas das tendências em curso no campo maranhense (concentração fundiária, perda de postos de trabalho, etc.).

Detalhando o significado de casa uma dessas medidas podemos dizer que a ação de regularização fundiária se insere no combate ao processo de grilagem de terras e de expropriação de comunidades tradicionais em curso nas regiões de fronteira agrícola¹⁰; que o zoneamento econômico-ecológico é um instrumento importante de deliberação sobre a vocação econômica desta ou daquela região, da definição de ações prioritárias para o desenvolvimento desta ou daquela atividade produtiva, enquanto o investimento na construção de um sistema estadual de pesquisa e extensão é peça fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, através do aporte de tecnologias adaptadas para o enfrentamento das demandas dos agricultores em cada situação específica.

10. Segundo matéria veiculada no jornal Valor Econômico (19.02.2008, p. B11), a propriedade de trezentos mil hectares de terra na região do oeste baiano está sendo contestada por conta de irregularidades observadas na cadeia dominial dos imóveis adquiridos para a produção de grãos.

Bibliografia citada

- ANDRADE, M. C. de (1984) **Ensaaios sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES.
- CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. (2003) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ/NEAD/MAUAD.
- CARNEIRO, M. D. S., PAULA ANDRADE, M., MESQUITA, B. A. (1998) A miséria da Reforma e a reforma da miséria - notas sobre assentamentos e ações da chamada Reforma Agrária no Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, v.2, p.101-132.
- CARNEIRO, M. D. S. (1999) **Agricultura familiar e grandes projetos no Maranhão na década de 90**. São Luís: Forum Carajás.
- CARNEIRO, M. D. S., MARINHO, K., SANTOS, A. J. (2007) Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: Editora da UFSCAR, p. 215-232.
- CARNEIRO, M.D.S. (2008) A expansão e os impactos da soja no Maranhão In: SCHLESINGER, S. NUNES, S.P.; CARNEIRO, M.S. **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, p. 77-147.
- DIEESE/NEAD. (2006) **Estatísticas do Meio Rural**. São Paulo: DIEESE, 276p.
- MAY, P. H. (1990). **Palmeiras em Chamas: Transformação agrária e justiça social na zona do Babaçu**. São Luís: EMAPA/FINEP/FUNDAÇÃO FORD.
- MOURA, Flávia A. (2008) Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 5, n.9-10, p. 177-193, 2008.
- PAULA ANDRADE, M. (1999). **Terra de Índio - identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas, 1999.
- _____ (2007) **Os gaúchos descobrem o Brasil - projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: EDUFMA.
- PRADO, Regina. (2007) **Todo ano tem - as festas na estrutura social camponesa**. São Luís: EDUFMA.
- PORRO, R.; MESQUITA, B.A.; PASTOR, I. (2004) **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia – Maranhão, Brasil**. Brasília: Editora da UNB.
- SÁ, Laís Mourão (2007). **O Pão da Terra - propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA.

A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia

Marcelo Sampaio Carneiro

José Ricardo Ramalho

1. Introdução

Nosso texto discute os efeitos da crise econômica global sobre um setor específico da economia maranhense, o setor que envolve a produção de ferro-gusa e que reúne sete unidades industriais, cinco localizadas em Açailândia, uma em Bacabeira e outra em Pindaré-Mirim.

Os argumentos estão baseados em informações sobre a evolução recente das exportações de ferro gusa, obtidos através da consulta ao banco de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O objetivo final é contrapor esses dados às informações que vêm sendo veiculadas publicamente pelo representante do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA), de forma a estabelecer uma relação entre os prejuízos nas exportações dessas empresas, atingidas pela retração do mercado internacional, e a onda de demissões de trabalhadores metalúrgicos no município de Açailândia.

2. O surgimento do setor guseiro na Amazônia

A produção de ferro gusa tendo o carvão vegetal como insumo energético e redutor inicia-se no século XIX e consolida-se nos anos 1930. Mesmo com o surgimento e a expansão da siderurgia a coque metalúrgico a produção guseira a partir do carvão vegetal continuou ocupando um importante espaço na siderurgia brasileira.

O desenvolvimento dessa produção baseou-se no estabelecimento de um sistema produtivo marcado pela coexistência de dois tipos de produtores de ferro gusa: produtores integrados, e os produtores independentes. Os integrados fabricam ferro gusa em unidades siderúrgicas de maior porte, que incluem a produção de aço e outros produtos mais elaborados. As unidades independentes caracterizam-se pela produção exclusiva do ferro gusa, vendendo-a em seguida para fundições e aciarias.

Em avaliação recente, Monteiro (2006) identifica nos produtores integrados uma diminuição progressiva da utilização de carvão vegetal na produção do ferro gusa, passando para o coque metalúrgico. O mesmo não ocorre entre os produtores independentes, que continuam mantendo o carvão vegetal como insumo produtivo.

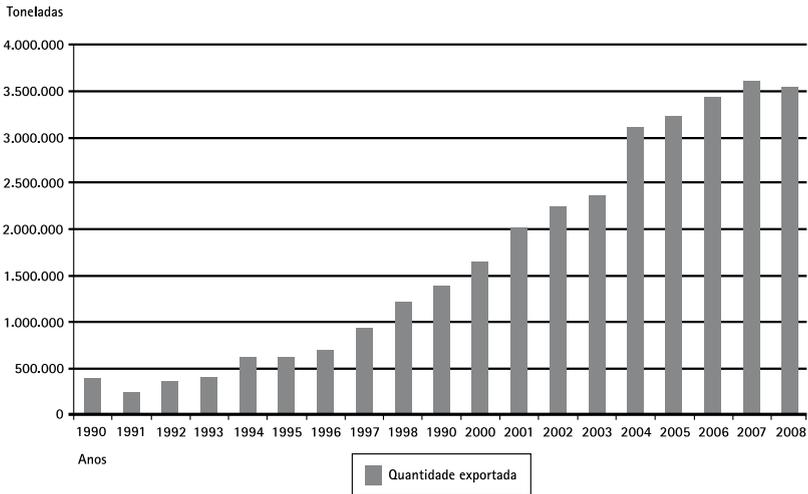
Até o final de 1980 a produção de ferro gusa com utilização de carvão vegetal estava concentrada quase que exclusivamente em Minas Gerais. Somente na década seguinte que houve um deslocamento regional importante, com o surgimento das primeiras unidades fabris na Amazônia Oriental, nos municípios de Açailândia/MA (Viena Siderúrgica e Cia. Vale do Pindaré) e Marabá/PA (Cosipar e Simara).

O deslocamento da produção guseira nesse período está relacionado com a concessão de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM, oferecidos pelo governo federal no âmbito do denominado “Programa Grande Carajás”, e da construção, por parte da Cia. Vale do Rio Doce, de infra-estrutura para o escoamento do minério de ferro da mina de Carajás através de uma ferrovia e do porto de Ponta da Madeira em São Luis/MA (Carneiro, 1989).

3. A evolução recente da produção guseira na Amazônia

Embora com um início tímido, em 1990 representava menos de 5% da produção total do país, a produção guseira a partir da Amazônia Oriental vem aumentando progressivamente sua participação no conjunto da produção siderúrgica a carvão vegetal no Brasil, fechando o ano de 2008 com mais de 3,5 milhões de toneladas exportadas (Gráfico 1).

Gráfico 1: Quantidade de ferro gusa exportado (Maranhão e Pará) 1998-2008

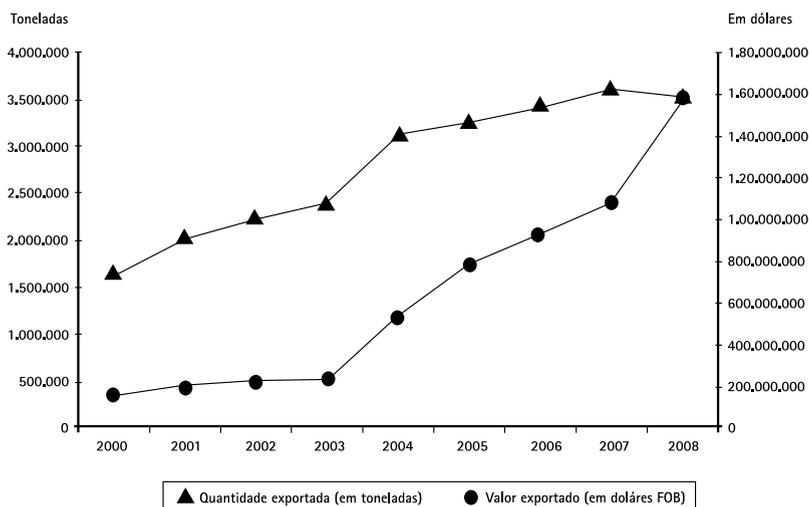


Fonte: SINDIFER e SECEX/MDIC.

O cruzamento da quantidade com o valor exportado entre 2000 e 2008, conforme gráfico abaixo, demonstra que enquanto o volume do ferro gusa exportado (medido em toneladas) duplica nesse período, o valor das exportações de ferro gusa (medidas em dólares) quase decuplica, passando de cerca de US\$ 165 milhões em 2000, para US\$ 1,5 bilhão em 2008. Este crescimento tornou-se possível pelo salto do preço médio do ferro gusa exportado, que passou de US\$ 99,6/ton para US\$ 445,6/ton no mesmo período.

A evolução do preço do ferro gusa acompanhou o movimento verificado nos preços das *commodities* minerais, motivados pelo crescimento da demanda chinesa e indiana sobre o mercado mundial de produtos siderúrgicos. Isto permitiu às empresas produtoras de ferro gusa localizadas no Pará e Maranhão, a obtenção de resultados excepcionais, permitindo que a maioria delas realizassem investimentos em aquisição de terras e de modernização das relações de trabalho no suprimento de carvão vegetal (Carneiro, 2008).

Gráfico 2: Evolução da quantidade e valor de ferro gusa exportado (2000 - 2008)



Outro aspecto que chama a atenção na leitura dos dados (ver quadro 1 abaixo), é o fato de que os efeitos da crise econômica atual não afetaram as exportações de ferro gusa em termos do valor exportado até o final de 2008. Uma pequena redução na quantidade exportada (de pouco mais de 67 mil toneladas) foi mais do que compensada pelo valor exportado, com um aumento de cerca de 498 milhões de dólares quando comparado ao ano anterior.

Quadro 1: Quantidade e valor do ferro-gusa exportado (Pará e Maranhão)

Anos	Quantidade (em toneladas)	Valor (em US\$ FOB)
2000	1.652.000	164.543.418
2001	2.021.500	190.680.693
2002	2.245.000	223.839.114
2003	2.364.500	244.511.241
2004	3.102.750	537.171.450
2005	3.228.287	782.242.250
2006	3.452.400	921.974.700
2007	3.599.315	1.082.670.247
2008	3.532.259	1.581.027.710

4. Jogando o impacto da crise sobre os trabalhadores

Os dados oficiais das exportações brasileiras (Quadro 1), demonstram de forma inequívoca que as empresas guseiras do Pará e Maranhão finalizaram o ano de 2008 com grandes lucros. No quadro abaixo, separamos os resultados (em termos de valor) das exportações realizadas por cada uma das empresas localizadas no estado do Maranhão e os comparamos com o valor obtido pelas exportações no ano anterior.

Quadro 2: Evolução do valor das exportações de ferro gusa por empresa localizada no Maranhão – (2007/2008) (em US\$ FOB)

Empresa	2007	2008	Varição
Viena Siderúrgica	145.419.000	217.931.190	+ 72.512.190
Gusa Nordeste	92.905.660	133.237.400	+ 40.331.740
Cia. Vale do Pindaré*	78.871.330	129.900.950	+ 51.029.620
Cia. Siderúrgica do Maranhão* (Cosima)	72.601.610	116.458.920	+ 43.857.310
Maranhão Gusa (Margusa)	49.457.630	85.145.980	+ 35.688.350
Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar)	63.191.660	70.678.310	+ 7.486.650
Siderúrgica do Maranhão* (Simasa)	29.840.880	2.847.530	- 26.993.350
Total	532.287.770	756.200.28	+ 223.912.510

Fonte: SECEX/MDIC. (*) Pertencentes ao grupo empresarial Queiroz Galvão.

Os dados são claros e apesar dos efeitos da crise econômica mundial, as empresas não podem se queixar dos resultados dos últimos anos, com um incremento da ordem de quase 224 milhões de dólares no valor exportado. A empresa que teve o melhor resultado foi a Viena Siderúrgica, com mais 72,51 milhões dólares, vindo em seguida o grupo Queiroz Galvão, proprietário das empresas Cia. Vale do Pindaré, Simasa e Cosima, que exportou cerca de 65 milhões de dólares a mais que em 2007, e a empresa Gusa Nordeste, com mais US\$ 40 milhões exportados.

O desempenho bastante positivo das empresas, no entanto, não as impediu de aos primeiros sinais da crise econômica internacional iniciar uma onda de demissões dos trabalhadores. Nas palavras do presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA), Cláudio Azevedo, sem a assinatura de novos contratos de venda, o único caminho das empresas seria a demissão de trabalhadores:

“Três indústrias já paralisaram completamente suas atividades. Se não houver novos contratos, o setor deverá ser paralisado completamente no mês de março. Não temos mais condições de funcionamento, já que toda nossa produção está sendo estocada por falta de compradores” (Crise obriga siderúrgicas a reduzir 60% das atividades no Maranhão. **O Estado do Maranhão**, 05.02.2009, p. 8).

Embora o argumento da ausência de novos contratos sirva como justificativa, tendo em vista que as exportações de ferro gusa se destinam principalmente aos Estados Unidos, país mais afetado pela crise econômica, dados da Secretaria de Comércio Exterior (Quadro 3) mostram que as empresas siderúrgicas localizadas em Açailândia continuaram exportando nos três primeiros meses de 2009, inclusive, em um volume e valor superiores ao do mesmo período de 2008.

Quadro 3: Comparação das exportações de ferro gusa realizadas por empresas localizadas no município de Açailândia/Ma no primeiro trimestre de 2009 com o mesmo período em 2008

	<i>Janeiro a Março</i>	<i>Janeiro a Março de 2009</i>	<i>Variação</i>
<i>de 2008</i>			
Quantidade Exportada (em toneladas)	224.072	271.748	+ 47.676
Valor Exportado (Em US\$)	76.612.116	131.869.706	+ 55.257.590

Em outras palavras, as empresas continuaram exportando e lucrando com a venda do ferro gusa estocado, mas de forma oportunista aproveitaram o cenário da crise econômica para demitir trabalhadores. Os dados comprovam de modo inequívoco que demissões poderiam ter sido retardadas enquanto se confirmavam reduções efetivas nas exportações de ferro gusa.

Nas palavras do presidente do Sindicato dos metalúrgicos de Açailândia, José Sampaio (2009), as demissões tiveram um efeito imediato de desemparo.

Porque quando se trata da crise se percebe que não tem melhora nenhuma. (...) Ela estabilizou, está aí parada (...) O que eu acho é que a empresa que seguiu o seu quadro de funcionários até agora, ela tem toda condição de segurar até mais na frente. (...) O que eles passam para nós é que eles tão produzindo aquilo que já estava contratado. E que essa produção já está terminando (...) Quando o trabalhador que é assalariado, que ganha um salário para sobreviver, que perde o emprego, vem uma série de problemas. Tem as crianças na escola, já tem dificuldade para comprar material escolar... Todos que foram desempregados perderam seu plano de saúde. Se precisar de imediato, precisa correr para o hospital municipal. Eu acho que as conseqüências elas são de uma forma geral, para a própria família.

Ou seja, as empresas continuaram exportando, provavelmente o ferro gusa estocado, mas, demitiram os trabalhadores, e se aproveitaram da crise para tentar obter ganhos em negociações com a Cia. Vale do Rio Doce e os governos federal e estadual, com reivindicações como a redução do preço do minério de ferro vendido pela CVRD, a liberação de créditos de exportação (Lei Kandir) e a concessão de linha de crédito para reflorestamento pelo BNDES. Segundo o discurso do representante do SIFEMA, sem esses incentivos o Maranhão deverá “perder sua principal indústria” (Siderurgia maranhense pede hoje apoio aos ministros Dilma e Lobão. *O Estado do Maranhão*, 28.03.2009, p.8).

Outra ênfase do discurso patronal tem sido o número de trabalhadores da cadeia de produção de ferro gusa afetados pela desativação dos altos-fornos. Para o presidente do SIFEMA, em matéria publicada no jornal *O Estado do Maranhão*, haveria cerca de 20 mil desempregados somente no município de Açailândia.

“As conseqüências sociais também são desastrosas. Mais de 5 mil pessoas que trabalhavam nas siderúrgicas perderam o emprego. Só na cidade de Açailândia o desemprego já atinge cerca de 20 mil pessoas, das quais boa parte trabalhavam em atividades terceirizadas ao processo das indústrias, como reflorestamento, plantio e produção de carvão vegetal” (Siderurgia continua em crise no MA. *O Estado do Maranhão*, 12.04.2009, p.14).

Contudo, se levarmos em consideração os dados oficiais do emprego formal (com carteira assinada) informados pelas próprias empresas ao Ministério do Trabalho e Emprego (Quadro 4), o número total de empregos formais para o conjunto da economia do município de Açailândia atingiu 14.514 pessoas no fim do ano de 2007, com destaque para o emprego na Agropecuária (3.186), na Administração Pública (2.591), na Indústria da Transformação (2.568 empregos), no setor de serviços (2.386) e no comércio (2.095).

Quadro 4: Número de empregos formais no município de Açailândia e evolução das demissões e admissões em 2008 e 2009

<i>Setor</i>	<i>Empregados em 31.12.2007</i>	<i>Admissões e Demissões em 2008</i>	<i>Admissões e Demissões em 2009*</i>
Indústria de Transformação	2.568	- 312	- 415
Serviços Ind. de Utilidade Pública	62	- 4	- 16
Construção Civil	1.625	- 84	- 93
Comércio	2.095	+ 143	+ 209
Serviços	2.386	+ 96	- 74
Administração Pública	2.591	0	0
Agropecuária	3.186	- 872	+ 392
Outros	1	0	0
Total	14.514	- 1.033	+ 3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. () Dados até março de 2009.*

Essa mesma fonte de informação revela que o saldo entre o número de demissões e admissões durante o ano de 2008 foi de - 1.033 pessoas, com destaque negativo para as demissões ocorridas nas atividades da agropecuária (com - 872 empregos) e na Indústria da Transformação (- 312 empregos). Ou seja, os trabalhadores que primeiro sentiram os efeitos da decisão das empresas de cortar postos de trabalho foram os empregados do setor de reflorestamento, do carvoejamento e do emprego industrial.

Os dados para os três primeiros meses de 2009 confirmam a tendência de demissões na indústria do ferro gusa (- 415 empregos), mas, apontam para uma recuperação na atividade agropecuária (+ 392 empregos), o que deve ser ressaltado, pois é um segmento que envolve outras atividades importantes em Açailândia, como a pecuária, de forma que o volume de emprego gerado não depende unicamente da produção de carvão para as siderúrgicas.

Também chama atenção, nos dados do Ministério do Trabalho, o desempenho do emprego formal no comércio de Açailândia,

que, ao contrário do que vem sendo anunciado pelo representante das empresas de ferro gusa, não está enfrentando uma grave onda de demissões¹.

O que os dados mostram é que o processo de demissões relacionado com a crise do setor de ferro gusa atinge principalmente os trabalhadores diretos dessas empresas (727 demissões no período) e em atividades associadas à produção guseira, caso da construção civil (saldo negativo de 177 demissões) e na agropecuária² (saldo negativo de 380 demissões), mas não possuem a dimensão catastrófica que os números repassados à imprensa tentam construir.

5. Um balanço preliminar dos efeitos da crise e algumas sugestões para o seu enfrentamento

Os dados apresentados no texto dão uma boa idéia do que está acontecendo em termos dos efeitos da crise econômica sobre o setor siderúrgico localizado na Amazônia e, em particular, no estado do Maranhão. A leitura destas informações demonstra que as empresas siderúrgicas da região estão bem preparadas para enfrentar a crise econômica mundial, pois tiveram ao longo dos últimos cinco anos um desempenho excepcional em termos de valor e quantidade de ferro gusa exportado (Gráfico 2), confirmado pelo excelente desempenho obtido pelas exportações em 2008 e no início de 2009 (Quadro 2).

Por outro lado, o nível de demissões no município de Açailândia não alcançou as dimensões anunciadas pelo SIFEMA, mas atingiu

1. Vale ressaltar que os dados do Ministério do Trabalho e Emprego referem-se ao conjunto de demissões e admissões no período enfocado e que o número que apresentamos no Quadro 4 refere-se ao saldo, à diferença entre o total de admitidos e demitidos no período de tempo. No caso do comércio, por exemplo, em 2008, ocorreram 885 demissões e 1.028 admissões, o que dá um saldo de 143 empregos gerados durante esse ano. Para esse mesmo setor, até março de 2009, ocorreram 249 demissões e 458 admissões, o que dá um saldo de 209 novos empregos.

2. Caso do trabalho na produção de carvão vegetal e das atividades de reflorestamento que aparecem nas estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego como pertencentes ao setor da agropecuária.

de forma vigorosa os trabalhadores diretos e indiretos da indústria do ferro gusa (Quadro 4), no final das contas as principais vítimas da estratégia adotada pelas empresas de ferro gusa diante da redução das exportações que só ocorrerá quando as vendas dos contratos antigos deixarem de ocorrer.

O que esses números apontam é que o debate sobre os efeitos da crise da siderurgia localizada no Maranhão deve concentrar esforços na criação de soluções imediatas para resolver o desemprego de trabalhadores (diretos e indiretos) das empresas siderúrgicas, como por exemplo, na manutenção dos trabalhadores no quadro das empresas e no oferecimento de cursos de qualificação profissional durante o período em que os altos fornos estiverem paralisados.

Uma vez enfrentada essa questão fundamental, o debate sobre a crise pode ser uma boa oportunidade para discutir uma estratégia de desenvolvimento mais adequada para a região. Somente após essa reflexão é que algum tipo de suporte deve ser concedido, agregado à exigência de contrapartidas sociais claras por parte das empresas, tais como a manutenção do emprego dos trabalhadores na cadeia produtiva do ferro gusa, o respeito ao meio ambiente e à legislação trabalhista nas atividades de produção de carvão vegetal e a realização de investimentos para a verticalização da produção siderúrgica na região.

Bibliografia Citada

CARNEIRO, Marcelo S. Estado e empreendimentos guseiros no Programa Grande Carajás. In: CASTRO, E. *et al.* (Org.) **Amazônias em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA/ARNI/CELA, 1989, p. 151-192.

_____. Crítica Social e Responsabilização Empresarial. Análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Cadernos do CRH** (UFBA), v. 21, 2008, p. 323-336,

MONTEIRO, M. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v.9, n.2, 2006, p. 55-97.

Entrevista realizada com João Sampaio (Presidente do Simetal - Açailândia), em 20.01.2009.

*Violência sem fronteiras
na Pré-Amazônia
indígena maranhense:
uma análise**

Cláudio Bombieri

Várias matérias apareceram recentemente na imprensa nacional noticiando o assassinato de dois índios Guajajara na área indígena Araribóia, Maranhão. As mortes ocorridas em duas diferentes aldeias, à distância de poucas semanas uma da outra, foram relacionadas a disputas por madeira nobre na área. Denúncias apresentadas anteriormente pelos próprios índios Guajajara davam conta de que a tensão na área indígena Araribóia e na região centro oeste do Maranhão alcançava níveis alarmantes. Isto acabou mobilizando a Polícia Federal e o IBAMA do Maranhão que deflagraram conjuntamente, em final de outubro passado, várias operações nas regiões da Pré-Amazônia Maranhense, nos municípios de Grajaú, Arame, Buriticupu, Centro Novo. Foram feitas apreensões de milhares de metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente de áreas indígenas e reservas florestais, destruídos milhares de pés de maconha e interditadas dezenas de serrarias.

Numa primeira análise de todos esses acontecimentos o leitor poderia ser levado a achar que justiça está sendo feita e que os agressores do meio ambiente e das populações indígenas, graças à intervenção do Estado, estão com os dias contados. As notícias

* O presente artigo foi redigido em março de 2008, sendo encaminhado ao site dos Combonianos Brasil Nordeste: <http://combonianosbne.org/>.

veiculadas pela imprensa, entretanto, não dão conta de todas as circunstâncias, das causas e dos contextos que geraram a resposta da Polícia Federal. Menos ainda dos impactos que essas operações oficiais vão produzir nas comunidades indígenas e nas comunidades não-indígenas que vinham se beneficiando com o patrimônio indígena. Numa leitura mais apurada e a partir de dados, fruto de convivência e observação nas comunidades indígenas do Maranhão, essas operações manifestam a clara falência do Estado em sua capacidade de proteger bens que lhe pertencem e de garantir aos seus cidadãos aquela segurança e paz de que deveria zelar.

Operações teatrais e ausência do estado

Quando um Estado tem que lançar mão de operações especiais de tamanha envergadura é porque a sua capacidade de prevenir e de se antecipar falhou. O seu sistema de inteligência não soube detectar em tempo hábil as ilegalidades que vinham se construindo, se expandindo e estruturando em determinados setores sociais. Um dado parece-nos inquestionável: o Estado através de suas instituições não soube implantar políticas públicas locais que hipoteticamente poderiam inibir eventuais invasões de áreas de reservas ambientais e indígenas federais. Não soube ser eficiente em montar um esquema de fiscalização e de monitoramento capaz de inibir abusos, arbitrariedades e crimes ambientais.

Com isso, o que pode parecer como força avassaladora do Estado acaba sendo uma exposição de sua fragilidade. A forma espetacular e espalhafatosa da Polícia Federal exibindo suas metralhadoras, fardas, gritos, não consegue esconder o escasso poder de fogo desse tipo de operação. Sabe-se, de fato, que toda “operação especial” tem prazo determinado e tem efeitos circunstanciais e imediatos. Uma operação especial reprime, apreende, prende, interdita, rompe temporariamente redes de relações sociais e cumplicidades comerciais, mas não reconstrói, não cria alternativas, não facilita acordos entre as partes, não debate formas alternativas de produção. Não gera, enfim, relações de

respeito pelos direitos e pela legalidade. Muitos falam até que essas operações não passam de uma verdadeira “indústria de diárias” para os seus integrantes, para engordar seus salários.

Após a operação, volta a ausência do Estado e são retomadas as mesmas práticas criminosas, embora as partes tenham que rever suas estratégias. Madeireiros, intermediários, donos de serrarias, lavradores, indígenas, comerciantes e poderes públicos locais têm que reconstruir novas formas de aliança e de colaboração entre si para “se defender do Estado”! Para a grande maioria das pessoas o Estado intervém para negar-lhe o pão de cada dia. Aquele Estado que deveria ser um seu aliado natural, volta-se contra eles, impedindo-lhes o acesso a um mínimo de bem-estar. Não importa se isso é conseguido mediante atividades ilegais ou criminosas. Como não ver isso na reação maciça da cidade de Buriticupu que no mês de outubro passado pôs a correr Polícia Rodoviária Federal e Militar, e interditou por uma semana a BR 222? O que dizer das manifestações públicas de altos representantes do Poder Legislativo e empresarial de Grajaú que, ao constatar a presença maciça da Polícia Federal na cidade, invocavam a sua imediata saída como condição para que a “cidade não parasse e pudesse voltar à sua normalidade”? Na cidade de Arame a 500 km de São Luis a população ficou aguardando ao longo de várias semanas, ansiosamente, a saída da Polícia Federal acolá instalada, porque a construção civil e parte do comércio haviam parado. Não se encontra madeira na região, do mesmo jeito que em Grajaú e outros municípios próximos. Esses fatos sinalizariam, por acaso, que o bem-estar dessas cidades vem sendo gerado graças à ilegalidade?

Sem projetos, sem alternativas, abandono administrativo

Perguntamo-nos: qual o resultado prático dessas operações na perspectiva de uma solução definitiva para as inúmeras práticas comerciais criminosas que se dão nas proximidades das maiores áreas indígenas situadas na Pré-Amazônia Maranhense, a saber: Araribóia (413.288 ha), Alto Turiaçu (530.525 ha), Caru (172.667 ha) e Awá-

Guajá (118.000 ha)? A tentação imediata é responder: nenhum. Nem o efeito moral do exibicionismo e da teatralidade policial consegue arranhar a convicção da população local de que uma vez terminada essa pressão toda, tudo volta como antes. Sempre foi assim. Quantas outras operações foram executadas nessas regiões do Maranhão terminando sistematicamente da mesma forma?

Na realidade, essas regiões do Maranhão vivem numa situação de ausência do Estado de Direito. O Estado parece estar presente só através de suas formas repressivas e cobradoras. Através da Polícia Militar que se alia aos comerciantes mais influentes do município e só deles recebe ordens; do executivo municipal, refém dos poucos recursos advindos dos repasses constitucionais, vítima de sua incompetência administrativa e de sua ganância senil sem limites; do judiciário paralisado e de mãos atadas por quem lhe paga aluguel e contas de água e energia.

O cidadão, o indígena, os próprios funcionários do Estado de quem não se sentem representantes, encontram-se sós e abandonados. Não há projetos para eles e para a sua cidade. Em determinados momentos conseguem construir entre si alianças temporárias e pactos sociais informais para garantir uma coexistência mais ou menos pacífica, desde que todos “ganhem alguma coisa”. Quando isso não é possível, porque o Estado vem para quebrar esse frágil equilíbrio, eclode o conflito físico. É o caso dessas operações federais. O que fica em todos é a sensação de fracasso como cidadãos, de incapacidade e inviabilidade de construir um projeto de desenvolvimento local próprio e legal. Sentimentos de revolta e represália pairam sobre os aliados e cúmplices de ontem e de hoje, não somente contra o Estado brutal comum, seja ele federal ou estadual, mas também entre a própria população local, principalmente contra aqueles “vizinhos indígenas” que dificultam ou não permitem a plena exploração de suas terras e florestas próximas, o que criaria dinamismo econômico para a cidade.

Dois cenários: duas direções

Diante da persistência de conflitos abertos entre setores dessas cidades próximas das áreas indígenas e as comunidades indígenas que vivem nelas, vislumbramos dois grandes cenários. Há alguns sinais/acontecimentos que vêm aparecendo com maior intensidade nesses últimos dois anos e que apontam para isso.

Um primeiro cenário: um número sempre maior de indígenas, por conta própria e não por consenso coletivo, intensificam as transações comerciais madeireiras. Isso pode representar a expressão clara da dependência do processo de monetarização instaurado nas aldeias (salários, aposentadorias, bolsas família, repasses, projetos, etc.). A ausência do Estado e a impunidade para quem comete esses crimes é um incentivo ainda maior. É também uma forma que alguns setores indígenas encontram para manter um instável equilíbrio com as populações limítrofes não indígenas, uma espécie de pacto de não-agressão. É um modo de silenciar a população local que os acusa de improdutivos e, para o Estado, é um verdadeiro tapa na cara por ele, supostamente, não lhes conceder aquelas benesses (direitos?) que deveria dar.

O Maranhão chegou à sua última fronteira, nesse setor. Madeira nobre de florestas primárias só existem em áreas indígenas, mas por enquanto. As siderúrgicas do pólo de Pequiá/Açailândia, propositalmente desprevenidas em sua auto-suficiência energética, pressionam sistematicamente por mais carvão vegetal. A agroindústria começa a dar sinais de querer investir também nessas regiões. Fora essas operações federais oficiais, circunstanciais e parciais – pois não alcançam, por exemplo, a região norte do município de Zé Doca e São João do Caru –, da Polícia Federal e do IBAMA não há quem iniba e reprima as atividades madeireiras ilegais no Estado. A própria Secretaria Estadual do Meio Ambiente é inoperante, quando não cúmplice. As conseqüências advindas desse primeiro cenário são bastante evidentes: para determinados setores das comunidades não indígenas (dependentes dos recursos florestais das áreas indígenas)

significaria uma maior intensificação da exploração, segundo a lógica de que antes que ocorra uma nova operação federal há que se aproveitar bem e rápido. Além disso, para a fraca economia local significaria uma sobrevida não indiferente.

Já para as comunidades indígenas, além da destruição de um patrimônio florestal único, a concretização desse cenário teria como conseqüência a implosão explícita e definitiva dos seus sistemas intra-étnicos. Isso poderia representar um golpe mortal aos sonhos de autonomia acalentados por determinadas comunidades indígenas dessas regiões. Haveria uma incontrolável dispersão e atomização étnica associada a disputas fratricidas por gerenciamento de recursos oficiais, benefícios econômicos, para algumas famílias indígenas ou aldeias em troca da madeira de suas florestas.

Há, também, um segundo cenário que pode ser vislumbrado com iguais ou menores chances de vir a acontecer. Nele, determinadas comunidades ou setores indígenas que passaram incólumes a qualquer tipo de transação madeireira podem vir a pegar na mão a condução do processo de retomada de controle da integridade físico-territorial de suas áreas e do seu “desenvolvimento étnico”. Há um inegável despertar e tomada de consciência sobre o sentido das experiências traumáticas de assassinatos, acidentes, cooptações, invasões, conflitos gerados ao longo desses últimos 20 anos nas áreas indígenas da Pré-Amazônia do Maranhão.

É algo tópico, incipiente, mas significativo. Sem constituírem organizações formais, com o apoio e a sustentação de várias aldeias, determinadas lideranças estão inibindo e coibindo, com formas próprias, as práticas individuais de negociação do patrimônio ambiental indígena. Reduzem, de um lado, o ritmo de sua venda e/ou entrega e, do outro, apontam para um retorno à “terra-mãe” outrora intocável. Além disso, ao produzir prejuízo aos “negociadores” esses setores indígenas fortalecem-se internamente, adquirem força moral perante as demais aldeias e lideranças, capacitando-se para liderar novas mobilizações de defesa e preservação da terra. Isso vem ocorrendo na área indígena Alto Turiaçu com os Ka’apor, em que

pese o abandono por parte de FUNAI, IBAMA e outras instituições públicas, e em algumas regiões da área indígena Araribóia.

Nesse segundo cenário, esses setores indígenas precisam ser apoiados e fortalecidos pelas instituições federais e estaduais, pois estão fazendo o que o próprio Estado deveria fazer. Tornam-se, indiretamente, a longa mão de um Estado que supostamente pretende defender limites, bens públicos e cidadãos. Acreditamos ser este um cenário possível de ser realizado se o Estado Brasileiro fizer de fato a opção de crescer com justiça social diferenciada e ambiental, e se suas políticas forem realmente voltadas para quem, in loco, defende limites, fronteiras e as matas que “captam o carbono” de quem não tem limites e fronteiras para crescer e destruir.

*A Base de Lançamento e seus impactos sobre as populações tradicionais de Alcântara**

Maristela de Paula Andrade
Benedito Souza Filho

1. Introdução

Imaginada pelos militares nos anos 80 como um “vazio demográfico”, Alcântara tornou-se um problema – jurídico e fundamentalmente social – a partir da Constituição de 1988, que garantiu aos chamados *remanescentes de quilombos* o direito a titulação de seus territórios.

Em 2000 a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, reconheceu o território étnico de Alcântara, integrado por mais de 150 comunidades onde residem e trabalham cerca de 17 mil pessoas. Vivem da pesca, da agricultura, do extrativismo e sua economia se baseia no uso comum dos recursos naturais, constituindo-se como *populações tradicionais* segundo a legislação nacional e internacional. São grupos protegidos por lei pelo fato de sua dinâmica cultural representar patrimônio contemplado na Constituição Federal (Artigos 215 e 216 e Artigo 68 dos ADCT) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

* Este texto foi redigido, originalmente, para atender à solicitação da Procuradoria da República no Maranhão, dirigida ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFMA, tendo sofrido, depois, algumas alterações (julho de 2009).

Alguns anos após um decreto de desapropriação por utilidade pública, em 1980, 312 dessas famílias foram arrancadas dos seus lugares, à beira do oceano, e instaladas nas chamadas *agrovilas*, onde não podem se reproduzir material socialmente, pois tais áreas são distantes do mar e constituídas de solos arenosos. Ainda hoje não possuem títulos das terras e das casas a elas entregues pela Aeronáutica após o deslocamento compulsório e os jovens casais são proibidos de aí edificar novas residências. Tal situação conforma uma situação de limpeza étnica, pois as jovens gerações são obrigadas a migrar para a periferia de Alcântara e de São Luís, proibidas de viver nos territórios de seus ancestrais. O Brasil responde perante a Câmara Interamericana de Direitos Humanos da OEA pelo fato de ter tratado esses brasileiros como não cidadãos, além de ter provocado uma grave desestruturação ambiental e social no município como um todo¹. Há também uma ação interposta junto à OIT – Organização Internacional do Trabalho – no mesmo sentido.

Recentemente, as famílias que permaneceram no litoral do município foram atingidas pela ação de empresas ligadas à Alcântara Cyclone Space, binacional brasileiro-ucraniana, cuja fundação está relacionada à expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, por meio da qual o Brasil pretende alugar a base de lançamento a países estrangeiros.

Em 2008, passados oito anos da instauração de uma ação civil pública, no âmbito da qual o Ministério Público cobra do Estado Brasileiro a titulação do território quilombola, empresas contratadas pela Alcântara Cyclone Space intrusaram os povoados do litoral onde pretendiam implantar três sítios de lançamento. Ali, realizaram inúmeras perfurações, suprimiram vegetação sem licença do IBAMA, destruíram caminhos e roçados, devastando margem de rios. Ameaçadas em suas condições de existência, as famílias reagiram, instalando barreiras e obrigando as empresas a se retirar.

1. Em outubro de 2008 o Sr. Leonardo dos Anjos e Sra. Militina Serejo, de Brito e Mamuna respectivamente, estiveram, como peticionários, junto à essa Comissão, em Washington, prestando depoimentos. Estiveram também a autora deste artigo, na condição de perito e a advogada da Justiça Global, Luciana Garcia.

Diante da resistência das famílias, em fins de 2008 foi homologado um acordo judicial acerca da titulação do território, segundo o qual as empresas não realizariam quaisquer obras no território quilombola, recuando para dentro dos 8700 hectares já detidos pelos militares. As partes se comprometiam, ainda, a não recorrer judicialmente, porém o governo brasileiro já desrespeitou esse acordo, tendo o Ministério da Defesa recorrido da decisão.

Toda e qualquer reação dessas comunidades a entrada das empresas em seus povoados, hoje, deve ser entendida à luz de acontecimentos que atravessam três décadas, e não podem ser qualificadas simplesmente de intransigência como querem fazer crer a ACS e setores do governo. São quase trinta anos de violência, de descumprimento da legislação, de desrespeito a acordos lavrados em cartório ou estabelecidos judicialmente. No litoral a luz elétrica e o telefone chegaram há pouco tempo. Nas *agrovilas* famílias foram separadas, sua soberania alimentar foi duramente atingida, a realização de festas e rituais foi seriamente comprometida e impedido o contato com cemitérios antigos.

Este trabalho procura registrar os últimos acontecimentos violentos que se abatem sobre essas famílias e resumir a atual situação em que se encontram os *quilombolas* de Alcântara. Para tanto, cabe lembrar que, em função dos múltiplos interesses em jogo, as informações relativas aos impactos causados recentemente pela ação das empresas ATECH/ACS², no âmbito do acordo Brasil-Ucrânia, sobre *os remanescentes de*

2. A ATECH é a Fundação Aplicações de Tecnologia Críticas, é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em março de 1997 por ex-funcionários da ESCA (fonte: Gazeta Mercantil, 06.12.2000, informe publicitário da própria empresa). A ESCA era constituída, segundo Jânio de Freitas (2003), por oficiais da reserva da Aeronáutica e esteve envolvida, ainda segundo o mesmo jornalista, nos episódios do SIVAM.

A ACS – Alcântara Cyclone Space é, segundo seu Estatuto, “uma empresa binacional criada de acordo com os artigos 2º e 3º do TRATADO firmado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia “sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara”, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003. Embora tenha sido criada em 2003, só é de fato constituída em 2005, como entidade jurídica brasileira, e só teve seu estatuto publicado em 31 de agosto de 2006, conforme o ofício da ATECH em resposta aos ofícios 098/2007-ASS/PR/Ma e 154/2007-ASS/PR/MA, de 19.12.2007.

quilombo de Alcântara não podem ser fornecidas, apenas, como relato de atividades específicas de um conjunto de empresas, no presente, nos povoados Baracatatiua, Mamuna e Brito. A atuação dessas empresas, hoje, guarda íntima relação com uma história de interferência sobre a vida dessas populações que se estende por mais de vinte anos. O que se constata no momento, tanto nas *agrovilas* quanto nesses povoados do litoral, é resultado de um processo histórico que se desenrola por quase três décadas. Sendo assim, não podemos nos furtar, ao longo do texto, de retomar informações imprescindíveis à apreensão do quadro de problemas sociais e ambientais que atingem essas populações e no qual se insere a atuação dessas empresas e do governo federal. Para tanto, lançaremos mão tanto de informações de campo quanto de fontes secundárias.

Em segundo lugar, cabe esclarecer que, ao falarmos de *populações tradicionais* em Alcântara, estaremos nos referindo àqueles grupos de camponeses³ que combinam atividades de pesca, agricultura, extrativismo e artesanato; que reivindicam a identidade de *remanescentes de quilombos* ou de *quilombolas* e que, como tal, são reconhecidos pelo governo brasileiro, de acordo com a legislação em vigor⁴. Estaremos tratando de povoados inter-relacionados sistemicamente, que se apropriam e manejam os recursos naturais em sistema de uso comum⁵ há muitas gerações.

3. O debate sobre o conceito de camponês, na literatura antropológica, é bastante amplo e não vamos retomá-lo aqui. Neste texto, o estaremos utilizando num sentido igualmente largo, para indicar grupos que vivem fundamentalmente do cultivo da terra, da exploração dos recursos pesqueiros, da extração de recursos florestais e animais, com base no trabalho familiar. Esses grupos o fazem articulando sistemas de apropriação e manejo que combinam o usufruto comum e a apropriação privada (familiar) desses recursos.

4. A este respeito vide respostas do perito antropólogo aos quesitos formulados pelo Ministério Público Federal, constantes do laudo antropológico in: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Brasília: Edições IBAMA, 2006, vol. 2 pp 17-102.

5. Dentre os inúmeros trabalhos sobre o tema do campesinato de terras de uso comum, consultar PAULA ANDRADE, Maristela de. **Terra de Índio – identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: Edufma, 1999.

No caso específico de Mamuna, Baracatiua, Brito, Mamuninha, Retiro, Mato Grosso, Itapera, Canelatiua, Ponta de Areia e outras, estaremos nos referindo a localidades que são classificadas, de acordo com uma taxonomia nativa, de *beira de costa*. Conforme demonstramos sobejamente em outro trabalho⁶ e, igualmente, de acordo com o laudo pericial já citado, as famílias desses povoados de *beira de costa* são responsáveis, hoje, pela produção e manejo dos estoques de alimentos não apenas às comunidades em questão, mas também àquelas das *agrovilas*.

2. O território étnico de Alcântara, as populações tradicionais e o saber local

Na história do Maranhão, Alcântara ocupou posição de proeminência em vários momentos históricos, ganhando destaque na história econômica do estado nos séculos XVIII e XIX. No presente, volta a ser uma referência, desta feita por razões geopolíticas, apresentado por cientistas e militares como lugar privilegiado para o lançamento de artefatos espaciais. Por sua localização estratégica, passa a ser alvo de projetos de setores do Estado, de outros países e de intervenção de instituições oficiais e privadas de diferentes tipos.

Antes imaginada pelos militares como um “vazio demográfico”, Alcântara passa a apresentar-se como um problema principalmente a partir da Constituição de 1988, quando dos desdobramentos das discussões em torno dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais pertinentes aos direitos dos *quilombolas*, instrumentos esses que foram ao encontro da movimentação desses grupos pelo reconhecimento de seus territórios. Alcântara passou a ser conhecida, também, como um grande território étnico, tal como apresentado no laudo antropológico solicitado pelo Ministério Público Federal, já referido.

6. PAULA ANDRADE, Maristela e SOUZA FILHO, Benedito (orgs). **Fome de Farinha** – deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: Edufma, 2006.

Lendo os esclarecimentos apresentados ao Ministério Público pela ATECH e pelo CLA – Centro de Lançamento de Alcântara⁷ não se observa qualquer alusão aos agentes sociais, às famílias moradoras nos povoados, como se os trabalhos desenvolvidos pelas empresas e suas contratadas, nessa zona do município⁸, não implicassem atenção às particularidades sócio-culturais dos *remanescentes de quilombos* dessa faixa do município, sobretudo àquelas relativas à utilização dos recursos naturais disponíveis. Tudo indica que esses agentes oficiais ainda trabalham com a idéia de “vazio demográfico” que animou os planejadores, no período autoritário, a imaginar Alcântara como lugar ideal à instalação de uma base de lançamento de artefatos espaciais.

O uso comum dos recursos naturais, característica fundamental da economia desses grupos, além de obedecer a regras específicas, definidas coletivamente e acatadas de modo consensual, são orientadas por princípios de base étnica que, por um lado, garantem o atendimento das necessidades imediatas e, por outro, a preservação dos recursos para apropriação futura. Essa forma de se relacionar com o ambiente natural define uma sustentabilidade ecológica⁹ própria, orientada pelo que a antropologia denomina de *saber local*¹⁰, por um

7. Sobre o conceito de Centro de Lançamento de Alcântara apresentamos reflexões mais à frente.

8. Nossas observações em campo dão conta da presença, no povoado Baracatiua, de máquinas e trabalhadores da Geocret. Em reunião, realizada em novembro de 2007, em Baracatiua, à qual a autora deste esteve presente, a Sra. Laura Urrejola informou que os trabalhos de prospecção seriam realizados pela Terra Byte. Durante a reunião do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Alcântara - CENDSA, realizado em Mamuna, em dezembro de 2007, à qual a autora também esteve presente, compareceu um geógrafo contratado pela Allerce Soluções Ambientais LTDA. Verifica-se, portanto, uma constelação de empresas e um emaranhado de razões sociais onde se misturam o Estado e a iniciativa privada.

9. LIMA, Deborah e POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: **Estudos Avançados**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 45

10. Sobre os sistemas de conhecimento nativos ou saber local, vide ESCOBAR, Arturo. “El Lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo”. In: Viola, Andreu (comp.) **Antropología del desarrollo**. Teorías y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona :Paidós, 2000. pp.169-216

savoir faire camponês, caracterizando o que é designado na literatura especializada como *arte da localidade*¹¹.

São, justamente, esses sistemas de conhecimento, esse modo de se relacionar com a natureza, essas formas de organização social, com suas especificidades sociais, históricas e étnicas, que têm sido utilizadas como referências na caracterização desses grupos como *remanescentes de quilombos* e *populações tradicionais*¹². Não por serem considerados resquícios do passado que, rigidamente, se conservam e se reproduzem ao longo do tempo, mas por sua dinâmica interna representar um patrimônio social e cultural contemplados tanto na Constituição Federal (Artigos 215 e 216 e Artigo 68 dos ADCT) quanto na Convenção 169, da qual o Brasil é signatário.¹³

3. Alcântara na visão dos planejadores – a invisibilidade do território étnico e das comunidades quilombolas

Parecendo desconhecer os instrumentos legais que protegem essas populações, as empresas ATECH/ACS enfatizam em seus documentos a preocupação com os trabalhos técnicos em locais que denominam de “*área geográfica da península de Alcântara*”. Essa classificação de Alcântara como *península*, apegada aos aspectos puramente fisiográficos, reproduz aquela apresentada pelos militares

11. Ainda sobre os sistemas de conhecimento nativo e sobre a arte da localidade, vide VAN der PLOEG, Jan Douwe. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de patata en el altiplano peruano”. In: Viola, Andreu (comp.) **Antropología del desarrollo** – teorías y estudios etnográficos em América Latina. Barcelona: Paidós, 2000. pp. 360

12. Sobre o conceito de *terras tradicionalmente ocupadas* ver ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus:PPGSCA/UFAM, 2006.

13. A este respeito Daniel Sarmento, Procurador da República diz: “quando se permite o desaparecimento de um grupo étnico perdem também todos os brasileiros, das presentes e futuras gerações, que ficam privados do acesso a um ‘modo de criar, fazer e viver’ que compunha o patrimônio cultural do país” (SARMENTO, Daniel. “A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação”. IN: <http://www.cpisp.org.br/>. Visitado em 04 de setembro de 2007).

como justificativa para a implantação do CLA, na década de 1980. A proximidade do litoral, as características climáticas, a localização em relação à linha do Equador e a alegada baixa densidade demográfica, têm sido insistentemente apresentadas como razões técnicas para a implantação de projetos espaciais no município¹⁴. Essa super valorização de aspectos fisiográficos e técnicos em detrimento daqueles de natureza social e ambiental, revela uma visão e uma divisão do espaço social e natural que esconde os verdadeiros interesses dos empreendimentos projetados para a região, apagando da “paisagem” os agentes sociais que ali estão há mais de dois séculos.

Assim, a empresa ATECH se apresenta como orientada por preocupações eminentemente técnicas: “trabalhos técnicos de pesquisa dentro da área geográfica da península de Alcântara para fins de implantação do Complexo de Lançamento da Binacional Alcântara Cyclone Space, com acrônimo ACS”¹⁵. No mesmo documento, a mesma empresa afirma:

“Dentro desse contexto a Fundação Atech tem através de seus próprios colaboradores e de empresas contratadas, a citar Allerce, Terrabyte, Multispectral e GEOCRET/Engenharia, executado trabalhos de visitas e de pesquisas e coleta de dados ambientais dentro da península de Alcântara, assim como sob liderança da Alcântara Cyclone Space, tem-se coordenado com diversos órgãos governamentais que tenham dados e informações concernentes, para conduzir objetivos contratuais” (ofício já citado, pág. 4)

Na realidade, a empresa tenta privilegiar a intervenção na base física da zona que lhe interessa, sobre a qual desenha ações correspondentes, elidindo o fato de que não age sobre o que chama de “península de Alcântara”, mas sobre o território de comunidades que, por sua vez, integram um território étnico identificado por

14. FERNANDES, Carlos Aparecido. Remanejamento compulsório de segmentos camponeses: o caso do CLA de Alcântara. São Luís, 1993 (fotocópia).

15. Cf ofício já citado, p.03.

um laudo antropológico. Ela perfura, rasga estradas, derruba a vegetação, devasta recursos pensados e vividos por esses grupos como fundamentais à sua reprodução física e social e que, como tal, foram idealizados pelos constituintes quando inseriram o Artigo 68 nos ADCT da Constituição de 68. A este respeito, análises de juristas e antropólogos estão em perfeita consonância, o que pode ser constatado pelas observações do Dr. Daniel Sarmento, já referidas. Nesses casos não está em jogo, apenas, um direito patrimonial (e, portanto, apenas uma base física), mas um direito associado à própria identidade étnica e dignidade humana de cada membro do grupo, o que implica também, por outro lado, no direito de todos os brasileiros à preservação do patrimônio histórico-cultural do país.

4. As concepções de espaço segundo os remanescentes de quilombos de Alcântara

Neste sentido, nos compete ressaltar a concepção do espaço tal como construída por esses grupos étnicos¹⁶. As marcas e limites do espaço físico são determinados por laços sociais e culturais que, por sua dimensão histórica, sociológica e simbólica não são facilmente visíveis. Para que sejam identificáveis é necessário que se tomem como referência os princípios classificatórios que lhes servem de base. A este respeito, é necessário lembrar que as representações sobre o espaço estão diretamente relacionadas às formas de uso e manejo da terra, das águas e demais recursos da natureza e que as práticas sociais das famílias que vivem nessa área são resultado de uma ocupação historicamente consolidada.

Os limites demarcatórios assinalados por tais grupos são mais difíceis de ser apreendidos porque, diferentemente da lógica da ATECH/ACS, não introduzem “por decreto uma descontinuidade

16. Barth, Fredrik: **Ethnic Groups and Boundaries**. London: George Allen, 1970 e BARTH, Fredrik. “A identidade Pathan e sua manutenção” e “Processos étnicos na fronteira entre os Pathan e os Baluchi”, In: LASK, Tomke. **O guru, o iniciador**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

decisória na continuidade natural”¹⁷. A vivência do espaço no interior dessas fronteiras, quase invisíveis, é marcada pelos diferentes planos de organização social¹⁸, apresentando configurações as mais variadas e articuladas. Isto não quer dizer que cada povoado desconheça exatamente quais são seus limites. É esse conhecimento que faz com que seu Leonardo dos Anjos, presidente da Associação de Moradores de Brito e Coordenador do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara denuncie que a área projetada pelos técnicos de governo e das empresas para o sítio 2 (vide figura 1 adiante) é superior à área de seu povoado. Quando esses técnicos indagam qual a “área de influência” de cada povoado, como o fez o então representante da Casa Civil junto ao GEI – Grupo Executivo Interministerial –, em reunião com os quilombolas, em Alcântara, em 16 de julho 2006, demonstram sua total ignorância acerca dos planos de organização social por meio dos quais se articulam os laços entre esses povoados:

“Não dá pra gente saber, separados... quanto de... quantos hectares ficariam pra cada comunidade. A gente precisa, pra responder essa pergunta, é poder fazer o levantamento de campo pra poder saber entre, por exemplo, a comunidade de Mamuna e Baracatiua, até onde vocês reconhecem que é uma área de influência de Baracatiua e aonde é a área de influência de Mamuna. Sabendo isto, eu podendo colocar essa ...a partir do trabalho de campo, de conversar com as pessoas, de auto identificar, então fazer o geo-referenciamento, botar lá os piquetes e fazer o mapa e poder identificar, por exemplo... em Mamuna são... vamos chutar são três mil hectares... esse sítio [de lançamento] lá em Mamuna tem, vamos supor tem 500 ha., então sobrariam 2500,

17. Bordieu, Pierre. “A Identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre o conceito de região”. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro /Lisboa: Bertrand / Difel, 1989, p.113.

18. Geertz, Clifford. “Form and variation in balinese village structure”. In: Potter, J M Diaz e Foster G. (eds) **Peasant Society: a reader**. Boston: Little Brown, 1967. p. 256.

mas eu não posso dizer esse número se eu não for a campo e fizer o levantamento. Eu não sei, pelo mapa, aonde é a área que Mamuna considera uma área de influência dessa comunidade, não, não... por isso é que... o que vocês pediram na reunião passada que a gente parasse o levantamento e apresentasse uma proposta (...) é impossível fazer desse jeito, com esse detalhe... a gente precisa ter mais levantamento de campo e aí sim a gente vai ter um mapa muito mais preciso dos limites e a gente precisa também da área de influência da comunidade, sabendo o total menos a área do sítio de lançamento, aquilo que vai restar para a comunidade, que é a maior parte, pra fazer o plantio, explorar, ter suas atividades... (extraído de gravação realizada em MP3 pelos autores deste artigo, da fala do SR Celso Correia, no próprio dia da audiência do GEL, 16.07.2006, no Clube Mangueirão, em Alcântara).

Na lógica desses grupos, não se trata de identificar “áreas de influência” objetivamente mensuráveis, ou melhor, se existissem essas áreas, elas seriam múltiplas e obedeceriam a princípios vários, de acordo com os distintos planos de organização em jogo (econômicos, religiosos, de parentesco e outros). Quando se trata de implantar áreas de cultivo, certamente são respeitados os limites físicos entre cada povoado. Nesses casos, nenhum trabalhador ousa atravessar as fronteiras de seu lugar para marcar uma área de cultivo em outro, senão com autorização daqueles que aí exercem autoridade, a eles conferida pelos membros de seu grupo e sancionada por regras costumeiras. Se, por outro lado, se trata de estabelecer intercâmbios matrimoniais, econômicos ou rituais, as fronteiras entre povoados se alargam e as diferentes famílias de lugares distintos, se vêem interligadas. É por este motivo que não se pode fixar uma “área de influência”, demarcando-a com GPS para, então, ver o que “resta” aos quilombolas, como imaginam aqueles técnicos.

5. O conceito amplo de Centro de Lançamento de Alcântara como artefato

Em seu documento, a ATECH afirma que “o conceito aplicado para o Centro de Lançamento de Alcântara é suficientemente amplo para considerar toda infra-estrutura existente e a ser construída na península de Alcântara para os citados fins”¹⁹.

Quando consultamos os pronunciamentos oficiais veiculados pela imprensa periódica, percebemos que há certa ambivalência, a partir de 2005, quando se referem ao que denominam Centro de Lançamento e Centro Espacial de Alcântara. É a partir de 2005 que o Jornal Ciência Hoje, vinculado à SBPC, um dos principais veículos de divulgação e de defesa dos pontos de vista da Agência Espacial Brasileira²⁰ passa a falar na existência de um “centro civil” em Alcântara: “A partir de agora, será preciso diferenciar claramente entre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), pertencente ao Comando da Aeronáutica, e o Centro Espacial de Alcântara, civil, a ser criado pela AEB”, diz o editor desse periódico, em 16 de março de 2005, em sua versão eletrônica.

E José Montserrat complementa:

“o presidente da AEB, Sergio Gaudenzi, anunciou ao “JC e mail” que o Centro Espacial de Alcântara (CEA), de caráter civil, deve ser criado ainda este ano, ocupando 87% da área do CLA, hoje pertencente à Aeronáutica. O plano busca plantar e fazer florescer um centro espacial envolvido com a população local, e repleto de Universidades, Institutos de Pesquisa em C&T e Meio Ambiente, escolas, oficinas, museus, hospital, indústrias, lojas, restaurantes, hotéis de turismo, etc.”
(grifos dos autores)

Por outro lado, no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre a cooperação de longo prazo na utilização do veículo

19. Ofício citado, p. 02.

20. O Sr. José Montserrat Filho integra ou integrou a assessoria jurídica da AEB e é um dos pesquisadores de renome junto à SBPC.

de lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara²¹, encontramos as seguintes definições:

a) “Centro de Lançamento de Alcântara significa o complexo de lançamento localizado no Estado do Maranhão, e que consiste de construções, instalações e equipamento utilizado para lançar veículos”;

b) “Infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara” significa instalações e facilidades agregadas de apoio a lançamentos, ou seja, centro de rastreamento, posto de comando, estação de medições, estação meteorológica e sistema de apoio (fornecimento de energia elétrica, telecomunicações, abastecimento de água, esgotos e recolhimento de dejetos, estradas internas, comunicações, aeroporto e porto marítimo”

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, celebrado entre o Brasil e a Ucrânia em 2002, também se refere a lançamentos a serem realizados a partir do Centro de Lançamento de Alcântara e, assim, outros instrumentos jurídicos se referem sempre e apenas ao CLA.

Chama a atenção, portanto, a ambigüidade do chamado *conceito amplo* de Centro de Lançamento de Alcântara, na medida em que tentava ampliar não apenas o que está colocado nos instrumentos jurídicos, como previa a possível alocação de futuras instalações dentro do território *quilombola* pela parte ucraniana do acordo binacional. Esta, seguindo sugestão da Agência Espacial Brasileira, estaria “avançando, através da ATECH com os trabalhos de pesquisa” (sic) para “verificar a viabilidade da área sugerida pela AEB”.²² Não bastasse a ambigüidade das instituições da parte brasileira no emprego da expressão Centro de Lançamento de Alcântara, o braço ucraniano da binacional ACS – Alcântara Cyclone Space²³ – é quem estaria “avançando” (sic) sobre o território quilombola, a propósito de um entendimento “amplo” do que seria esse Centro.

21. Cf Decreto Nº 5436 de 28 de abril de 2005.

22. Ofício citado, p. 04.

23. A ATECH teria sido contratada, segundo o ofício já citado, pela Yushnoye State Office, empresa estatal ucraniana.

A discussão sobre os problemas que adviriam com a instalação desses sítios, em área indicada pela AEB, já foi realizada em distintos fóruns, como uma das audiências do GEI (Grupo Executivo Interministerial) realizada em Alcântara, em 16 de julho de 2006. Nesses fóruns, os trabalhadores, reiteradamente, afirmaram que a simples visualização do perímetro deixa claro como as suas vidas seriam afetadas pela expropriação de zonas estratégicas à sua reprodução material e social. Seu Leonardo dos Anjos, por exemplo, repetidas vezes, tem denunciado que o número de hectares previsto para o sítio 2 é superior àquele correspondente à extensão do povoado Brito. Dorinete Serejo, jovem liderança do povoado Canelatiua, tem insistido em dizer que o chamado “corredor” e a denominada “porta” para o mar, tão anunciada pelos planejadores, só lhes estariam disponíveis com a maré baixa, ou seja, no restante do dia as famílias estariam sem acesso aos alimentos que o mar lhes proporciona.

A promessa de que não seriam remanejados, como ocorreu com o desastre social, hoje admitido até mesmo pelas fontes oficiais²⁵, da transferência compulsória das 312 famílias para as chamadas

Diretor do CLA, Chefe de Divisão de Assuntos Especiais do Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial, Chefe do Setor de Patrimônio do CLA, Chefe da Seção de Investigação e Justiça do CLA, Advogado do RENAP/MST.

25. Como, por exemplo, naquele intitulado “Esclarecimentos relativos a implantação dos Sítios de Lançamento e Áreas Institucionais próximo às comunidades” encaminhado às comunidades quilombolas para ser divulgado juntamente com a apresentação em power point da proposta da AEB e do governo federal sobre a implantação do CEA. Ali encontramos: “9. **Qual o impacto dessas mudanças nas tradições e nas referências das Comunidades Quilombolas? Quais as providências para a compensação?** [colorido no original] Nas fases anteriores prevaleceu uma visão que não considerou o modo de vida, de produção e de reprodução das Comunidades (sic) (grifo dos autores).

A este mesmo respeito, a Sra. Laura Urrejola, ex consultora da AEB e atualmente ligada às empresas que gravitam em torno da ACS, em reunião em Baracatatiua, em novembro de 2007, quando se apresentou como contratada pelo braço ucraniano da ACS, disse, na presença de integrantes do MABE, do MOMTRA e da autora deste texto, que: “o governo brasileiro está tão desmoralizado em função dos tantos erros que cometeu contra as comunidades quilombolas de Alcântara, que os ucranianos preferiram contratar uma empresa privada – a ATECH – para vir dialogar com os moradores de Baracatatiua e Mamuna”.

agrovilas, não atenua as preocupações com a possibilidade de perda de zonas fundamentais à reprodução material e social das famílias. Apesar de ser considerada ameaçadora e questionada pelos *quilombolas* em todos esses fóruns, a ATECH insistiu durante bom tempo em utilizar a recomendação da Agência Espacial Brasileira, contrariando a legislação pertinente (nacional e internacional), a posição do Movimento dos Atingidos pela Base, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Alcântara e das famílias dos povoados envolvidos quanto aos possíveis problemas proporcionados pela expropriação dessas áreas.

7. O desastre social e ambiental provocado pelas empresas ATECH/ACS e suas contratadas sobre as comunidades quilombolas do litoral

a) A invasão e ameaça de destruição das áreas de extrativismo das mulheres

Com as primeiras perfurações realizadas em Mamuna, sem o aval das instâncias de decisão respeitadas pela comunidade (Associação de Moradores e Delegacia Sindical), a empresa realizou trabalho em áreas onde as mulheres praticam o extrativismo do babaçu e de outras espécies vegetais.

Nos esclarecimentos prestados a Procuradoria da República a ATECH/ACS menciona que realiza serviços de pré-engenharia na área **sugerida pela AEB**²⁶. Nas visitas de surpresa que fez à Mamuna e à Baracatatiua, porém, não foi explicado que tipos de trabalho seriam

26. Interessante notar que a AEB é signatária do Acordo Judicial firmado, em 26.09.2006, no qual o Juiz Dr. Carlos Madeira determina que o INCRA titule o território quilombola de acordo com o laudo antropológico e, portanto, essa Agência tem conhecimento de que a área que sugere à ACS/ATECH encontra-se dentro desse território. Dizer que está trabalhando “na península de Alcântara”, neste contexto, nada mais é que uma tentativa de escamotear o fato de que atua dentro do território quilombola.

desenvolvidos, nem se os chamados “serviços de pré-engenharia” poderiam implicar na utilização de maquinário pesado e se isto, por sua vez, poderia provocar danos imediatos ou futuros a áreas consideradas fundamentais à reprodução material e social das famílias.

De acordo com Dona Maria José, moradora de Mamuna, algumas perfurações realizadas pela ATECH/ACS²⁷, em seus trabalhos preliminares, encontram-se recursos utilizados pelas famílias como os frutos guajuru e o murici – consumidos e vendidos em São Luís – além de mamona e coco babaçu²⁸. Os dois últimos são matérias-primas – o primeiro cultivado e o segundo nativo – com as quais as mulheres produzem azeites. O primeiro é destinado fundamentalmente à comercialização e o segundo ao consumo e também à comercialização, sendo que ambos permitem a entrada de recursos monetários às famílias.

Em conversa mantida com Dona Maria José, moradora de Mamuna, a este respeito, ela mencionou que as primeiras perfurações realizadas pelas empresas contratadas pela ATECH são um sinal evidente de que o acesso aos recursos disponíveis em distintos ecossistemas pode ficar comprometido, alterando consideravelmente o funcionamento de atividades que regem a economia das famílias. Referindo-se à organização econômica do grupo e, especificamente, à divisão sexual do trabalho, ela mencionou que, no período chamado de *inverno* – o período das chuvas – “*o brilho é dos homens*”, aludindo principalmente à atividade da pesca; naquele outro, denominado de *verão* – período da seca – a trabalhadora ressaltou que “*o brilho é das mulheres*”, numa referência à atividade de extração de frutos e produção dos azeites de mamona e babaçu.

27. A empresa parou com as perfurações neste povoado, pois a comunidade exigiu que os trabalhos não continuassem.

28. Vide PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito (orgs), op.cit.

A referência ao que chama de “*brilho dos homens e brilho das mulheres*”, indica como as famílias pensam e vivem a divisão sexual do trabalho familiar relativo aos ecossistemas disponíveis. O desenvolvimento de atividades da ATECH/ACS nessas áreas estratégicas deixa as famílias apreensivas, pois mesmo a empresa alegando que não haverá remanejamento de famílias, já conseguem perceber, claramente, que haveria expropriação territorial dessas áreas indispensáveis à reprodução material e social das famílias.

As áreas de pesca também são objeto de preocupação. A possibilidade de permanecer sem o acesso ao mar e aos locais de extração de mariscos assusta as famílias.

Quanto às áreas de cultivo, os prejuízos já se fazem sentir. A estrada de cerca de 3 km que as empresas contratadas pela ATECH abriram entre Baracatatiua e Mamuna, derrubando grande quantidade de vegetação²⁹, destruiu a roça do Sr. Alex Moraes, deste último povoado³⁰.

b) A perturbação dos sistemas nativos de autoridade e desrespeito às instâncias legais de representação da comunidade

Com o desenvolvimento de suas atividades no povoado Mamuna as empresas citadas (ATECH/ACS e suas contratadas) conturbaram os sistemas tradicionais de autoridade, provocando insegurança, ao desrespeitar as instâncias de decisão oficiais da comunidade e promover divergências internas.

Conforme já vimos, populações tradicionais como essas que se encontram no território étnico de Alcântara, são constituídas de camponeses que consolidaram, ao longo de gerações, sistemas

29. Em reunião com técnicos do IBAMA, os autores deste artigo foram informados de que, nesse órgão, no Maranhão, não tramitou nenhuma licença para supressão de vegetação com vistas à construção dessa estrada.

30. Contam os trabalhadores que o engenheiro teria chamado o trabalhador, preocupado em pagar-lhe logo uma indenização, convidando-o, logo em seguida, para trabalhar na empresa. Teria dito que não desejava a presença de fotógrafos e nem de imprensa e que queria resolver tudo amigavelmente.

particulares de relações entre si e com os recursos da natureza. Tais sistemas têm sido estudados por diferentes autores e o tema foi explorado, no caso em questão, pelo perito ao responder os quesitos a ele colocados pelo Ministério Público Federal. No laudo antropológico, o antropólogo caracterizou os sistemas de relações sociais (econômicas, de parentesco, simbólicas) que interligam os integrantes desses grupos, em diferentes povoados, conformando o que designou de “*territorialidades*” distintas dentro do grande território.

Essas territorialidades, identificadas empiricamente por designativos como *terras de santíssimo*, *terras de preto*, *terras da pobreza*, *terras da santa*, *terras de parentesco*, *terras de familiar* e outras designações, são resultado de processos históricos particulares, distinguindo-se entre si, mas guardando uma unidade sociológica em todo o território étnico de Alcântara em relação a alguns aspectos muito recorrentes: o sistema de uso comum da terra e dos demais recursos básicos; os sistemas de crenças e de sua manifestação por meio de festas e rituais; os sistemas de produção e consumo de alimentos; os sistemas de regras e de convivência interna a cada grupo, dentre outros. Neste último caso, essas regras conformam sistemas jurídicos costumeiros, sobejamente estudados pelos antropólogos em distintas partes do mundo. Embora não originem códigos escritos, têm grande eficácia, ao ordenar a vida social e ao garantir a reprodução de um modo de vida característico desses grupos.

A situação sociológica em Mamuna é de uma *terra de proprietário*, como é algumas vezes chamada pelos seus moradores, tipo classificado pelo perito como *território de parentesco*. Até a interferência da Aeronáutica, Mamuna era tida por seus integrantes como pertencendo aos herdeiros de Dona Cândida Rosa Silva, neta da escrava que recebera a terra por herança, tornando-se a primeira proprietária do lugar. Muito embora fosse reconhecida como terra que possui proprietários, e seus moradores respeitassem a autoridade de Dona Bebeca, ainda viva e considerada a herdeira mais velha do lugar (mãe de Dona Fátima, a atual delegada sindical do povoado), as terras nunca sofreram formal de partilha e são utilizadas em sistema

de uso comum. A inserção de novos membros no grupo obedece a regras consensualmente reconhecidas e acatadas por todos³¹.

Depois da desapropriação, muitos passaram a dizer que as terras agora “eram da Aeronáutica”. Esse foi o primeiro golpe no sistema de autoridade tradicional que mantinha as tensões sob controle e garantia que o sistema de uso comum funcionasse em equilíbrio, de modo que todos os integrantes do grupo tivessem terras para cultivar a cada ano agrícola. Perturbado esse sistema de regras, o grupo passou a ter dificuldades para manter as tensões sob controle, o que tem redundado em acontecimentos violentos, como o assassinato recente do líder evangélico do povoado, motivado por disputas relativas à partilha e utilização do roçado.

As próprias regras de inserção de membros de outras localidades, baseadas no código costumeiro, passaram a ser abaladas após a interferência da Aeronáutica, desde os anos 80. Agora, a ATECH e suas contratadas exploram esta situação, ao se dirigirem, desde a primeira vez em que estiveram no povoado, não aos chamados *herdeiros* e nem ao representante da Associação (na pessoa de seu presidente, o Sr. João da Mata), mas a um comerciante local. Depois, os engenheiros da Terra Byte e da Geocret passaram a freqüentar o povoado e a tentar criar laços com alguns de seus moradores e a insistir no seguinte argumento, conforme depoimentos dos que entrevistamos: “dos que forem nossos amigos, compraremos peixe, azeite, a eles daremos carona. Não faremos isto para os que não forem nossos amigos”.

Essa maneira de dirigir-se aos nativos, extremamente colonizadora, usa o expediente de desrespeitar as estruturas internas de decisão da comunidade, sejam as tradicionais, baseadas nos costumes, que levam em conta a autoridade dos herdeiros, sejam as legalmente constituídas, como a Associação de Moradores da Comunidade.

31. PIRES MIRANDA, Ana Carolina e LUZ SILVA, Lindimberge. “Mamona: herdeiros de escravos ameaçados pela Aeronáutica”. In: PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito (orgs), op. cit

Desta forma, a empresa não se dirigiu, nas primeiras visitas, nem à herdeira, nem à representante sindical e nem ao presidente da Associação. Depois, sem consultar a comunidade, passou a realizar perfurações em alguns pontos do povoado. Chamada por essas lideranças foi avisada de que não deveria continuar os trabalhos.

Depois disto, por ocasião da reunião do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Alcântara, ocorrida em 16.12.2007, a comunidade de Mamuna se posicionou novamente, desta feita em caráter oficial e de forma coletiva, contra a entrada da empresa no lugar³². A plenária, perguntada pelo Sr. Reinaldo Mello, que se apresentou então como Diretor de Suprimentos da ACS, se a empresa poderia entrar na área para realizar seus trabalhos, respondeu em coro: “NÃO”. Ele então disse: “e se entrarmos assim mesmo?”

Desrespeitando essa decisão coletiva, tomada num fórum institucionalizado, na presença de autoridades legalmente constituídas (os conselheiros do CENDSA, os representantes sindicais) a ATECH, depois disso, foi ao povoado e demarcou pontos, colocando placas onde se lê: “ATECH, protegido por lei”. Para tanto, convenceu a delegada sindical e o presidente da Associação de que seria “muito bom ter esses pontos já marcados, pois se eles quisessem fazer uma estrada, já teriam o serviço feito”³³. A empresa demonstra, assim, que age de má fé; falta com a verdade; desrespeita as instâncias de decisão características desses grupos e, inclusive, aquelas legalmente constituídas, como o Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Alcântara, semeando a discórdia, a confusão e a insegurança na comunidade.

32. Nessa ocasião, estava presente a antropóloga Joyza Madeiro, do MPF, como observadora. A reunião foi presidida pelo Dr. Muniz, engenheiro eletrcista, em nome da Prefeitura de Alcântara. Estiveram presentes, além dos conselheiros, dos movimentos sociais e entidades representativas locais (MABE, MOMTRA, STTR) representantes do CLA, na pessoa do Sr. Enildo Rabelo Braga e outros; o Sr. Reinaldo Mello pela ACS e outros desta empresa; funcionários da Terra Byte e um geógrafo da Allerce Soluções Ambientais LTDA; uma advogada da ACS, Dra. Ana, ex integrante do GEI pela AGU. Esteve presente também a autora deste documento, como observadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e do GT Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia.

33. Segundo depoimento do Sr. João da Mata, presidente da Associação de Moradores de Mamuna em 27.12.2007, na sala do Mestrado em Ciências Sociais.

c) Baracatatiua: honra étnica, abandono pelos órgãos públicos e atuação das empresas

Tendo sido abandonados pela ação oficial por mais de vinte anos e ao perceberem que a energia elétrica, o telefone público, a água, a escola, chegam aos povoados vizinhos (como Mamuna e Brito) e não para eles, as famílias de Baracatatiua foram atingidas no que os antropólogos chamam de *honra étnica*³⁴. Sentem-se diminuídas, desprestigiadas, abandonadas. Impedidas de se comunicar via telefone, de congelar seu pescado, de ter acesso à luz elétrica, ainda enfrentam a escassez crescente do limite dos suprimentos de água potável, chegando a uma situação-limite³⁵.

A ATECH e a ACS, tendo conhecimento dessa situação, por sua proximidade dos órgãos públicos federais e da Prefeitura de Alcântara³⁶, aparecem no povoado prometendo levar-lhes esses benefícios em troca de seus moradores permitirem que entrem com suas máquinas. Ao atuarem assim, agem de má fé, pois sua função, como empresas privadas, não é, neste caso, implementar políticas públicas nos povoados de Alcântara. Iludem os moradores de Baracatatiua ao lhes dar informações falsas, ao se aproveitarem de uma situação de fragilidade social (e inclusive de sobrevivência no tocante aos suprimentos de água potável) criada pelos órgãos oficiais e em decorrência da qual o Brasil está implicado em ações junto à Câmara Interamericana de Direitos Humanos da OEA e à OIT.

34. Ver WEBER, Max. "Les relations communautaires ethniques". In: *Économie et société*/2. Paris: Plon, 1971. Sobre o mesmo tema ver Barth, Fredrik os dois artigos já citados IN: In: LASK, Tomke, op.cit.

35. Esta situação não parece ser casual, se pensarmos que Baracatatiua se encontra geograficamente entre Mamuna e Brito, justamente onde a ACS pretende, seguindo as orientações da AEB, implantar o primeiro sítio a ser alugado a Ucrânia.

36. Alguns de seus atuais funcionários ou contratados (como a Dra. Laura Urrejola, ex consultora da AEB e a Dra Ana, ex AGU/Fundação Palmares) eram integrantes do GEI – Grupo Executivo Interministerial, que reunia vários ministérios para dialogar com os quilombolas de Alcântara ou consultores da Agência Espacial Brasileira e, enquanto tal também participavam do GEI.

Transformaram homens e mulheres do povoado, cultivadores independentes, em seus assalariados temporários, iludindo-os com uma entrada monetária provisória, o que, para a economia camponesa, ainda que represente uma situação provisória, tem um peso importante. As trabalhadoras perdem seus nomes próprios, para ser em chamadas simplesmente de “dona Maria” ou de “tia”, passando a lavar e cozinhar para os peões. Estes são trabalhadores da periferia de São Luís, dos bairros da Liberdade, um daqueles locais, na capital, que recebe os expropriados pela Base de Alcântara e onde residem muitos dos parentes dos camponeses desse grande território étnico.

d) A ameaça ao patrimônio imaterial desses grupos

Como último aspecto, porém não o menos importante, seria bom destacar que, além das áreas de extrativismo, de roçados, os trabalhadores apontam aquelas onde residiriam os que chamam de *encantados*. Estes são seres sobrenaturais que compõem os sistemas de crenças desses grupos e que contribuem, em muitos casos, para a sustentabilidade dos ecossistemas em questão.

O vídeo produzido pela Associação Brasileira de Antropologia, de autoria de Murilo Santos, ressalta a importância dessas áreas de encantaria, não apenas para esses grupos de *remanescentes de quilombos*, mas para todos os terreiros de religião afro-brasileira em São Luís do Maranhão. Assim como a Pedra de Itacolomi, cantada em inúmeras chamadas *doutrinas* – cânticos entoados por aqueles que incorporam as entidades sobrenaturais quando se apresentam nos chamados *terreiros de mina* – outros lugares sagrados são apontados pelos informantes em nossas pesquisas de campo. Fontes d’água e recursos vegetais, vigiados permanentemente por esses *encantados*, têm, assim, sua existência garantida à apropriação e manejo dessas famílias.

No caso de Mamuna, durante nossos trabalhos de campo, os trabalhadores nos apontaram rochas, na praia, que já foram moradia desses *encantados* e que, segundo eles, por causa de terem sido “perturbados”, teriam se afastado dali.

Não podemos vislumbrar, hoje, a dimensão dessa “perturbação”, com a entrada das máquinas da ATECH/ACS e suas contratadas e, tampouco, medi-la, mas podemos garantir que há um rico patrimônio imaterial ameaçado e que, conforme colocou o Dr. Sarmento, é importante para manter a pluralidade da sociedade brasileira³⁷.

A este respeito, participamos recentemente do Inventário de Referências Culturais, promovido pelo IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional³⁸ – e pudemos levantar, em Alcântara, em inúmeros povoados, várias dessas referências, como o Igarapé do Encantado e a Pedra Santa, em Mamuna e os chamados *paredões*³⁹, em Camarajó. Em Itamatatuiua identificamos a Fonte do Chora.

Esses locais, que esses grupos crêem ser habitados e controlados por seres sobrenaturais podem ser preservados justamente em função dessas crenças. São essas crenças, que geram regras de uso e manejo desses recursos, que permanecem abertos a todos, sem ser privatizados por quem quer que seja.

Inventariamos, ainda, ofícios e modos de fazer que permanecem vivos, íntegros, como tecelagem de redes de dormir, em Brito; a carpintaria naval, em São João de Cortes e Brito; as festas e rituais, como a Festa do Divino Espírito Santo, na sede de Alcântara, a Festa de Santa Teresa de Ávila em Itamatatuiua, a de São Benedito na sede de Alcântara e na Ilha do Cajual. Todas essas festas, com seus complexos e elaborados rituais envolvem, por sua vez, inúmeros ofícios e modos de fazer, como a técnica de confecção de altares, a ambientação e decoração das casas de festa, a confecção de

37. Ver, a este respeito PAULA ANDRADE, Maristela de. “Novas senzalas: racismo de estado e entraves à regularização fundiária de territórios quilombolas”. In: **Anais Reunião Equatorial de Antropologia/X** ABANNE, Aracaju, 2007.

38. Vide Paula Andrade, M. e Souza Filho, B. **Inventário Nacional de Referências Culturais do Município de Alcântara – relatório final**, São Luís, IPHAN, 2009.

39. Acerca dessas ruínas e de como foram re-significadas por esses grupos, marcando sua identidade e sua relação com um passado escravo, vide ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara** – laudo antropológico. Brasília: MME, 2006, vol.1, p. 59-82.

indumentárias específicas, o preparo de doces e bebidas, como o doce de espécie, licores, chocolate e outras. Envolve, ainda, rezas, danças, cânticos e saberes muito específicos, constituindo um rico patrimônio imaterial que é, também, de todos os brasileiros. Desaparecendo as condições materiais de existência desses grupos desaparecem também recursos vegetais, animais e, sobretudo, modos de existir, cosmovisões particulares, que merecem ser perpetuadas e se transformar de acordo com sua própria lógica tanto quanto quaisquer outras no âmbito de nossa nação brasileira.

8. Considerações Finais

O Relatório Técnico de Demarcação e Identificação – RTID –, primeiro passo do processo administrativo, no âmbito do INCRA, com vistas à titulação do território quilombola, foi publicado no Diário Oficial da União em 04 de novembro de 2008⁴⁰. O ato representou uma grande vitória das famílias de Alcântara que há quase trinta anos lutam contra as agressões de parte do Estado Brasileiro. Conforme nota⁴¹ assinada pelas comunidades quilombolas de Alcântara e todas as entidades que compõem o Fórum de Defesa de Alcântara, ao publicar esse Relatório o Estado Brasileiro:

dá o primeiro passo para o reconhecimento das comunidades quilombolas de Alcântara como um território étnico dotado de trajetória própria e relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade escrava relacionada com à resistência à opressão histórica sofrida. O Relatório, entretanto, retirou do

40. Um documento decisivo para o estabelecimento do acordo judicial foi a apresentação, pela Agência Espacial Brasileira de um documento assinado pelo Min. Nelson Jobim, cedendo a área do CLA para as obras do Cyclone Space.

41. Conforme documento intitulado “Pela garantia do direito ao território das comunidades quilombolas de Alcântara”, assinado pelas famílias quilombolas de Alcântara, Movimento de Atingidos pela Base, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Alcântara e demais entidades que compõem o Fórum em Defesa de Alcântara, novembro de 2008.

território quilombola quase nove mil hectares para ser utilizado pelo Centro de Lançamento de Alcântara. Lembre-se que o território étnico de Alcântara, tal como delineado pelo antropólogo que realizou o laudo, era de 85 mil ha aproximadamente e não os 78 mil apontados no RTID.

O documento ressaltava, ainda, que a publicação do RTDI não representa a concessão definitiva da titulação às comunidades quilombolas de Alcântara e que as estas e as entidades integrantes do Fórum de Defesa de Alcântara esperavam que a Agência Espacial Brasileira (AEB), a empresa Alcântara Cyclone Space e outros órgãos federais, cumprissem o acordo estabelecido na audiência de conciliação do dia 5 de novembro de 2008, não apresentando qualquer obstáculo ao bom andamento do processo, o que geraria uma demora ainda maior na titulação de território étnico. Além disso, as famílias exigiam que

o Estado Brasileiro repare efetivamente as famílias expulsas de suas terras para agrovilas pelas Forças Armadas, nos anos 80; execute políticas públicas para garantir que os quilombolas de Alcântara tenham acesso efetivo à educação, saúde, segurança alimentar, sempre com respeito ao seu modo de vida e a sua dinâmica social; e instaure um canal de diálogo com as comunidades para o estabelecimento de uma reparação em virtude da utilização da área do Centro de Lançamento de Alcântara, parte integrante do território quilombola. Exigem, ainda, a reparação dos danos ambientais causados às comunidades de Baracatuiua e Mamuna, pelas máquinas da ACS/ATECH e suas contratadas (grifos nossos).

No dia 05 de novembro de 2008, na 5ª Vara do Juízo Federal, no âmbito de uma ação cautelar movida pela Procuradoria Geral da República no Maranhão, foi realizada uma audiência de conciliação na qual a União, a Agência Espacial Brasileira e a Alcântara Cyclone Space abriam mão de instalar o Cyclone IV no litoral de Alcântara.

Para tanto, apresentaram documento assinado pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, cedendo a área do CLA para esse fim.

Em 06 de março de 2009 ocorreu nova audiência de conciliação, desta feita entre os quilombolas e a ACS, na qual os primeiros se comprometiam a não criar obstáculos para o andamento do estudo de impacto ambiental da empresa, agora dentro da área do CLA. Apesar disso, seu diretor, Roberto Amaral, ex ministro de Ciência e Tecnologia, continuava a atacar os *quilombolas*, por sua suposta intransigência, publicando vários artigos em jornais de grande circulação. Quanto argüidos pela Sociedade de Direitos Humanos e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, produzia textos, a guisa de desculpas, em jornais locais de São Luís. Paralelamente, a empresa, e setores dos militares e do governo federal, como o Gabinete de Segurança Institucional e o Ministro Jobim continuaram a criticar o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o INCRA, exigindo que o governo recupere a área concedida aos *quilombolas*, para a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara, no âmbito do Programa Espacial Brasileiro. Deputados Federais, como Gastão Vieira, passaram a se movimentar junto ao Congresso, na mesma direção. Ao mesmo tempo, sempre por meio da grande imprensa, passaram a ameaçar o abandono de Alcântara e a instalação da Base em outras áreas, ao Norte do país.

Enquanto isto, os quilombolas, suas entidades de representação e apoio, o Ministério Público Federal, se mantêm alertas na defesa da titulação do território étnico de Alcântara.

A verdade é que há um impasse dentro do próprio governo e a situação das famílias quilombolas de Alcântara ainda é de incerteza e insegurança quanto ao seu futuro.

*O caso Jorge Moreno: Um modelo de justiça no banco dos réus**

Cláudio Bombieri

Chegou, finalmente, após três anos de espera carregada de angústia e ânsia o que já estava escrito: a sentença do Tribunal de Justiça (TJ) que condena o juiz Jorge Moreno à aposentadoria compulsória. Ainda faltam os votos de alguns desembargadores a serem manifestados, mas no dia 1o de abril, dia da mentira e aniversário da “revolução golpista militar de 64”, 13 dos 24 desembargadores (número legal para a condenação) aposentaram definitivamente um juiz incômodo de quarenta e poucos anos. Uma sentença que deve ser entendida e compreendida dentro da atual conjuntura social e política do Estado, e dentro de um conjunto de sinalizações de mudança estrutural da Justiça no Estado.

Para quem não acompanha as vicissitudes do TJ do MA – resgatadas e expostas publicamente pela mídia nacional, recentemente – tem dificuldade de compreender o alcance da sentença emitida no dia 1o de abril pelo ‘egrégio’ Tribunal de Justiça contra o juiz de direito Jorge Moreno. O TJ, com efeito, chega a emitir sua sentença contra o juiz Moreno justamente no ápice de uma extensa lista de denúncias contra ele próprio. Denúncias estas, que vão desde a venda de decisões e desvios de dinheiro público, a abusos de diárias indevidas a juízes e desembargadores, entre outras. Baste a recente publicação do relatório contendo o resultado da

* O presente artigo foi redigido em abril de 2009, sendo encaminhado ao site dos Combonianos Brasil Nordeste: <http://combonianosbne.org/>.

investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) no TJ do Maranhão para colocar sob suspeição a mais alta magistratura do Estado. Uma lista de crimes e ilícitos que desabona e desmoraliza por completo o *modus operandi* da magistratura que, frequentemente, se arvora a modelo de imparcialidade e de conduta ilibada.

O interessante a ser observado é que estas denúncias são feitas de um lado pela OAB/MA e pela Associação dos Magistrados do Estado, e do outro por membros internos do próprio TJ, ou seja, por desembargadores. Numa análise superficial e imediata, parece ser uma guerra fratricida, intestina, entre setores da magistratura, advogados, procuradores e afins. Afinal, seria uma mera disputa por controle e poder interno. Algo autofágico, sem maiores vínculos com a sociedade como um todo ou, inclusive, à revelia dela. Ou seja, meros mecanismos de arranjos internos à magistratura que deixa de escanteio a própria sociedade, como se desta não proviesse o seu ‘poder’, como reza a Constituição Federal. Numa análise mais aprimorada e aprofundada, entretanto, pode-se vislumbrar com uma certa clareza que o TJ do Maranhão reproduz dentro dele, de forma nítida, as mesmas correlações de forças-interesses que se dão nas representações político-partidárias formais do Estado.

Em outras palavras, os desembargadores – escolhidos e nomeados pelos chefes do executivo estadual de turno, o que não confere nenhuma independência entre os 3 poderes – parecem ser o braço justiceiro legítimo das representações político-partidárias que disputam na arena social novas formas de controle, de poder e supremacia. Em que pese a reafirmação do princípio da imparcialidade, igualdade e impessoalidade do julgador, o TJ exerce simbólica e efetivamente um poder direcionado, pessoal, parcial, político e seletivo. Talvez, para alguns, isto não represente nenhuma novidade, e sim, algo óbvio. Se assim for, está aceita de forma natural uma tragédia social e ética, a saber, a consagração do princípio-prática de que não é o direito consolidado em lei ou o emergente – fruto das mudanças e exigências legítimas da sociedade – que garante a justiça ‘cega’, igual para todos, e impessoal’. Seriam, ao contrário, os

interesses pessoais, de grupos e de facções da magistratura que têm a prerrogativa e o poder de fazer com que um dos dois pratos da 'balança' pese mais de um lado do que do outro.

O caso Jorge Moreno: um caso emblemático

O caso Jorge Moreno se torna emblemático por três razões. A primeira razão advém do fato de que o juiz Moreno foi acusado por um deputado estadual, - um político que vive 'da política' e não 'para a política' - de ele ter 'exercido política partidária' na Comarca de Santa Quitéria, o que, naturalmente, está vigorosamente proibido a um magistrado de ilibada virtude. A denúncia em momento algum foi comprovada cabalmente. Não somente pelo fato de o juiz não possuir ficha partidária, mas também por inexistir qualquer referência direta ou indireta a partidos e/ou políticos. No entendimento de vários desembargadores, entretanto, o juiz Moreno teria, mesmo sem referências partidárias, extrapolado de suas funções, indo além do 'limite' daquilo que poderia ser considerada uma 'atividade complementar do juiz', ou seja, o seu engajamento social. Naturalmente, não se fez nenhuma menção sobre a identidade e as proporções desses 'limites' e para quem valem. Tudo parece depender do poder hermenêutico subjetivo do julgador, ou seja, os desembargadores!

A denúncia do deputado Max Barros, acolhida de imediato pelo TJ, com conseqüente afastamento do magistrado de suas funções e mantendo-o em sala de espera por mais de 3 anos, escancara a forma hipócrita de proceder desse poder. Revela de um lado a sua ojeriza a engajamentos sociais ativos e ostensivos por parte de membros da magistratura e, do outro, denuncia o seu comportamento punitivo para com 'aqueles pares' que expõem publicamente as contradições existentes na corporação da magistratura. Além disso, antes mesmo da instauração formal do processo e da sentença definitiva, o juiz Moreno foi sumária e imediatamente afastado de suas funções, o que não ocorre, por

exemplo, com os políticos partidários quando denunciados por ‘abuso econômico’!

O TJ deixa a entender, indiretamente, que se o juiz tivesse agido com mais discricção, na surdina, sem estrelismos e sem expor publicamente as mazelas da magistratura podia ter sido perdoado. Todavia, isto revela qual é a concepção majoritária, dentro do TJ, do papel de um juiz num determinado contexto social (Comarca). Isto revela, na prática, que o que está em jogo são duas concepções de exercício da justiça: uma, supostamente cega e imparcial – o que de fato não existe – e, a outra, que enxerga as carências, as fragilidades, as necessidades, os contextos dos atores sociais envolvidos. Ou seja, uma justiça que não *‘dá a cada um o seu’*, mas uma justiça que dá mais a quem precisa mais. Uma justiça que procura repor o equilíbrio que foi rompido por abusos, negligências, desmandos praticados por determinados atores sociais em detrimento de outros.

O Juiz, para os setores majoritários do TJ deixa de ser, portanto, um ‘agente social’, um cidadão que participa das contradições sociais do lugar onde vive e trabalha, e é confinado no Fórum, atrás de uma mesa, ou caminhando pelas ruas da sua comarca de *‘para-olhos’*, nunca olhando de lado, com receio de cumprimentar alguns e não todos, o que seria sinal de parcialidade e preferência política! Segundo essa visão expressa claramente por um desembargador, o juiz de verdade é um ‘agente estatal’, funcionário público a serviço da burocracia processual estatal e não da totalidade das necessidades de uma população. Numa realidade como a de Santa Quitéria onde milhares de pessoas não possuíam registro civil, onde muitas comunidades não tinham energia elétrica, estradas e escolas, – direitos esses consagrados na Constituição Federal, – onde os prefeitos desviam impunemente dinheiro público, a atitude de um juiz, para alguns setores do TJ, deveria ser a de permanecer imóvel no ‘seu Fórum’, ‘cego’ e ignorando o que acontecia debaixo de seus olhos ‘vendados’. Ou, em caso de *‘exercício de atividade complementar’*, ou seja, um engajamento social para

melhorar as condições de vida de uma determinada população, deveria ser feito dentro de limites e posturas que não reproduzam os típicos comportamentos dos políticos profissionais. Esquece-se, porém, que os políticos profissionais, em sua maioria, agem corrompendo e fraudando, cooptando pessoas e desviando dinheiro público, atos que o juiz Moreno nunca reproduziu.

A segunda razão nos é ditada pelo número de desembargadores que votaram a favor ou contra o relatório lido no Plenário do TJ no dia 18 de março, e pela sua respectiva pertença político-ideológica. Observa-se que cada um dos dois blocos, os que votaram a favor e os que votaram contra o juiz possuem, substancialmente, afinidades de concepção e solidariedade grupal entre si. Estas revelam pertenças e cumplicidades, apadrinhamentos e proteções recíprocas, formas de alinhamentos e controle de juízes no interior do Estado e na capital. Os autos do processo, na realidade, se tornam um mero detalhe, um pretexto formal, uma ‘pirotecnia jurídica’ para afirmar, na realidade, visões e interesses próprios ou grupais. Ou melhor dito, para mostrar simbolicamente supremacia política de um bloco sobre o outro bloco ‘adversário’. Não se quer com isso afirmar de forma categórica que o TJ do Maranhão manifesta estruturalmente duas tendências claras e distintas entre si. Com efeito, em que pesem os conflitos e as disputas internas evidentes, e a depender da aposta em jogo, sabe-se que no TJ, afinal, é sempre o ‘espírito de corpo’ que prevalece. O que queremos salientar é simplesmente o fato de que, no caso específico do juiz Moreno, as diferenciações de postura e visão, e as contradições internas do TJ, emergiram com maior nitidez.

Uma terceira razão que torna paradigmático o julgamento do juiz Moreno no TJ é o fato que o seu processo coincide temporal e simbolicamente com outro julgamento, o do governador Jackson Lago no TSE. Pode parecer mera coincidência, algo aleatório e não planejado, mas não deixa de possuir uma carga simbólica relevante. Enquanto que em São Luis a magistratura acolhia a denúncia de um político e julgava por *‘envolvimento na*

política partidária’ um de *‘seus pares*’, em Brasília, a alta magistratura *‘eleitoral*’, o TSE, julgava o chefe do executivo estadual maranhense pelo crime de *‘abuso político e captação ilícita de votos*’! Ao passo que em Brasília o TSE condenava por esmagadora maioria o governador e lhe permitia permanecer governando e torrando as *‘reservas orçamentárias*’ dos cofres públicos até o último dia como administrador, em São Luis, o TJ *‘apolítico e impessoal*’ afastava de imediato de sua comarca e condenava o juiz Moreno a se retirar definitivamente da magistratura.

O juiz foi condenado por ‘excesso de participação política’ ao beneficiar populações da sua comarca, já o outro (governador) foi condenado por ‘abuso político’, por ter se beneficiado pessoal ou grupalmente de algo que devia ser de todos! Tudo isso não deixa de sinalizar de que a magistratura parece ter em qualquer circunstância, a última palavra. Ou, parafraseando os antigos romanos *“Tj locuta, causa finita!”*, ou seja, *“O TJ falou, tudo acabou”*! Não é exagero afirmar que o TJ vem sinalizando algo que parece caracterizar o sistema de justiça no País, a saber, de que o Judiciário no País está adquirindo um poder desmedido, assumindo e abocanhando funções e prerrogativas próprias do Legislativo. A justiça, atualmente, parece se descolar definitivamente da sociedade, e do povo de quem provém a sua legitimidade e legalidade. O caso recente do julgamento do STF da terra indígena Raposa Serra do Sol é uma clara prova. Nele o Supremo demonstrou que chamou para si o poder de julgar, legislar e executar o que ele mesmo sentenciou.

***Resgatando as votações dos plenários.
Uma crônica que manifesta a fragilidade sinistra
de uma justiça que manipula o fiel da ‘balança’.***

Dia 18 de março, por ocasião da primeira sessão do julgamento do juiz Moreno, encontrava-me no plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Um verdadeiro santuário, deslumbrante e assustador ao mesmo tempo. Nele os 24 desembargadores, os sumos sacerdotes

do sínédrio do Estado, paramentados a rigor, são chamados a officiar através de formalismos, ritos, normas e liturgias. Algo que somente eles sabem decodificar. Uma liturgia que deverá, entretanto, emitir uma sentença contra ou a favor de um de 'seus pares'. Um membro da mesma magistratura de que os desembargadores fazem parte estava sendo julgado por eles: o juiz Jorge Moreno da Comarca de Santa Quitéria. Acusação: prática de política partidária. Denunciante: o deputado estadual Max Barros.

Tudo está pronto para a leitura pública do relatório. O relator procura evidenciar todos aqueles fatos e testemunhos que podiam provar a procedência da acusação. A defesa já havia alertado que 3 das 5 testemunhas aceitas pelo relator tinham processos contra elas na Comarca. Mesmo sendo inimigos declarados do juiz e colocando sob suspeição o seu testemunho foram ouvidos como informantes. A leitura do relatório já evidencia informações 'filtradas e direcionadas', citando somente aqueles elementos que o relator reputava desviantes da conduta do juiz, e merecedores de punição. Nada que esclarecesse e provasse a veracidade da acusação.

Em momento algum se cita que o juiz Moreno tenha explicitado alguma preferência partidária, participado de algum congresso partidário, distribuído santinhos de candidatos, ou feito referência a membros de partido. A ênfase do relator é dada à atuação social do juiz, às suas iniciativas polêmicas de correr atrás de energia elétrica, de mobilizar a população e forças locais, numa força tarefa por registro civil para todos os cidadãos e cidadãs saírem do anonimato civil, aos seus proclamas contra políticos corruptos, embora sem citar nomes. Ao mesmo tempo, em momento algum se menciona que o juiz havia adotado comportamentos suspeitos que indicassem tráfico de influência, venda de sentenças ou desabono de conduta tal como o juiz de Pastos Bons, por exemplo, denunciado por trabalho escravo na sua fazenda em Bom Jardim e prestes a ser absolvido integralmente pelo mesmo TJ. Ou, como o juiz de Dom Pedro que recebeu mais de 230 diárias todas pagas pelo prefeito local e que como 'punição exemplar' recebeu do TJ uma ridícula

‘censura’. Este foi o pecado do Moreno: não praticar esses ilícitos e não estar alinhado com nenhum tipo de esquema interno ao TJ que lhe pudesse garantir proteção e apadrinhamento político.

O relator, após a leitura de parte dos autos, emite a sua sentença: aposentadoria compulsória proporcional ao período de serviço como magistrado! O egrégio presidente do TJ inicia, portanto, a votação e concede a palavra ao decano, o desembargador Bayma que é o primeiro a votar. O decano é o mesmo que, recentemente, numa entrevista radiofônica, abriu o verbo acusando de forma explícita alguns juízes do Maranhão - por ocasião das eleições municipais - de terem vendido sentenças. Na ocasião o decano chegou a relatar que um político candidato a prefeito irrompeu no Fórum de uma cidade e exigiu que o juiz devolvesse os R\$ 250.000,00 que lhe havia dado como propina para favorecê-lo. O juiz, que havia recebido ‘a propina’ das duas partes, havia favorecido, naturalmente, somente uma! Pasmem: tudo isso se deu na presença do Procurador da República. Nada ocorreu àquele juiz até hoje. Simplesmente devolveu a grana ao candidato. A corrupção passiva de um juiz, para o TJ, não deve ser algo que desabone a sua conduta e, portanto, não passível de punição!

O decano, ao tomar a palavra, como uma rajada de metralhadora, sem meios termos, afirmou que aquele processo estava ocorrendo somente porque o juiz Jorge Moreno era ‘pobre, inteligente, não vendia sentenças, e não tinha costas quentes!’. Curto e grosso! Votou pelo arquivamento do caso. O Sr. Rachid foi o segundo a votar. Ele é o desembargador que foi denunciado 5 anos atrás pela própria Associação dos Magistrados do Maranhão por desvio de mais de um milhão e meio de reais quando presidente do TJ/MA. Ele, que é inimigo histórico do juiz Moreno, desde a época de Zé Doca, alegou suspeição, e não votou. Outros desembargadores e desembargadoras votaram. Alguns antecipando o seu voto, sendo que o desembargador Jamil Gedeon havia já pedido vistas. Na primeira sessão de votação chamou a atenção o voto de uma desembargadora que pediu explicitamente ao relator qual era o partido do juiz Moreno, sendo que em momento nenhum havia aparecido alguma informação a respeito. Pasmem, mais uma vez! O relator jus-

tificou e utilizou como prova cabal da suposta prática político-partidária do Moreno o fato de ele ter discursado, num determinado dia, num parlance, ao lado de um deputado federal do PT!

Dia 1º de abril. Segunda sessão. Dia da mentira. Aniversário do ‘golpe revolucionário’ dos militares. *‘Os sumos sacerdotes’* estão ordeiramente aos seus postos. Tudo conforme a liturgia manda! As cadeiras do plenário reservadas aos comuns mortais, ao povo, ‘o detalhe social’ que legitima a existência dos sumos sacerdotes, estão totalmente ocupadas. Outras pessoas, pelas portas de vidro, do lado de fora, assistem ao julgamento. Recomeça a votação com o voto do desembargador Jamil Gedeon que, apesar de ter pedido vistas na sessão anterior por motivos específicos formais, não faz nenhuma referência a eles e vota conforme o relator.

Chegou a vez da desembargadora Cleonice Freire. Esta alega que não estava presente na sessão anterior, que não havia acompanhado o voto dos ‘pares’, que ninguém lhe havia encaminhado os autos do processo e que, portanto, queria ouvir o relatório e, obviamente, a defesa, para poder emitir o seu voto. O Dr. Zagallo, advogado defensor do juiz, mais uma vez alega que houve cerceamento de defesa na fase inicial, na instrução do processo, pois o juiz Moreno não havia sido intimado a se defender. O advogado reafirma que ‘aquele processo’ não existia formalmente, sendo que não havia a ata formal da sessão do TJ em que se devia instaurar o processo contra o juiz Moreno. De fato, a sessão do TJ que determinava formalmente o processo contra o juiz nunca aconteceu! Bastaria isso para anular o processo, entretanto, o relator alega que isso seria um *‘exacerbado apego ao formalismo’*, algo irrelevante para os fins do processo.

Após essas sumárias explicações a desembargadora – que foi relatora à época em que o juiz Moreno havia sido removido de Zé Doca para Santa Quitéria – achou que era, afinal, pelos mesmos motivos de antanho (o que não é!) que se processava o magistrado, e seguiu o voto do relator. O único voto favorável ao juiz Moreno nesta segunda e determinante sessão veio por parte de um desembargador cujas premissas apontavam o seu contrário. Ao

tomar a palavra ele deixou claro que não se sentia intimidado com a presença de muitas pessoas na platéia, e que *'se achavam que a presença deles iria pressioná-lo estavam perdendo tempo, pois não adiantaria nada!'* O desembargador deixou claro que *'podia ser considerado arcaico, mas ele concebia o papel do juiz como o homem que está no fórum, trabalhando e despachando e não andando por aí!'* Dito isso, afirmou categoricamente: *'Sou favorável à absolvição do Juiz Moreno!'* Decisão inesperada e ilógica, mas evidentemente, a lógica interna ao TJ se identifica com a prática de fidelidade e cumplicidade a uma determinada facção, mesmo contra as próprias convicções pessoais!

Pode-se registrar, finalmente, o lamentável episódio em que o desembargador José Joaquim pediu ao presidente que mandasse evacuar o plenário ao ouvir alguns murmúrios de alguns presentes como reação a uma declaração infeliz de um outro desembargador. Nada que justificasse tal atitude do nobre togado, a não ser o alto grau de empáfia e arrogância de quem se arvora a juiz de todos, de quem acha que tudo pode. Baste isso para sinalizar que esses senhores se arrogam o direito de estar acima da sociedade, onipotentes e imunes a todo tipo de controle social. Esquecem-se os membros da justiça que são servidores da sociedade, pagos com dinheiro público, criaturas de um poder que deveria estar nas mãos dos 190 milhões de cidadãos e cidadãs desse Brasil que, infelizmente, ainda não conseguiu tratar e curar a sua justiça dos resquícios cancerígenos do Império e da colônia. A sessão terminou com mais um pedido de vistas, mas o TJ já alcançou a maioria necessária para punir o réu. Os apelos e os recursos inevitáveis ao CNJ e ao STF, associados à pressão pública irão reconhecer as arbitrariedades cometidas pelo TJ do Maranhão e irão devolver o juiz Moreno a tantas outras *'Santas Quitérias'* pelo Brasil afora!

Votaram pela aposentadoria do Juiz Jorge Moreno: Mário Lima Reis, Jaime Ferreira, Stélio Muniz, José Joaquim, Lourival Serejo, Anildes Cruz, Jamil Gedeon, Cleonice Freire, Cleones Cunha, Nelma Sarney, Maria dos Remédios Buna, José Bernardo Rodrigues e Raimundo Nonato de Souza. **Pelo arquivamento votaram:** Paulo Velten, Antônio Bayma, Raimunda Bezerra, Raimundo Melo e Benedito Belo. **Alegou suspeição** o juiz Jorge Rachid.

*“Pelo sapato furado”:
bipolarização e reestruturação
oligárquica da política maranhense*

Wagner Cabral da Costa

*Tiro da lata de lixo o meu título de cidadão.
Meu dedo pelo sapato furado espia a Nação.
(Shopping Brazil, César Teixeira).*

1. Da crise intra-oligárquica à “Frente de Libertação”

A avaliação do atual momento político no Maranhão exige, inicialmente, um retrospecto dos acontecimentos que levaram à vitória da autoproclamada “Frente de Libertação” em 2006, articulado a uma análise histórico-conceitual mais ampla, sob pena da interpretação cair em “achismos”, impressionismos ou partidarismos vários. Nessa perspectiva, é importante retomar os elementos constitutivos da crise intra-oligárquica que levou à ruptura do ex-governador José Reinaldo Tavares com o grupo Sarney.

De um ponto de vista histórico, a vida política maranhense foi marcada periodicamente por crises internas da oligarquia dominante, com maior ou menor gravidade de acordo com o caso, e anunciadas por meio de confrontos entre personalidades que, quase sempre posteriormente, formulam uma “versão” política para sua dissidência. Essas crises giravam em torno do próprio núcleo do que constitui a política oligárquica e patrimonialista: o controle do aparelho de Estado em benefício de grupos privados visando sua ascensão, reprodução e perpetuação no poder. Muito embora os grupos dissidentes muitas vezes se apresentem como reformadores

ou transformadores da vida política, o resultado final das crises seguiu em regra dois caminhos: o da acomodação e compromisso ou o da reestruturação da estrutura oligárquica, com o predomínio de novos grupos.¹ Não por acaso, o discurso imagético da “Libertação do Maranhão” é recorrente desde pelo menos o início da década de 1950, assumindo um papel central na Greve de 1951 contra a oligarquia de Victorino Freire, na eleição de José Sarney para o governo estadual em 1965, e, mais recentemente, na vitória de Jackson Lago em 29 de outubro de 2006. Por esse prisma, o Maranhão estaria vivendo sua 3ª “Libertação” nos últimos 60 anos!

Dessa forma, a ruptura do ex-governador José Reinaldo não pode ser reduzida a uma análise baseada apenas na “vontade” de personagens (por “grandes” ou “brancas” que sejam), mas sim situada numa lógica mais ampla de formação de dissidências da própria política patrimonialista. Assim, uma vez deflagrada a crise em torno do controle da administração estadual e do processo sucessório (provocada pelo eixo Roseana/Murad), a atuação do ex-governador se deu de forma errática e tateante, em resposta às solicitações de momento, e somente hoje, a posteriori, pode ser apontada como uma “estratégia consciente para a derrubada do sarneísmo” (como querem fazer crer os governistas de plantão). Em verdade, inicialmente José Reinaldo buscou o caminho da reconciliação com o grupo Sarney, tentando indicar candidatos alternativos ao nome de Roseana, a exemplo de Sarney Filho, Lobão ou Vidigal. Somente depois de inviabilizada qualquer possibilidade de compromisso é que o processo político se encaminhou para a ruptura com o velho grupo dominante, com a interferência direta do ex-governador visando dois objetivos básicos:

a) A sustentação do governo, com a formação de uma maioria própria no Poder Legislativo; obtenção do apoio de meios de comunicação; aliança com partidos de “oposição ao sarneísmo”;

1. Os limites do artigo não permitem entrar em detalhes. Consultar, dentre outros: REIS (1992), CALDEIRA (1981), BUZAR (1998), GONÇALVES (2000) e COSTA (1997 e 2006).

busca de aproximação direta com o governo federal (fracassada filiação ao PTB e depois ao PSB).

b) O controle do processo sucessório, construindo e/ou apoiando candidaturas a governador para se contrapor ao favoritismo de Roseana Sarney, provocando uma eleição em 2º turno.

Para tanto, foram utilizadas as armas de que o ex-governador dispunha, ou seja, a utilização da máquina estadual e o controle dos cofres públicos, com o que se reforçou o padrão patrimonialista próprio de uma dissidência oligárquica. Em outros termos, pode-se afirmar que José Reinaldo Tavares não podia, não sabia e nem queria romper com a estrutura de poder existente no Maranhão; pois, forjado como um quadro técnico do grupo Sarney desde os anos 1960 e educado na cultura política patrimonialista, seu horizonte de expectativas era limitado, se mantendo preso a uma reestruturação do poder oligárquico. Ou, no popular, “a criatura engolindo o criador”, como já se disse de Sarney em relação a Victorino Freire.

Alguns aspectos do comportamento da dissidência ficam evidenciados nas críticas da mídia sarneísta aos convênios com prefeituras e associações do interior visando a obtenção de apoios eleitorais (que serviram de base para o pedido de cassação do mandato de Jackson Lago por abuso de poder econômico, que corre atualmente no TSE), bem como os esquemas de corrupção trazidos a público pela Operação Navalha, desencadeada pela Polícia Federal, sendo indiciados como supostos envolvidos a Construtora Gautama, membros do governo, o ex e o atual governador, além de dois sobrinhos seus.²

Vendo o outro lado da disputa, é preciso ressaltar que a candidatura de Roseana pela coligação “Maranhão – a Força do Povo” (PFL/PMDB/PTB/PV) também parece ter se beneficiado de esquemas ilegais de financiamento de campanha, conforme aponta a investigação em curso na Polícia Federal envolvendo Fernando Sarney em “movimentações financeiras atípicas” (cerca de R\$ 3,5 milhões) em outubro de

2. O processo, em março de 2008, quando foi escrito este artigo, ainda estava na Procuradoria Geral da República.

2006, às vésperas do 2º turno das eleições. Para não falar da prestação de contas de campanha de quase R\$ 7 milhões, em que se evidenciam os fortes laços da velha oligarquia com o poder econômico (CVRD e outras mineradoras, Bradesco, grandes construtoras).³

Numa análise de conjunto, portanto, as eleições 2006 parecem indicar a emergência de uma nova tendência na política maranhense (que pode ou não se consolidar nos próximos anos, mas já evidente nas eleições 2008), qual seja, o aumento da competição política e a bipolarização das disputas eleitorais em torno de facções oligárquicas:⁴ uma “velha”, sarneísta (PMDB/DEMo/PTB), detentora de posições de poder e de laços político-econômicos (o episódio mais recente foi a nomeação do senador Edson Lobão para o ministério Lula/PT e do presidente da Eletrobrás); e uma “nova”, ainda em processo de gestação, assentada no eixo PSDB/PDT, a qual, na busca de melhor termo descritivo, temos chamado de “Condomínio”.⁵

Trata-se, segundo a idéia aqui defendida, de um processo de reestruturação da estrutura oligárquica de poder (semelhante ao ocorrido em meados da década de 1960, com a ascensão de Sarney sob tutela militar), em detrimento de uma efetiva democratização do processo político e do Estado. Não se trata nem de “fim da oligarquia”, com a derrocada dos Sarney (conforme apregoam os atuais detentores do poder estadual); nem de um “governo de transição” (idéia defendida entre a esquerda que compõe o governo Jackson Lago); nem de “Frente da Traição” que interrompeu o “progresso” do Maranhão (segundo as lamentações da mídia miranteana). Também não se trata de qualificar a facção A ou B como (mais ou menos) direita ou esquerda, de acordo com a opção partidária do analista; afinal, um dos sintomas da crise

3. Os dados da prestação de contas estão disponíveis no site do TSE.

4. Poder-se-ia falar em “potiguarização” da política maranhense, comparando com o padrão de disputas políticas intra-oligárquicas no Rio Grande do Norte em torno de clãs familiares (Alves e Maia), nas décadas de 1970/1990. Ver: SPINELLI (2006).

5. Utiliza-se o termo condomínio em sua acepção jurídica: “a posse ou o direito simultâneo, por duas ou mais pessoas, sobre um mesmo objeto (no caso, o aparelho de Estado); co-propriedade”.

política contemporânea é exatamente a “geléia geral” ideológica, que, no caso maranhense, se manifesta na forma extrema da quase completa inexistência de qualquer referência política de esquerda e no seu atrelamento e subordinação a projetos conservadores.

2. Da 3ª “Libertação” à formação do “Condomínio”

Nesse quadro de bipolarização oligárquica das disputas eleitorais, as eleições 2006 ganham novo contorno, pois o combate foi realizado entre “máquinas” políticas profundamente assentadas no patrimonialismo e no clientelismo. De um lado, o sarneísmo, com 40 anos de domínio, detentor dos cargos e benesses federais, financiado pelo grande capital, apoiado pela maioria dos prefeitos (Roseana ganhou em 136 municípios), com um poder midiático desproporcional, alicerçado na crença difusa de que “nunca perderia” e com um farto histórico de fraudes eleitorais. Ademais, a candidatura Roseana Sarney (PFL) alimentou um clima de “já ganhou”, com base em pesquisas eleitorais forjadas (chegou-se a 77% de intenções de voto); nos 47,2% de votos no 1o turno; na intensa estratégia de construção e legitimação de sua imagem (“mulher guerreira”, cultura popular) durante os sete anos e meio em que foi governadora (1995/2002); no apoio ostensivo do presidente Lula, fato que “avermelhou” sua campanha no “desespero” do 2º turno.⁶

De outro lado, Jackson Lago (PDT), oriundo da oposição democrática à ditadura militar; identificado com os movimentos sociais e a oposição ao sarneísmo; ex-prefeito de São Luiz por três mandatos, onde seu partido montou uma sólida “máquina” política que perdu-

6. Aliás, Lula obteve 84,6% dos votos no 2º turno, o que está relacionado especialmente ao grau de cobertura social do governo federal. Segundo dados de novembro de 2006 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cerca de 72% da população maranhense (4,1 milhões de pessoas) era atendida por programas sociais, aumentando consideravelmente as oportunidades de consumo, com um investimento de R\$ 1,15 bilhão em 2006. Os dados do comércio varejista são eloquentes: o volume de vendas no estado aumentou 24,86% entre setembro/2005 e setembro/2006, cinco vezes mais que o índice nacional de 4,81%.

ra desde 1988; financiado especialmente por construtoras e empresas de prestação de serviços que operam na capital (sua prestação de contas ficou em R\$ 3,3 milhões). Era candidato a governador pela 3ª vez: na primeira, em 1994, obteve 12,7% dos votos; já em 2002, ficou com 42,5%, um capital político-eleitoral considerável. No 1o turno em 2006, o pedetista ficou com 34,3% dos votos, o suficiente para provocar um 2º turno, evidenciando o sucesso da estratégia de várias candidaturas elaborada no Palácio dos Leões, que também apoiou Edson Vidigal (PSB) e Aderson Lago (PSDB).

Num cálculo grosseiro e talvez subestimado, o governo estadual mobilizou perto de 20% do eleitorado, por meios clientelistas variados que possibilitaram a cooptação e adesão de lideranças e cabos eleitorais ao conjunto de seus candidatos a governador, senador e deputado (fazendo a maioria dos federais e estaduais, bem como os mais votados, num singular reposicionamento e circulação de elites a partir do Estado). Assim, a participação da “máquina” do Palácio dos Leões foi uma das peças-chave na vitória eleitoral da “Frente de Libertação do Maranhão”,⁷ a qual reuniu um leque bastante heterogêneo de forças políticas cuja unidade residia exclusivamente no anti-sarneísmo, reciclando um discurso anti-oligárquico que não atacava os fundamentos da estrutura de poder patrimonialista e, por isso mesmo, possibilitava aglutinar desde velhos e novos dissidentes da oligarquia (PSDB/PSB), o pedetismo da capital, partidos de centro-esquerda (PT/PCdoB) e setores de movimentos sociais. Estas foram as bases políticas da “nau libertária” do “Condomínio”.

Contudo, um outro aspecto precisa ser resgatado para a compreensão das eleições 2006: o voto plebiscitário. Este sinalizou o cansaço e o desgaste de uma parcela da população em relação à perpetuação da oligarquia Sarney, bem como em relação às

7. Essa denominação já fora adotada pelo dissidente José Sarney (UDN) nas eleições de 1965, quando conseguiu derrotar, com o apoio dos militares, os candidatos de Victorino Freire e do também dissidente governador Newton Belo. Era a 2ª “Libertação do Maranhão”! Sobre o episódio, consultar COSTA (2006).

lideranças conservadoras tradicionais. No primeiro caso, foi expresso pela campanha do “Xô Rosengana”,⁸ que mobilizou estudantes às vésperas do pleito, e se evidenciou no comportamento eleitoral das maiores cidades (São Luiz e Imperatriz) que deram uma votação maciça para Jackson Lago (66,6% e 76,8%, respectivamente). O caráter plebiscitário das eleições 2006 ressalta o aspecto simbólico da estratégia “libertadora”, pois, para significativos setores da população, a percepção do processo político foi de efetiva mudança, de que realmente o Maranhão estava em vias de transformação, a qual se iniciava com a alternância no poder e a derrota eleitoral do sarneísmo. Estava em festas, mais uma vez, a “Ilha Rebelde”.

O segundo caso de voto plebiscitário, em escala diversa e menor, se manifestou enquanto rejeição de lideranças tradicionais (Cafeteira/PTB e João Castelo/PSDB) nas eleições para o Senado, pois, nas maiores cidades, pouco mais de um terço do eleitorado optou pelo jovem e pouco conhecido Bira do Pindaré/PT. Muito embora sua vitória nos dois maiores colégios eleitorais não tenha sido suficiente para se contrapor à eleição de Epitácio Cafeteira, sustentado pela “máquina” política sarneísta.

Quadro 1: 1º turno Maranhão / 2006

<i>Candidatos</i>	<i>“Condomínio” da “Libertação”</i>	<i>Oligarquia Sarney</i>
Governador (decisão em 2º turno)	52,07 % dos votos	47,21 % dos votos
Senador Total = 1	58,55 % dos votos -----	39,37 % dos votos 1 eleito
Deputado Federal Total = 18	60,33 % dos votos 11 eleitos	36,53 % dos votos 7 eleitos
Deputado Estadual Total = 42	49,12 % dos votos 22 eleitos	30,93 % dos votos 14 eleitos

Fonte: TSE. Obs.: não foram contabilizados os dados dos pequenos partidos, que elegeram 6 deputados estaduais.

8. Embora fomentada pelos interesses da frente anti-sarneísta, esta campanha assumiu uma dimensão mobilizatória e de formação de opinião pública com certa autonomia, especialmente entre a juventude.

3. Da bipolarização oligárquica à falsa dicotomia na política estadual

Assim, em 1º de janeiro de 2007 tomava posse o governo Jackson Lago, nas novas condições resultantes da bipolarização política. Enquanto o governo anterior, de José Reinaldo Tavares (2003/2006), fora eleito pela oligarquia Sarney, mantendo “o Maranhão no caminho certo”, e só rompeu com seu padrinho em 2005, quando passou a falar em mudanças; o novo governo assumiu pretendendo realizar desde logo suas propostas de “reconstrução do Maranhão”, encarnadas em seu lema: “Agora é a vez do povo”.

Mas qual seria o programa da “Libertação”? O candidato apresentara apenas um slogan genérico defendendo “Trabalho, Saúde e Educação para Libertar o Maranhão”. Já o governador, no discurso de posse, expôs as bases de um “governo democrático e popular” (na linha do nacionalismo brizolista), inspirado na “bandeira da Balaiada”, para um Maranhão “sem dono”:

1. Um governo onde “o povo sepulta a velha política de favores e favorecimentos”, sendo “contra métodos e práticas que tornaram o Maranhão o estado mais atrasado do país”.

2. Um governo que assume um “estado elitista e autoritário”, com uma “gigantesca dívida social” que precisa ser paga por meio da “retomada da produção e do desenvolvimento”.

3. Um governo proveniente do povo, que se torna “sujeito ativo da política”, logo, “um governo dos movimentos sociais, das organizações da sociedade, dos sindicatos, das associações, das universidades. O governo de diálogo e da inserção social”.

Assumindo que as palavras sejam algo mais que folhas ao vento, pode-se tomar essa declaração de boa vontade como um parâmetro inicial (apenas inicial) para a análise da atuação do novo governo, no seu primeiro ano de mandato. Afinal, **seria possível realizar um “governo democrático e popular” com as bases políticas do “Condomínio”?** Como responderia o governador eleito às promessas do candidato, sofrendo múltiplas pressões por mudanças

e/ou continuidade? A experiência de 14 meses de mandato, sofrendo forte oposição da bancada e da mídia sarneístas, evidenciou um sem número de equívocos e contradições, expondo as fragilidades internas da coalizão “libertadora”, seus limites e possibilidades. Tentaremos explorar brevemente algumas dessas contradições.

3.1. O combate ao patrimonialismo e a democratização do Estado

As regras de formação do governo foram bastante limitadas, desde o princípio, pelo conjunto de compromissos assumidos pela “Frente de Libertação” ao longo da campanha, acabando por conferir à composição do secretariado a heterogeneidade do próprio “Condomínio”, com a distribuição de cargos aos grupos e partidos conforme o peso relativo de cada um na política estadual (a partilha patrimonialista do saque, alguns diriam). Assim, as secretarias e estatais centrais, que compõem o núcleo duro do governo, foram ocupadas pelas três principais forças: o PDT, o PSDB e os recém-dissidentes do sarneísmo (grupo de José Reinaldo/PSB), restando aos demais componentes da coligação pastas de menor orçamento, em geral ligadas a políticas sociais.⁹

Na mesma linha, iniciou-se uma febre de nomeações de cargos de 2º escalão e assessorias, como forma de recompensar aliados que não foram eleitos nem contemplados nas secretarias, bem como amigos e parentes (nepotismo), num “trem da alegria” que envolveu alguns milhares de cargos, distribuídos sem concurso público (driblando as exigências da legislação). Essa dinâmica visa também cooptar adesões de setores ditos “independentes” ou oriundos do sarneísmo, objetivando ainda as eleições municipais em 2008, consideradas um “3º turno” da bipolarização oligárquica. A manutenção da “ética predatória” e clientelista nos negócios de Estado (de “favores e favorecimentos”)

9. Em sua ação de retribuição aos aliados, um caso particular foi a criação da Secretaria Extraordinária de Articulação com Órgãos Nacionais e Internacionais, para contemplar Alexandra Tavares (cognominada a “Grande”), ex-esposa de José Reinaldo e pivô da crise com Roseana Sarney.

lembra bastante as chamadas “derrubadas” da 1ª República, quando as oligarquias em ascensão “derrubavam” dos postos públicos os indicados por seus adversários, apenas para indicar os seus.

Na ausência de um projeto de governo que pudesse dar um mínimo de uniformidade à gestão pública, o que se observou em boa medida foi uma autonomização das secretarias e estatais, seguindo orientações distintas, que abrangem desde tentativas mais ou menos bem sucedidas e/ou controversas de democratização até a manutenção pura e simples do padrão patrimonialista, com o surgimento de denúncias de corrupção. Deve-se acrescentar que as críticas mais ferozes à candidatura de Roseana Sarney durante a campanha eleitoral envolviam os inúmeros casos de corrupção em seu governo (estradas fantasmas, pólo de Rosário, SUDAM, privatização do BEM), bem como a situação de endividamento do governo estadual. Num ano em que o Maranhão foi marcado por crises políticas derivadas da investigação de casos de corrupção pela Polícia Federal, nas Operações Navalha e Rapina, envolvendo inclusive figuras do atual governo e prefeituras do interior, pouco ou nada se fez nessa área.

Muito menos avançou a idéia de realização de uma auditoria independente da dívida do estado, que identificasse de forma transparente as causas e responsáveis pela dita insolvência do governo estadual. O próprio governador retomou o tema quando do lançamento do Plano de Metas: “A população precisa saber como foi feita a dívida, e por quem”, disse. Na oportunidade, Jackson Lago “lamentou que o compromisso da dívida termine por proibir que o estado faça investimentos de mais de R\$ 50 milhões mensalmente em diversos setores da administração pública” (Jornal **O Imparcial**, 13 de abril de 2007). E aí?

3.2. Um projeto de desenvolvimento

Diante da “gigantesca dívida social” do Maranhão, o novo governo assumiu prometendo a “retomada da produção e do

desenvolvimento”. No entanto, a montanha pariu um rato, pois o anúncio do já citado Plano de Metas 2007, intitulado “Um Maranhão Democrático e Solidário”, foi inconsistente com a própria idéia de planejamento econômico de longo prazo, se constituindo em novas declarações governamentais de boas intenções (10 “macro-objetivos”), somadas à enumeração de medidas, objetivos, resultados a atingir e obras em andamento ou por fazer durante o ano de 2007. A impressão geral foi de obra de improviso. Nenhum planejamento efetivo, sem discussão com a sociedade, nenhuma análise mais aprofundada sobre a situação de enclave da economia maranhense, sobre os projetos de implantação de um pólo siderúrgico, ou sobre o avanço do agro-negócio, ou ainda sobre a agricultura familiar, para mencionar somente alguns pontos.¹⁰

A ausência de reflexão, as contradições da coalizão “libertadora” (sob predomínio de representantes do agro-negócio e do grande capital, ao lado de representantes de trabalhadores e movimentos sociais), o abandono prático do discurso estratégico nacionalista pelo PDT (a subserviência da Prefeitura de São Luís aos ditames da CVRD é um exemplo), dentre outros elementos, parecem indicar, até o presente momento, que o atual governo continuará a seguir a correnteza da modernização conservadora e excludente, na qual navegou (e muito se beneficiou) desde sempre a oligarquia Sarney. O “Condomínio” se demonstraria incapaz de refletir, propor e discutir com a sociedade maranhense qualquer alternativa de desenvolvimento, se submetendo à lógica econômica dominante. Desse ponto de vista, portanto, não haveria diferença substantiva entre os dois grupos.

O episódio mais polêmico dos últimos anos, o projeto de instalação de um pólo siderúrgico em São Luís, revelou ainda as contradições do projeto “libertador”, que, no “máximo” (que foi o mínimo), conseguiu propor a transferência do pólo para o continente, ao mesmo tempo em que a prefeitura pedetista tudo fez para modificar a le-

10. Sobre a questão agrária contemporânea, remetemos o leitor ao artigo do prof. Marcelo Carneiro neste mesmo Boletim.

gislação em favor da CVRD e o governo estadual tentava renegociar o projeto. Não fosse a constituição do movimento “Reage São Luís” e a resistência das populações do interior da ilha e o projeto teria, muito provavelmente, tido continuidade, com sérias conseqüências sociais e ambientais, aprofundando o modelo de modernização conservadora e excludente, dessa vez com o aval da facção emergente.

3.3. *A relação entre governo e sociedade*

Ao longo de 2007, um movimento emblemático da nova correlação de forças existente na política estadual, bem como das contradições internas do “Condomínio”, foi a longa e vitoriosa greve dos professores da rede pública estadual (foram 87 dias, entre maio e agosto).

Resultante da indignação e mobilização da categoria diante da aprovação da Lei 8.592/2007 (logo batizada de “Lei do Cão”), que reestruturou a política salarial do funcionalismo público (transformando salário em subsídio e retirando direitos trabalhistas), a greve foi caracterizada pela adesão massiva e bastante criativa da categoria, que se manteve firme e mobilizada por todo o período diante de um intransigente “governo democrático e popular”, que se utilizou de chantagens, corte de ponto e perseguições. Depois de inúmeras rodadas de negociação sem acordo, o impasse só foi solucionado, com a derrota do governo e a revogação da Lei, através de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou procedente a ação de inconstitucionalidade impetrada pelo diretório regional do PMDB.

Não cabe, neste artigo, uma análise pormenorizada da greve, mas sim refletir sobre o processo em sua relação com a bipolarização já citada. Ou, em outros termos, entender o porquê do “Rosengana” ter se transformado no “12engana”.¹¹

11. O “12engana” faz referência ao número adotado pelo PDT nas eleições. Dentre as inúmeras canções adotadas pelo movimento, havia “Vou Festejar”, cantada por Beth Carvalho, cujo refrão diz: “você pagou com traição, a quem sempre lhe deu a mão”.

Eleito com o apoio de movimentos sociais e com o voto plebiscitário da capital, o governo Jackson Lago, contraditoriamente (ou não?), encaminhou a mudança da política salarial do funcionalismo de forma autoritária, sem discussão com a categoria e contando com o aval de um Poder Legislativo submisso e de maioria governista, apesar dos protestos da bancada de oposição sarneísta e de alguns independentes. Nestes termos, aparentemente, nada mudara em relação aos tempos do governo Roseana/Murad, quando a Assembléia Legislativa era apenas figura decorativa diante de um Poder Executivo ultra-centralizador, que não dava explicações perante a opinião pública.

Contudo, os resultados foram diversos. Em primeiro lugar, porque havia pelo menos uma categoria do funcionalismo (os professores) disposta a resistir e sentindo-se frustrada com o governo da “Libertação” que ajudara a eleger. Em segundo, a estratégia adotada pelo grupo Sarney foi de amplificar a crise, tentando desgastar o governo, e, para tanto, passou a defender a greve, transformando o Sistema Mirante de Comunicação (TV, rádio e jornal) em caixa de ressonância do movimento (como nunca antes tinha feito com qualquer mobilização social). Ou seja, um dado novo resultante da bipolarização oligárquica é que a oposição é muito mais efetiva no seu combate, em função dos recursos políticos e midiáticos à sua disposição, podendo instrumentalizar movimentos de insatisfação a seu favor. No caso, foi o diretório do PMDB (sob controle do clã Sarney) quem assumiu a defesa dos direitos dos trabalhadores, entrando com a Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF; enquanto os partidos de centro-esquerda que estão na base do governo (PT/PCdoB) ou ficavam paralisados ou tentavam sem sucesso mediar a crise. Já os pequenos partidos de esquerda (PSOL/PSTU), apoiaram ativamente o movimento grevista.

A resposta dada pelo governo à crise oferece uma boa indicação dos novos rumos da conjuntura política, pois tentou criar uma falsa dicotomia, negando razão às reivindicações dos professores e acusando o movimento de ser uma “greve política”, realizada a

mando de José Sarney (este, aliás, nessa ótica maniqueísta, assume ares demoníacos e torna-se responsável por tudo de ruim que possa acontecer no estado!).¹² Dessa maneira, o “Condomínio” pretendeu transformar a estratégia eleitoral (“Libertação” x oligarquia) em estratégia do “governo democrático e popular”, reduzindo todas as crises, contradições, disputas, posições político-ideológicas e críticas existentes à milenar luta entre o “Bem” e o “Mal”. Ademais, pretende ainda pautar as eleições 2008 a partir dessa falsa dicotomia, transformando o processo eleitoral num “3º turno” contra a facção sarneísta.

O objetivo é claro: desqualificar o pensamento crítico¹³ onde quer que ele se manifeste (na imprensa, nos movimentos sociais, na universidade, no parlamento); tentar apagar as contradições internas do “Condomínio” e negar suas responsabilidades; reduzir a complexidade da sociedade maranhense às disputas entre facções oligárquicas; em suma, transformar a bipolarização oligárquica na única forma de compreender e interpretar o Maranhão. Esconder, na desordem, a formação de uma nova ordem, eis o sentido mais profundo do “12engana”.

Assim, um olhar feroz intimida: “ou você defende o ‘Condomínio’ ou você é Sarney!”. Do outro lado da ponte, o velho sarneísmo se torna DEMocrata e “apóia” movimentos sociais. Nesse fogo cruzado do *Shopping Brazil*, *filial Maranhão*, pra escapar de bala perdida, só produzindo outros pontos de vista. Só espiando “pelo sapato furado”, pra poder retirar a cidadania da lata de lixo da história.

12. Nem preciso lembrar que argumento semelhante apareceu quando foram deflagradas as Operações Navalha e Rapina.

13. A desqualificação atinge a pessoa (chamada de sarneísta) e a análise (nomeada de “elitista”, “acadêmica” e “não entender de povo”).

Bibliografia citada

BUZAR, Benedito. **Vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1965). São Luís: LITHOGRAF, 1998.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30. Campinas: UNICAMP, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: 1997.

_____. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Editora da UFMA, 2006.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA / PROIN (CS), 2000.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Campinas: UNICAMP, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SPINELLI, José Antônio. **Oligarquias e Legitimidade Democrática**: a experiência potiguar de redemocratização (1985-2006). Disponível no site da Fundação Joaquim Nabuco (www.fundaj.gov.br).

*A bomba suja:
crise, corrupção e violência
no Maranhão contemporâneo (2004-9)*

Wagner Cabral da Costa

*Introduzo na poesia / a palavra diarréia.
Não pela palavra fria / mas pelo que ela semeia
Quem fala em flor não diz tudo.
Quem me fala em dor diz demais.
O poeta se torna mudo / sem as palavras reais.
(A bomba suja, Ferreira Gullar)*

1. Introdução

Há pouco mais de um ano foi lançado o primeiro Boletim da CNBB regional NE 5 (março/2008), quando tentamos, “pelo sapato furado” de um “cidadão do lixo”, esboçar uma análise da conjuntura estadual, marcada pela crise intra-oligárquica e pelo primeiro ano de mandato da “Frente de Libertação do Maranhão”. De lá pra cá (maio/2009), a dinâmica dos acontecimentos políticos moveu-se a grande velocidade, com a conturbada realização das eleições municipais; novas operações da Polícia Federal, prendendo políticos acusados de corrupção; greves do funcionalismo público; a crise ética do Poder Judiciário estadual; o rápido encaminhamento do processo de cassação de Jackson Lago pelo TSE; a “guerra de blogs e e-mails”, travada na mídia (local, nacional e internacional); a organização do movimento dos “novos balaios” como resistência ao “golpe contra a democracia”; e, por fim, a “volta da guerreira”, com a posse de Roseana Sarney como governadora em 17 de abril de 2009.

Data, aliás, marcada por um trágico simbolismo, do massacre de camponeses sem-terra em Eldorado dos Carajás (1996), quando 19 trabalhadores foram mortos, 11 dos quais maranhenses, todos expulsos de sua terra natal pela concentração da propriedade fundiária, apoiada e patrocinada pela oligarquia que agora retorna judicialmente ao poder, quer através da Lei de Terras de José Sarney (1969), quer através do desmonte do sistema de agricultura familiar nos governos de Roseana (1995-2001), para ficar em apenas dois exemplos. Triste coincidência! Pobre Maranhão!

A roda da história girou sem parar no último ano, sendo preciso retomar o fio de Ariadne da interpretação crítica, visando nos situar na presente conjuntura e subsidiar o debate entre militantes, movimentos sociais e demais comprometidos com a causa dos excluídos, razão mesma da existência deste Boletim.

Sendo assim, sem a devida licença do poeta e na ausência de outras palavras, introduzo na política maranhense a palavra diarréia, em suas múltiplas e inventadas conotações políticas de sujeira, imundície, podridão, “mar de lama”, falta de ética, golpismo, verborragia, patrimonialismo, corrupção, violência, oligarquização. Que o ventilador nos seja breve!

2.A “flor” da “Libertação”: disputas intra-oligárquicas e “produção da maioria” nas eleições municipais 2008.

No artigo anterior, apontamos a emergência de uma tendência na política maranhense: **o aumento da competição política e a bipolarização das disputas eleitorais em torno de duas facções oligárquicas**, o grupo Sarney (PMDB / DEM / PTB / PV) e o Condomínio do governo Jackson Lago¹ – forças **aparentemente antípodas**, cuja gravitação atraiu todo o espectro partidário, à exceção do PSOL e do PSTU.

1. Por Condomínio designamos a heterogeneidade das forças políticas que apoiaram a Frente de Libertação do Maranhão, elegendo Jackson Lago em 2006,

Dessa maneira, num primeiro nível de análise, o pleito municipal de 2008 foi marcado pela **estadualização da disputa**, com cada facção arregimentando recursos políticos e econômicos, buscando apresentar candidaturas competitivas, bem como procurando “fazer” o maior número de prefeituras. Cabe destacar os acirrados embates nos 25 maiores colégios eleitorais, com mais de 30 mil eleitores e que concentram 46,6% do eleitorado. Nesses colégios, com exceção de São Luís (onde a disputa foi fragmentada em inúmeras candidaturas, obedecendo a uma lógica diferenciada), bateram-se chapa com chapa cada grupo estadual. De modo que, em linhas gerais, **o combate foi realizado entre duas “máquinas” políticas profundamente assentadas no patrimonialismo (uso do aparelho de Estado) e no clientelismo.**

O resultado final é bem conhecido: o Condomínio foi “vitorioso”, obtendo pouco mais de 2/3 das prefeituras, maioria nos grandes colégios (São Luiz, Imperatriz, Caxias) e cerca de 60% dos votos do eleitorado. Para nossa análise, importa elucidar o *modus operandi* de formação da “maioria”, e se guardou alguma diferença substantiva em relação às práticas com as quais o grupo Sarney se manteve no poder.

Pois, visando transformar as eleições num 3º turno “anti-Sarney” e preparar o caminho para 2010, o Condomínio pôs em ação uma variedade de mecanismos, dentre os quais ressaltamos: a) a criação de “Frentes de Libertação” (e nomes assemelhados) em cerca de 50 municípios; b) no mesmo sentido, a formação de amplas coligações dos partidos da “base aliada” em torno da candidatura mais competitiva em cada município, independente das origens da mesma; c) a canalização de obras e convênios, bem como de recursos públicos e privados para o financiamento de candidaturas; d) incentivos para o “troca-troca” partidário, com a “migração” de dezenas de prefeitos do grupo Sarney para a “base aliada” (especialmente PDT e PSDB). Acrescente-se ainda a

num leque que abrangeu da direita até a centro-esquerda, com forte presença de dissidentes da oligarquia Sarney, com destaque para o ex-governador José Reinaldo Tavares. Hegemonizado pelo eixo conservador PDT / PSDB, o Condomínio foi apoiado ainda por PT / PSB / PC do B / PRB, tendo como único ponto de unificação o anti-sarneísmo.

manutenção de redes clientelistas (compra de votos) e o alto índice de reeleição de prefeitos (66%) e teremos **os ingredientes fundamentais da fórmula de “produção da maioria” pela “Frente de Libertação”**.

Registre-se que **os dividendos eleitorais foram divididos desigualmente no interior do Condomínio**, segundo uma lógica que privilegiou o PDT² (agora repleto de ex-sarneyistas) e o PSDB³ (também formado por dissidentes do grupo Sarney), com pequena participação dos demais partidos (que conseguiram incrementar sua porta-e-janela, fazendo seu “puxadinho”). O privilégio dado aos aliados politicamente mais conservadores se manifestou claramente em Imperatriz (apoio a Sebastião Madeira/PSDB em detrimento de Jomar Fernandes/PT)⁴ e em São Luís (apoio a João Castelo/PSDB contra Flávio Dino/PC do B)⁵, só para citar os dois casos mais relevantes.

Portanto, só não viu quem não quis que, diante da heterogeneidade interna do Condomínio, **a opção feita foi pelo fortalecimento dos grupos de matriz oligárquica (PDT / PSDB)**, enquanto os

2. Vejamos a evolução do PDT: tendo elegido apenas 10 prefeitos em 2004, passou a contar com 56 tão logo Jackson Lago assumiu o poder em 2007, elegendo 65 prefeitos “Libertadores” em 2008 (30% do total). Com isso, tornou-se a maior seção do país, superando o PDT gaúcho (63 prefeituras), onde existe uma forte tradição trabalhista.

3. O PSDB passou de 9 prefeituras em 2004 para 25 em 2008, com o destaque de passar a governar os dois maiores colégios: São Luiz (quase 1 milhão de habitantes) e Imperatriz (236 mil habitantes). Juntos, PDT e PSDB passaram a administrar 41,5% das prefeituras (de um total de 217) e 55% da população do estado.

4. Curiosamente, na cidade tocantina, Jackson Lago conseguiu, com sucesso, fazer o que antes Roseana Sarney tentara inutilmente na capital: transformar o governador em prefeito do município, com o investimento em obras públicas que foram fundamentais para assegurar a vitória do deputado federal Sebastião Madeira, pela “Frente de Libertação de Imperatriz” (PSDB / PDT / PPS / PRB / PTC / PSB / PSDC). A principal dessas obras, a ponte sobre o rio Tocantins, foi “inaugurada” incompleta e às pressas logo após a cassação do ex-governador, sendo batizada de “Ponte da Liberdade”.

5. Na capital, as eleições escaparam parcialmente à lógica estadual (pró-Sarney x anti-Sarney), sendo caracterizada também pela polarização nacional PT x PSDB. Assinalando o descrédito histórico da oligarquia Sarney em São Luiz, os quatro candidatos do grupo conseguiram obter, juntos, apenas 7,82% dos votos no 1º turno.

setores de centro-esquerda (PT / PSB / PC do B) eram mantidos à base da cooptação (ocupação de cargos públicos), promessas futuras de apoio à (re)eleição para deputado ou senador (com algum espaço para tentarem criar “bases eleitorais” a partir da máquina pública) e apoios pontuais a candidaturas em pequenos municípios (ou indicação de vices)⁶. Além, claro, do objetivo maior, em nome do qual “tudo foi perdoado”, o anti-sarneísmo. A **opção de fazer vista grossa aos descaminhos, mazelas e contradições do governo** foi racionalizada por esses setores na forma das incertas e elusivas expressões “governo em disputa” e “governo de transição”.

Em suma, verificou-se uma **patrimonialização dos setores de centro-esquerda**, na medida em que o cálculo político desses atores passou a privilegiar cada vez mais o Estado (para sua reprodução política entretecida com a fração oligárquica, quiçá com desejos inconfessos de incorporação) e não mais as relações com a Sociedade e os movimentos sociais (mesmo que, em nível de discurso, estes continuem teoricamente mantendo sua centralidade).

Mas voltemos ao argumento central: a **“produção da maioria” pela fração oligárquica no poder, a partir do *modus operandi* patrimonial**. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que não se trata de um fenômeno exclusivo do Maranhão.

Na Bahia, por exemplo, após a vitória do petista Jaques Wagner para governador (2006) e a morte do oligarca Antônio Carlos Magalhães (julho de 2007), o espólio do “carlismo” (que elegera 153 prefeitos pelo PFL em 2004, 37% do total de 417 municípios) foi disputado pelo PT no governo, pelo PMDB (de Geddel Vieira Lima, ministro da Integração Nacional do governo Lula) e pelo DEM (de ACM Neto, derrotado para prefeito em Salvador). Resultado: em 2008, o PMDB quase sextuplicou o número de prefeituras sob seu comando, saltando

6. Com exceção da pequena, mas estratégica, Barreirinhas (50 mil habitantes), onde a reeleição do “Doutor” Milton encontra-se *sub judice*, a maior cidade governada pelo PT (com 08 prefeitos) é Turiaçu (33 mil habitantes). O PSB, também com 08 prefeituras, administra São Bento (38 mil habitantes). Já o PC do B governa apenas a lilliputiana cidade de Afonso Cunha, com 5.834 habitantes.

de 20 para 114; enquanto o PT triplicou, saindo de 21 para 66 prefeitos, com vários deles oriundos do “carlismo” pefelista (entre 10 e 15, pelo menos). Enquanto isso, o DEM caiu de 153 para 44 prefeituras.

De modo que, para compreender adequadamente esse processo, é preciso remontar às características mais gerais da política brasileira, em que o “governismo” (desprovido de qualquer ideologia e essencialmente pragmático) sempre foi uma marca dos atores ao longo da história, como forma de se aproximar do poder e de todas as benesses oriundas do mesmo (em termos de favores, recursos, empregos, “proteção” e reprodução social). No popular: juntou-se a fome (do governo estadual em formar uma nova “maioria”) com a vontade de comer (dos políticos tradicionais em se acercar do governo).

A acumulação de capital político, obviamente, só pode traduzir-se nesse tipo de “mais-valia” (simultaneamente concreta e artificial) se seguir as regras do jogo: aceitar as adesões sem perguntas incômodas, “esquecer o passado” dos atuais aliados, manter as práticas do “toma-lá-dá-cá”, assumir o discurso hegemônico de hoje como se diretriz de toda uma vida fosse. Sobre esse tema, Machado de Assis desenvolveu a sua paradigmática *“Teoria do Medalhão”* (1881) [ou, em outros termos, “Sábios conselhos de um pai para o filho se dar bem na vida”], que, em se tratando de política, receitava:

“Venhamos ao principal. Uma vez, entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente... Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos”.

Homem de seu tempo, Machado de Assis transfigurou estética e ironicamente o que era a própria experiência da política no Império, um sistema dito representativo e parlamentarista, mas centrado no Poder Moderador (de uso exclusivo do Imperador), que, conforme as circunstâncias, fazia e desfazia Gabinetes de Ministros, os quais, por sua vez, faziam e desfaziam “maiorias” parlamentares, ao convocar

novas eleições que seriam “vencidas” impreterivelmente pelo partido do governo na base da fraude e do cacete. Era o desvirtuamento total do princípio representativo e da democracia, no que foi chamado de “Parlamentarismo às avessas”.

Como todos sabem, o maior discípulo vivo desse “bom conselho” é exatamente José Sarney, este belo e macróbio espécime de “medalhão”, um governista nato cuja longevidade remonta a Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-4), à ditadura militar (1964-85), Itamar Franco (1992-4), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e agora Lula (2003-2010), passando obviamente pelo seu período na Presidência (1985-89). Li certa vez, mas não consigo lembrar a fonte, que Sarney deveria andar com um cartaz pendurado no pescoço: **“De uso exclusivo da Presidência da República”**.

Nestes termos, não deve causar espécie a sucessão de “conversões” (hoje “reconversões”) da “classe política” nos últimos anos. À primeira vista, tratar-se-iam de verdadeiras epifanias, momentos mágicos nos quais são feitas revelações sobre o sentido das coisas e do Universo. Ou, então, trágica e angustiante descoberta de si: “Uma manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregor Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto” (A metamorfose, Franz Kafka). Mas, por favor, sem exageros, que o Maranhão está mais para a Realpolitik machadiana: “o melhor é não ter idéias!” (ver Anexo).

Em segundo lugar, a “produção da maioria” não é nenhuma novidade, pois **o mesmo fenômeno sempre marcou o domínio do clã Sarney**. Basta lembrarmos das duas eleições municipais anteriores.

Em 2000, por exemplo, Roseana Sarney se encontrava no auge da sua popularidade como governadora e sonhava com um vôo mais alto, ser candidata à presidência da República. Nessa conjuntura, não foi difícil para o grupo “fazer” cerca de 200 prefeitos (92%), com destaque para o PFL (73 prefeitos – 1/3 do total), e, ao mesmo tempo, patrocinar um acordo na capital com o até então opositor Jackson Lago (aliança PDT / PFL), o qual assim garantiu sua reeleição em 1º turno contra o (hoje aliado) tucano João Castelo.

Em 2004, a oligarquia Sarney procurava se recuperar do desgaste do escândalo Lunus (que destróçou as possibilidades de Roseana para presidente) e de uma acirrada eleição em 2002, na qual o candidato do grupo, José Reinaldo Tavares (PFL, depois dissidente em 2005, hoje no PSB), somente ganhou em 1º turno contra Jackson Lago (PDT, de volta à oposição), depois da “controversa” decisão do TRE de anular os votos de Ricardo Murad (então no opositorista PSB, hoje no sarneísta PMDB)⁷. [É impressão nossa ou todos esses personagens já foram aliados e/ou adversários em algum momento de suas trajetórias?].

Pois bem, em 2004, o grupo Sarney obteve cerca de 180 prefeituras (83%), destacando-se a apertada vitória de Ildon Marques (PMDB) em Imperatriz. O grupo ainda realizou uma iniciativa fracassada em São Luís, tentando projetar Ricardo Murad através da Gerência Metropolitana e um conjunto de obras públicas (viadutos e Vivas!). O resultado foi píffio: o cunhado de Roseana obteve apenas 7,7% dos votos.

Comparativamente, o Condomínio não obteve a mesma performance eleitoral do grupo Sarney: a “Frente de Libertação” elegeu 66% dos prefeitos em 2008, contra 92% (2000) e 83% (2004) da velha oligarquia, com a ressalva de que a Frente elegeu os prefeitos das duas maiores cidades. Contudo, não seria razoável cobrar um desempenho semelhante, passados apenas dois anos da chegada ao Palácio dos Leões, e ainda mais com a onipresente espada de Dâmocles (leia-se, risco de cassação) pairando no ar.

Entretanto, o que importa sublinhar são **os elementos de continuidade entre as duas facções oligárquicas**, quais sejam, a

7. Com os votos anulados, José Reinaldo venceu as eleições em 1o turno, com 51% dos votos, contra 42,5% de Jackson Lago; se os votos de Ricardo Murad fossem considerados válidos, a eleição iria para 2o turno, pois José Reinaldo restaria com apenas 48%.

Não foi a primeira vez que o tribunal decidiu a favor da oligarquia. **Em 1994, o TRE teve papel decisivo na 1a eleição de Roseana Sarney como governadora.** Essas eleições foram marcadas por fraudes na apuração (95% das urnas), com alteração dos brancos e nulos em favor dos candidatos da coligação “Frente Popular” (PFL / PMDB), além do abuso de poder político e econômico. O episódio teve repercussão nacional: **“O TRE maranhense não presidiu eleição, presidiu fraude”** (Jânio de Freitas, “Fraude impune”, **Folha de São Paulo**, 28.06.95).

“produção da maioria” pelo governo estadual, o *modus operandi* patrimonial, as “conversões” e “epifanias” oportunistas, o governismo inveterado dos políticos tradicionais e clientelistas (com sua pragmática sem cerimônia de “trocar de lado” ao sabor das circunstâncias).

3. A explosão da bomba: violência política e corrupção sistêmica

Contudo, se do ponto de vista analítico a reestruturação do poder oligárquico em favor do Condomínio foi o elemento definidor das eleições, o mesmo não pode ser dito do ângulo das relações sociais mais amplas. Pois, ao variarmos a perspectiva, o que salta aos olhos é o fato de que a crise intra-oligárquica provocou a explosão da bomba suja, em termos de uma maior visibilidade da corrupção praticada em todos os níveis (municipal e estadual) e em todas as esferas do poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como a exacerbação da violência política, especialmente, mas não exclusivamente, nas eleições 2008.

Esclarecendo desde já: NÃO estamos afirmando que a corrupção aumentou, ou que o governo Jackson seria mais corrupto que o de Roseana. Não temos um “corruptômetro” para fazer tal aferição. Afirmamos sim que a VISIBILIDADE (ou seja, a percepção social) acerca da questão foi incrementada, em função das operações da Polícia Federal, da Correição feita pelo Conselho Nacional de Justiça no Judiciário estadual⁸, das ações da sociedade civil organizada, das denúncias formuladas no processo eleitoral e depois veiculadas na mídia (como parte da própria disputa entre as facções adversárias). O mesmo raciocínio vale para a questão da EXACERBAÇÃO da violência.

8. Tanto a ação da PF, quanto a do CNJ, podem ser analisadas como avanços democratizantes da sociedade brasileira, impactando positivamente o Maranhão. Nos limites deste artigo não analisaremos a crise do judiciário estadual, embora a consideremos um elemento relevante da crise política mais ampla.

A bomba suja sempre esteve presente enquanto dado estrutural, a crise foi apenas um agente catalisador da explosão, registrada através de acontecimentos ainda vivos na memória social. Entretanto, para efeito de registro histórico, passaremos a enumerá-los brevemente.

Em retrospectiva, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, não houve eleições municipais com índices tão altos de violência. Da queima de urnas eletrônicas em Benedito Leite, até a juíza sendo “resgatada” de helicóptero em Penalva, os exemplos foram inúmeros: invasão e depredação da casa do ex-prefeito em Tutóia; denúncias de juízes e promotores “comprados”; troca-troca de prefeitos à base de decisões judiciais eivadas de suspeição; protestos após a cassação de registro de candidatos; realização de eleições suplementares.

E o caso mais rumoroso: Santa Luzia do Tide, onde houve a destruição dos prédios da Câmara Municipal, da Prefeitura e do Fórum por partidários do candidato Márcio Rodrigues (PDT), cassado pelo TSE. Na denúncia do Ministério Público, 64 pessoas foram acusadas de vandalismo. A oposição acusou o governador de incentivar a multidão, bem como o Comando da PM de se omitir diante dos fortes indícios de que distúrbios ocorreriam na cidade.

Obviamente, não pretendemos neste como nos demais casos estabelecer quem está certo ou errado, papel que, esperamos, a justiça possa cumprir. O que nos interessa é **sublinhar o uso (ou a ameaça) da violência física (legítima ou não) como recurso político dos grupos em conflito**.

Se, de um lado, não podemos deixar de reconhecer que **a conjuntura de estadualização da disputa entre as facções oligárquicas exacerbou a violência**, fazendo com que grupos derrotados seguissem tal caminho por se acreditar amparados e mesmo encorajados pelo governo; por outro lado, numa perspectiva histórica, a violência sempre caracterizou o jogo político no Maranhão, variando apenas de escala e intensidade. Desde a pistolagem e o “enterro de pessoas vivas” nos tempos de Victorino Freire; passando pelo uso da polícia para “fazer” eleições e amedrontar adversários; por deputados ligados ao crime organizado; pela “fabricação de

cadáveres” (o caso Reis Pacheco, inventado pelo grupo Sarney contra o então adversário Epitácio Cafeteira, em 1994); até o assassinato de três prefeitos nos últimos quatro anos⁹.

Isto para falarmos apenas da política *stricto sensu*, e não mencionarmos outras dimensões, como a violência do latifúndio, dirigida contra trabalhadores rurais, agentes pastorais e militantes sociais. Embora não possamos deixar de citar, pelo que **revelam da extensão da bomba suja**, os casos de **trabalho escravo** denunciados pela CPT, envolvendo o deputado “Libertador” (!) Antônio Bacelar (PDT) e o juiz estadual Marcelo Baldochi (absolvido pelo Tribunal de Justiça, depois de denúncias feitas pelo CNJ).

Se o desencadear da **violência física** encontra-se condicionado a diversos fatores, já a **violência simbólica** é permanente, ensejando em si mesma, de forma latente, a possibilidade do recurso à força. Pois acusar, ridicularizar, desqualificar e demonizar das piores formas possíveis os adversários se constitui num traço histórico. Quem acompanha campanhas políticas sabe do “vale-tudo”: meter dedo no olho, inventar estórias, espalhar boatos sobre a vida pessoal e familiar (“corno”, “qualhira”, “mulherengo”, “chifreira”, “diambeiro”).

De Victorino Freire, por exemplo, as Oposições Coligadas afirmavam: “Invasor”, “Intruso”, “Monstro”, “aventureiro ines-crupuloso”, “inimigo declarado do Maranhão”, “pirata”, “bárbaro”, “carrasco”, “assassino”, “tirano”, “déspota sem entranhas”, “terrorista”, “aberração”, “infecção”, “Caim”, “mafioso”, “gangster”, “tubarão”, “parasita”, [irmão] “Metralha”, “Senador Mentira Fresca”. Sobrepunham-se imagens metafóricas de diferentes discursos (político, médico, moral, policial, teológico), a **compor uma figura grotesca, terrível, maquiavélica, ameaçadora – a personificação alegórica do próprio Mal.**

9. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, foram assassinados 11 prefeitos e 3 vices no Brasil durante o quadriênio 2005-8, com destaque para o Maranhão, onde foram mortos: João Leocádio Borges (Buriti Bravo, março de 2005), Raimundo Bartolomeu Santos, o “Bertim” (Presidente Vargas, março de 2007), Hitler Alves Costa, o “Ita” (Ribamar Fiquene, julho de 2007).

O que seria recolhido numa pesquisa semelhante sobre Sarney? Afinal, o discurso “libertador” transmutou-o num ser onipotente, por trás de tudo o que acontece no Maranhão. Até para fazer a crítica, copiam-no, basta ver um lema dos “novos balaios” (“Meu voto é minha Lei, Nunca mais Sarney”), que modificou a 2ª estrofe do slogan de 1965 (“Meu voto é minha Lei, Governador Sarney”). **Não seria este um caso freudiano de parricídio?** Em que a rebelião dos filhos é uma homenagem ao patriarca, morto e transformado em totem, ancestral e modelo a ser seguido por uma nova geração morta de “medalhões”?

E as eleições 2008? O que dizer do nível da campanha na capital? Nesta, a “desconstrução” (a palavra da moda) da candidatura Flávio Dino assumiu, além dos ataques pessoais, a forma do mais grosseiro e reacionário anticomunismo, assumido por setores das igrejas protestantes e da igreja católica. Nessa atividade foi requeitado o repertório das ditaduras de Vargas (1937-45) e dos militares (1964-85) para “justificar” e “legitimar” as prisões arbitrárias, a violação dos direitos humanos, a tortura e a morte dos opositores.

E a mídia? O que se publicou nos jornais e na internet durante a “guerra de blogs e e-mails” travada entre o Condomínio e o grupo Mirante? Cyberguerra, aliás, que lembrou bastante a “guerra de telegramas” da Greve de 1951, cujo ápice foi inventar um (inexistente) “Exército de Libertação” com 12 mil homens armados! Qual o “jornalismo” praticado por aqueles cuja única função foi fabricar e espalhar factóides a serviço de um grupo ou de outro, tentando pautar o debate sem nenhum lastro ético-político?

A questão da violência está intimamente relacionada ao segundo elemento constitutivo da **bomba suja**, a corrupção. Pois qual seria o objetivo de tão encarniçada luta, onde se mata e se morre, onde se mente e se demoniza, se não a disputa pelo controle e usufruto do “bezerro cevado do Erário”? Este é um jogo de soma zero, onde o vencedor leva tudo e o perdedor fica sem nada. Por isso, pudemos assistir na posse de Roseana tanta gente a salivar, afinal, foram seis anos de “vacas magras”, durante os quais tiveram que queimar as

gorduras acumuladas; e, por outro lado, a voracidade dos que saíam do governo diante das incertezas futuras (inclusive tentando apagar os próprios rastros), no caso de não conseguirem ou poderem se “reconverter” ao credo do Dono do Mar.

Não temos aqui a intenção de fazer uma generalização leviana, mas sim apontar que parcela expressiva da “classe política” maranhense possui um horizonte limitado à conhecida Lei de Gérson (“o gostar de levar vantagem em tudo”). Desse modo, **a corrupção sistêmica baseada num jogo de soma zero tem no aparelho de Estado seu lócus privilegiado**, o que, por si só não constitui nenhuma novidade quando falamos da política brasileira, basta ver a lista de escândalos que abalam periodicamente a República.

A questão, contudo, apresenta **facetadas específicas no caso do Maranhão e de outras regiões periféricas do país, as quais estão relacionadas ao processo de modernização conservadora da economia**. Pois, na mesma medida em que produziu uma hiperconcentração da riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada de grandes empresas nacionais e multinacionais (no caso do Maranhão, o enclave exportador e o latifúndio), criou uma enorme população de pobres e miseráveis (cerca de 2/3 da população maranhense) e **transformou o Estado na melhor, senão a única, possibilidade de emprego, melhoria de vida e ascensão social**¹⁰.

É bem conhecido o fato de que a grande maioria dos municípios maranhenses sobrevive à custa dos repasses constitucionais, do pagamento de salários do funcionalismo público (quando são pagos!), do pagamento dos aposentados e, mais recentemente, do pagamento dos programas sociais do governo federal (Bolsa-Família e outros).

Nessas condições, **a política, antes de tudo, se transformou num negócio, ou, melhor dizendo, num “modo de vida” pessoal, familiar e de grupo, assegurando sua manutenção, ascensão e reprodução**

10. Para não sermos redundantes e por economia de espaço, trataremos aqui apenas da política municipal, embora as conclusões possam ser generalizadas, com outros detalhes e algumas ressalvas, à política estadual. *Mutatis mutandis*.

social. Se tal modelo de sociabilidade, assentado numa cultura política permissiva e patrimonialista (que privilegia os interesses privados), tem profundas raízes históricas, ele, por outro lado ganha vida nova e se atualiza nas condições da modernização conservadora conjugadas ao aumento substancial dos recursos administrados pelas prefeituras depois da Constituição de 1988.

Essa é a “galinha dos ovos de ouro” pelo controle da qual se mata e se morre, se engalfinhando as parcialidades num **estado hobbesiano, de luta permanente de todos contra todos**: de compra de votos e de clientelismo; de suborno de juízes e Tribunais de Contas; de agiotas e financiadores de campanha que controlam administrações; do nepotismo e empreguismo; dos desvios de verbas em conluio com escritórios de contabilidade e empresas; de convênios com divisão do bolo com deputados e agentes estaduais.

Essa é a “escola” cujo ABC se inicia com a conjugação em todos os modos, tempos e pessoas do verbo latino *Rapio*, “porque furtam, furtaram, furtavam, furtariam e haveriam de furtar mais, se mais houvesse” (padre Antônio Vieira, Sermão do Bom Ladrão, 1655), traduzido por um prefeito reeleito como: “Mais quatro anos mamando!”. **Esse é o mundo das quadrilhas e máfias, substituindo a política** e agindo impunemente em todos (ou quase) os 217 municípios do Maranhão, as quais começam a ser investigadas nas Operações Rapina I, II e III da Polícia Federal, porque no âmbito estadual nada (ou quase nada) se faz, numa cumplicidade e inoperância com óbvias raízes¹¹.

Essa é a “poupança” a partir da qual se constroem patrimônios (casas, apartamentos, fazendas, lanchas); se compram os carros

11. Dados os já extensos limites deste artigo, não temos como detalhar essas operações de combate à corrupção. Da mesma forma, a visibilidade da corrupção no âmbito estadual se deu a partir das Operações Navalha (maio de 2007) e Boi Barrica (2008). A primeira investigando os esquemas ligados aos ex-governadores José Reinaldo e Jackson Lago, além do sarneista Silas Rondeau (para citar os principais nomes); a segunda, os esquemas de Fernando Sarney. Poderíamos citar ainda as denúncias sobre a Operação Ópera Prima, envolvendo o ex-chefe da Casa Civil, Aderson Lago.

do ano e da moda; se constituem “empresários bem sucedidos” do comércio, de postos de gasolina, hospitais, escolas, hotéis, concessionárias. Corrupção sistêmica que produz e reproduz a miséria social e que encontra em São Luiz seu espelho invertido, pois alimentou o “boom” imobiliário dos condomínios e apartamentos de luxo destinados, em vários casos, à “lavagem de dinheiro” (segundo as investigações da PF). Contrapondo, num quadro brutal e sem pudor, a opulência verticalizada e artificial da “área nobre” da capital à pobreza estrutural da população.

Esse é o universo do já citado “governismo”, sem ideologia e pragmático, **onde o único partido real é o PBS, o Partido da Bomba Suja**, cujo lema é: “O PBS fede, mas tem dinheiro pra comprar perfume”. Partido que, nos tempos de hegemonia indisputada do clã Sarney, reunia em torno da oligarquia todos os grupos locais, com poucas exceções; mas que, em tempos de bipolarização, viu muitas de suas parcialidades “converterem-se” à causa da “Libertação”, tendo em vista possíveis dividendos políticos e econômicos.

Essa, portanto, em linhas gerais, é a base concreta da política municipal, sobre a qual se edifica a estrutura oligárquica de poder, ambas interdependentes entre si. Essa é a base de sustentação interna da família Sarney, sobre a qual também atuou a dissidência de José Reinaldo (que compartilhava da mesma cultura política), com farta distribuição de convênios, de modo a incorporar um segmento do **Partido da Bomba Suja** ao projeto do anti-sarneísmo. Pois, conforme apontamos no boletim do ano passado, “num cálculo grosseiro e talvez subestimado, o governo estadual mobilizou perto de 20% do eleitorado, por meios clientelistas variados que possibilitaram a cooptação e a adesão de lideranças e cabos eleitorais do interior ao conjunto de seus candidatos... Assim, **a participação da ‘máquina’ do Palácio dos Leões foi uma das peças-chave na vitória da ‘Frente de Libertação’ em 2006**”.

Não por acaso, o processo de cassação de Jackson Lago por abuso de poder político e econômico foi assentado na investigação e denúncia dos esquemas montados pelo governo José Reinaldo

visando assegurar a sua sucessão. Pode-se até considerar injusta e politicamente motivada a decisão do TSE, pois sustentada em provas discutíveis e numa interpretação juridicamente controversa, mas não é possível negar que a acusação focou no “calcanhar de Aquiles” de qualquer grupo patrimonial, o uso da máquina pública, que de fato ocorreu. Em 2006, como em 2008 e todas as eleições anteriores.

Dessa maneira, os estilhaços da **bomba suja**, espalhados por todos os cantos e recantos da estrutura política e judiciária do Maranhão, atingiram de maneira frontal e fatal a fração oligárquica do Condomínio, gerando como consequência o legal, porém ilegítimo, retorno de Roseana Sarney ao poder.

4. Do naufrágio da “Nau Libertária” ao governo da “Caravana Cigana”. Ou, de como, mais uma vez, “não era a vez do povo”.

Apesar da heterogeneidade de forças que lhe deram sustentação, a vitória da “Frente de Libertação do Maranhão” em 29 de outubro de 2006 representou um passo à frente no cenário político maranhense, em função do **voto plebiscitário de milhares de maranhenses, que exprimiram nas urnas sua insatisfação com a hegemonia da oligarquia Sarney**. Voto plebiscitário com maior expressão nos dois maiores colégios eleitorais, São Luís e Imperatriz, onde Jackson Lago obteve 66,6% e 76,8% dos votos, respectivamente. Este era o **principal capital político do novo governo, depositário das lutas históricas dos movimentos sociais e das esperanças da população por transformações e melhores condições de vida e trabalho**.

Pressionando em sentido contrário, no interior do próprio Condomínio que se formava, estavam as forças conservadoras e patrimoniais, aglutinadas pela dissidência oligárquica e interessadas em sua ascensão e reprodução política a partir da ocupação de postos no Estado.

A **crônica do governo Jackson, assim, consiste na narrativa da vitória do Partido da Bomba Suja sobre as esperanças populares, que foram se dissipando e com elas a popularidade do governo,**

que demonstrava paulatinamente seu caráter conservador, ao mesmo tempo em que mantinha o discurso de “Libertação” em nome do anti-sarneísmo e de um “governo democrático e popular” (apenas no slogan de que “Agora é a vez do povo”).

Contudo, as idéias não correspondiam aos fatos. Pois o governo começou sob o signo da “Lei do Cão”, retirando direitos trabalhistas e atacando as diversas categorias do funcionalismo público, que responderam com mobilizações e greves. Na continuação, viu-se a farra de nomeações (atingindo alguns milhares de cargos) e de nepotismo (envolvendo as famílias Lago e Moreira Lima, da primeira dama). A seguir, as denúncias de corrupção, com a deflagração da Operação Navalha, seguidas de outros casos. A prometida auditoria nas contas públicas sumiu do mapa à proporção em que se preservava a “ética predatória” e clientelista na administração do Estado.

Da mesma forma, o governo nunca foi capaz de elaborar uma **agenda positiva** de mudanças para discutir com a sociedade. O debate sobre alternativas de desenvolvimento com inclusão social foi relegado a segundo ou terceiro plano, com a subordinação do governo à **agenda da modernização conservadora** (no processo de implantação da Termelétrica MMX, por exemplo). Já a realização dos chamados Fóruns regionais (Alto Turi, Baixo Parnaíba, sul e região tocantina), uma iniciativa interessante envolvendo governo e sociedade civil, formulou cartas e documentos com reivindicações que, em sua maioria, nunca foram atendidas, ficando na gaveta de um burocrata qualquer.

De fato, **o governo Jackson Lago foi bem sucedido em apenas uma coisa: garantir a vitória do Condomínio nas eleições municipais 2008**, a partir do *modus operandi* patrimonial. O cronograma de obras iniciadas pelo governo (estradas, a ponte em Imperatriz, o hospital em Presidente Dutra e outras) se subordinou, em linhas gerais, à **lógica da disputa eleitoral**, com o cumprimento de promessas de campanha ou de acordos com lideranças locais.

Por outro lado, a oligarquia Sarney, no mesmo período, se concentrou em fazer oposição ao governo através do Sistema Mirante,

procurando acirrar suas contradições internas e desestabilizá-lo; reforçar a presença junto ao governo Lula (com Lobão no Ministério das Minas e Energia e o anúncio da implantação da Refinaria da Petrobrás); consolidar a posição dentro do PMDB e do Senado (tornando-se parceiro do projeto de aliança PT / PMDB para lançar Dilma Rousseff); e preparar seu retorno ao poder no Maranhão, pela via judiciária (como veio a suceder) ou pela via eleitoral em 2010 (se fracassasse a primeira alternativa). Em síntese: **reorganizar-se a partir do conjunto de relações mantidas no interior do aparelho de Estado**, investindo, por exemplo, sua influência para tentar acelerar a tramitação do processo de cassação.

A chamada “judicialização da política” teve na cassação mais um exemplo, que não pode ser desligado do clima geral de ameaças ao Estado Democrático de Direito no Brasil, pois “parece inegável a existência de **uma rearticulação antidemocrática, que se insinua nos procedimentos jurídicos para subverter a legalidade e a verdade**” (“Transtorno bipolar”, Carta Pastoral de Dom Xavier Gilles, de 13 de abril passado). **Exacerbação conservadora das atribuições do Poder Judiciário** (não submetido a controle social e sujeito às nomeações do Poder Executivo) que abrange a esfera política (com o golpismo que pune adversários e isenta aliados, **“premiados” como Roseana Sarney com o retorno ilegítimo ao governo estadual**), a judicial (aposentando o juiz que defende os direitos humanos e inocentando o juiz escravocrata) e a social (criminalizando os movimentos sociais, enquanto privilegia empresários).

Entretanto, mesmo diante das evidências do “golpe de Sarney”, a população não saiu às ruas para defender a democracia e seu voto plebiscitário, porque constatou desiludida e desesperançada que o governo Jackson Lago também não correspondia às suas expectativas. A tentativa de resistência do movimento “Balaiada” (financiado pelo governo, com o empréstimo da grife do MST e de outros movimentos sociais) **não podia esconder a realidade de um governo que não respondeu à altura os desafios históricos**, sendo subordinado aos interesses patrimoniais e oligárquicos do Condomínio.

A defesa do “governo democrático e popular” só convenceu uma parte da mídia nacional que, conhecedora do espécime de “medalhão” Sarney, “acreditou” que seus adversários políticos seriam melhores. Não, meus Caros Amigos, o governo Jackson Lago não foi nenhum “mar de rosas” a querer transformar o Maranhão. Suas “medidas populares” de fim de governo (aumento do funcionalismo, concessão de bolsas para famílias pobres) foram apenas atos patéticos de desespero para tentar recuperar uma legitimidade e um capital simbólico de base popular que já estavam irremediavelmente perdidos.

Vista deste ângulo, **a resistência frustrada desvela o fundo falso do discurso “anti-oligárquico de Libertação”**, que nunca foi além de críticas pessoais e morais ao comportamento do grupo Sarney, sendo incapaz de formular uma crítica estrutural ao sistema oligárquico. Tanto isso, que o próprio Sarney abusou desse discurso para se eleger governador em 1965 e iniciar a substituição da oligarquia de Victorino Freire, trazendo consigo os movimentos sociais da época. **O discurso da “Libertação” possui um caráter parricida:** quer apenas substituir o Totem-Sarney por algum de seus filhos, da mesma forma como Sarney substituiu o Totem-Victorino por si mesmo.

É até compreensível, em parte, que alguns movimentos sociais tenham saído em defesa do ex-governador e da democracia, em vista de sua presença anterior no governo, com a indicação de nomes para secretarias de cunho social e a contribuição na formulação de políticas públicas específicas e pontuais. Acrescido, no caso do MST, da agenda internacionalista da Via Campesina, de defesa do governo Hugo Chávez na Venezuela (que veio ao Maranhão trazido pelo movimento, com a celebração de vários convênios).

O que não é compreensível é que estes movimentos tenham “fechado os olhos” às mazelas do governo Jackson Lago, aceitando o discurso vazio da “Libertação” e tentando pintar no governo um caráter “democrático e popular” que nunca teve. **Rebaixando, portanto, o patamar histórico de lutas e reivindicações dos movimentos sociais pela democratização no Brasil, com propostas de participação popular, ampliação de direitos, controle social**

dos poderes e combate à corrupção eleitoral (Lei 9840). Em quais desses pontos seria possível defender o governo do Condomínio?

Não perceberam que a **“guinada à esquerda”** da **“Frente de Libertação”** só existiu na retórica e na verbosidade das lideranças, sendo um mecanismo pragmático de defesa diante do avanço do processo de cassação, visando atrair a atenção do país para o julgamento do TSE e, ao mesmo tempo, capitalizar alguma simpatia popular para o governo **“vítima da conspiração de Sarney”** (já se preparando para as eleições 2010).

E assim, deu-se o fim melancólico do governo Jackson Lago. Quanto ao **governo ilegítimo de Roseana**, nada de novo no front. O que se viu na composição do secretariado foi o **retorno da outra banda do Partido da Bomba Suja**, com a nomeação de aliados fiéis (com o habitual despudor da indicação de nomes sem qualquer relevância ou competência), numa preparação **“ao vivaço”** da **“Caravana Cigana”** com que pretende vencer as eleições estaduais. O único cuidado visível foi afastar (formalmente) do governo o ex-Grão-Vizir Jorge Murad, pivô do escândalo Lunus e apontado como um dos responsáveis pelos problemas do grupo.

No mais, a velha oligarquia adotou o sábio ensinamento bíblico de receber de braços e cofres abertos seus **“filhos pródigos”**, além das conhecidas táticas de **cooptação política**, trazendo o ex-prefeito Tadeu Palácio (**“reconverso”** de primeira hora), ademais dos convites ao PC do B (recusado) e à Articulação do PT (recusado em termos)¹². Com isso, se revelou a estratégia do grupo Sarney de mais uma vez **“se colar”** ao governo Lula, tentando editar no Maranhão em 2010

12. O acordo começou a ser costurado com a participação da direção nacional do PT. Contudo, encontrou resistências internas de duas ordens: em primeiro lugar, na Direção Estadual, cuja ala majoritária, aliada do Condomínio, desautorizou a participação de petistas no governo Roseana; em segundo, na própria corrente Articulação, que se viu dividida internamente. De concreto, resultou um **“meio-acordo”**, pelo qual Washington Oliveira assumiu uma vaga de deputado federal e José Antônio Heluy assumiu, **“em caráter pessoal”**, uma

a mesma dobradinha PT / PMDB que defende em nível nacional. O tempo confirmará ou não essa possibilidade.

De maneira que **os cenários para 2010** apontam no sentido da **continuidade da bipolarização entre as duas facções oligárquicas**, cada qual pretendendo atrair para si os partidos de centro-esquerda e os movimentos sociais (ou no mínimo, neutralizá-los).

O enigma é se esses setores conseguirão estabelecer **um consenso mínimo em torno de um projeto de mudanças para o Maranhão, constituindo um pólo alternativo**. Ou se repetirão, uma vez mais, sua eterna luta fraticida, bem como **seu papel histórico de coadjuvantes e penduricalhos das coalizões oligárquicas**, assumindo de vez seu desejo de cooptação, sua **patrimonialização no PBS** e o distanciamento das lutas sociais.

E assim, entre náufragas “Naus Libertárias” e dançantes “Caravanas Ciganas”, a **bomba suja** explodiu no colo daqueles que, em nome do combate à oligarquia, reproduziram no cotidiano a mesma cultura política e o mesmo *modus operandi* que pretensamente visavam suprimir, desvelando seu objetivo inconfesso de apenas reestruturar o sistema patrimonialista de dominação, modificando personagens, mas não o enredo, dessa farsa política que se repete ininterruptamente desde fins do século XIX.

E, por favor, não me peçam mais para escolher um lado, pois “Quem fala em flor não diz tudo. Quem me fala em dor diz demais”. Por fim, para (não) compartilhar da (irônica) mudez do poeta, posso apenas afirmar, em caráter pessoal, que, em relação às duas facções oligárquicas, às duas bandas do **Partido da Bomba Suja**, a única atitude ética e política possível é puxar a descarga! Ou jogar no ventilador!

secretaria de Estado (num gesto que pareceu a muitos um matricídio em relação à trajetória da deputada estadual Helena Heluy). No entanto, muita água ainda vai rolar nessa mais nova crise do PT maranhense... E o espectro da cooptação pelo grupo Sarney muito provavelmente ainda atingirá esses e outros setores.

Anexo: Roteiros para “conversões” e “reconversões”

1. Épico cristão, estilo Ben Hur, mas vale Alexandra D'Ark:

Um belo dia, depois de trinta e tantos anos servindo fielmente o grupo Sarney, no interior do qual construía toda sua trajetória política e profissional, o governador José Reinaldo Tavares despertou de sonhos perturbadores, se olhou no espelho da verdade e descobriu que “existia uma oligarquia” (isso mesmo, essa coisa terrível!) no Maranhão. Nesse instante, ele transformou-se em “Libertador” e passou a pregar e defender a palavra nova!

2. Ficção científica:

Numa tarde chuvosa, ao sair para passear, Edson Vidigal (ou Francisco Coelho, ou Humberto Coutinho, ou Roberto Rocha, ou João Castelo, ou, ou... escolha o personagem!) viu abrirem-se os céus e uma luz descer sobre si. Entre confuso e aturdido, verificou se tratar de um OVNI querendo abduzi-lo e trazendo a notícia, sensacional e ao mesmo tempo assustadora, de que “existia uma oligarquia” em seu planeta natal. Após profundo exame de consciência, sagrou-se cavaleiro Jedi e decidiu que dedicaria sua vida à causa de livrar a galáxia Maranhão desse demoníaco lado sombrio da Força, embarcando na “Nau Libertária”. Cuidado Darth Lord Sarneyous!

3. Filme de época [teoria do direito divino dos reis, pela qual o monarca nunca poderia estar errado, pois representava a Vontade de Deus]:

Numa noite de insônia e preocupação com o “golpe do 18 Brumário”, em meio a debates acalorados sobre a resistência revolucionária, um grupo de “novos balaios” chegou à conclusão, assombrosa e nunca antes sequer suspeitada, de que o governo de

“Libertação” chegara àquela situação também por seus próprios erros e equívocos. “–Mas quem poderia tê-los cometido?” Alguém perguntou. “–Nunca o Suserano! Jamais o Suserano!” Bradou a tropa perfilada. Mas quem então? Ora, “–A culpa é do 1º Ministro Aderson Lago e do Grão-Vizir Aziz! À guilhotina com eles, esses vis conselheiros! Nunca serão! Jamais serão!” Com a verdade restabelecida em sua plenitude, os “soldados da *Liberté, Égalité, Fraternité*” puderam enfim dormir sossegados.

4. Filme B de terror:

Na manhã de 17 de abril de 2009, Bia Aroso (prefeita de Paço do Arrepiarr, da Frente Ampla de Oposição - PDT / PT / PCB / PC do B) acordou com pesadelos, ao descobrir estarrecida que Sarney sempre desejou o melhor para o Maranhão, e não o “velho escroto” Jack Krueger. Imediatamente mandou fazer faixas comemorativas, mobilizou seus dependentes e foi celebrar a posse da filha do patriarca, a “guerreira”, quase morta, quase viva, que voltava ao poder nos braços do TSE para construir um “novo velho Maranhão”! Afinal de contas, “Rei morto, Rei posto” e a “corte de defuntos deixava suas covas”.

5. Sessão da tarde, estilo Mágico de OZ ou Alice no País das Maravilhas:

Qual milagre ou coincidência divina, 12 deputados “Libertadores” mal dormiram com os mesmos pesadelos, num toque ininterrupto de matracas e tambores, somente silenciados depois de uma conversa com o “boneco de Olinda”. Eis o diálogo: “–Pecamos contra ti, a Branca e o Dono do Mar, já não somos dignos”. Mas o senhor restaurado falou mansamente: “–Trazei o bezerro cevado do Erário, e matai-o; e comamos, e alegremo-nos... Porque nossas bases estavam mortas e reviveram, tinham-se perdido, e foram achadas”. E todos começaram a alegrar-se e a aclamar em voz alta: “–O Rei de Paus está morto, viva a Rainha de Espadas!”.

6. Filme de artes marciais:

O Império contra-ataca! O Mosteiro dos Leões, em Shangri-la, está cercado pelas tropas de Lorde Sar Ni, comandadas pelo implacável general Eros de Grau, um lutador de sumô de barba espessa e caneta afiada. Entre os sitiados, há indefinição sobre o destino do Dalai Lago, se não sairá do templo “caminhando com suas próprias pernas”, se fará uma greve de fome (sugestão do líder tribal Lugo Chá Vez), ou se só sairá morto mesmo (opinião do faquir de Saco das Almas). Enquanto monges radicais propõem uma crise institucional e a resistência armada, com a adoção do estilo kung fu panda MST (o próprio mestre Stédiling Shifu veio ensiná-lo!); outros monges, adeptos da não-violência, sugerem atear fogo às próprias vestes para atrair a atenção internacional contra o “dinossauro semifeudal”. Contudo, ao mirarem-se no exemplo daquele homem do Tibet, o sábio Botá pá muê, ninguém se ofereceu para ser o primeiro da lista de auto-sacrifícios!

7. Invente seu próprio filme!

Sobre os Autores

Benedito Souza Filho

Antropólogo, professor do PPGCSoc – UFMA,
coordena o Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR).

Cláudio Bombieri

Missionário Comboniano, Instituto EKOS.

Ernesto Balducci

Padre, filósofo e teólogo (1922-1992).

Flávio Lazzarin

Padre.

José Ricardo Ramalho

Sociólogo, professor do PPGSA – UFRJ,
coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho, Sindicato e
Desenvolvimento.

Marcelo Sampaio Carneiro

Sociólogo, professor do PPGCSoc – UFMA,
coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade.

Maristela de Paula Andrade

Antropóloga, professora do PPGCSoc – UFMA,
coordena o Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR).

Wagner Cabral da Costa

Historiador, professor do DEHIS – UFMA,
pesquisa sobre história política.

*Este livro foi composto nas famílias
ITC Stone e Linotype Aroma,
impresso em papel pólen 85g,
pela Gráfica Halley S.A.
Projeto gráfico: Raquel Noronha*
